



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AGERCICLEITON COELHO GUERRA

**A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ NO
CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

FORTALEZA

2017

AGERCICLEITON COELHO GUERRA

A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ NO
CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha. .

Co-orientadora: Profa. Dra. Heulália Charalo Rafante.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G963i Guerra, Agercicleiton Coelho.

A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ NO
CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR / Agercicleiton Coelho
Guerra Guerra. – 2017.

136 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de
PósGraduação em Educação, Fortaleza, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha.

Coorientação: Profa. Dra. Heulália Charalo Rafante.

1. Capitalismo. 2. Ensino Superior. 3. REUNI. I. Título.

CDD 370

AGERCICLEITON COELHO GUERRA

A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ NO
CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação. Orientadora: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha. Co-orientadora: Profa. Dra. Heulália Charalo Rafante.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha. (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Heulália Charalo Rafante. (Co-Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Tânia Serra Azul Machado Bezerra
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha companheira Marcela, que tem me dado toda a força necessária e apoio para que a caminhada fosse contínua. Com ela os dias são mais intensos, belos e apaixonantes, que seja sempre essa guerreira engajada com a luta e com o compromisso docente na educação dos filhos da classe trabalhadora.

Ao meu filho Raul que me dá fôlego para continuar e alegrar meus dias com as pequenas coisas do nosso cotidiano.

Aos meus pais por todo apoio e por acreditar na minha formação e por dar toda ajuda necessária.

Aos companheiros de luta que compõem o Fórum de Oposição pela Base, militar com vocês engrandece a convicção de que a luta deve ser diária e honesta com a convicção que a vitória será nossa.

À Profa. Rose por suas orientações e aulas excelentes, tê-la como professora é um referencial acadêmico e também de luta na construção de uma nova sociedade.

Às professoras participantes da banca examinadora Tânia Serra Azul e Kátia Rodrigues Lima pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, Damares, Júlia, Perla e Sávio por compartilhar as angústias, inquietações e reflexões.

Aos professores Justino, Clarice e Heulália, por compartilharem suas reflexões e sabedoria, o trabalho de vocês expressa o compromisso com uma universidade de qualidade.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Agradeço a todos os amigos que ajudaram nessa caminhada na construção deste trabalho e por todo apoio.

Ressentimento do mundo

“Enquanto no mundo tem gente pensando

Que sabe muito,

Eu apenas sinto.

Muito.”

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

A Universidade Brasileira passou por diversas modificações decorrentes dos governos e da política econômica vigentes, pois está inserida no contexto global e, assim, as mudanças decorrentes da produção capitalista afetam diretamente esta instituição. Este trabalho tem como objetivo geral examinar os elementos constitutivos do REUNI e quais seus impactos sobre a Universidade Federal do Ceará, no contexto da contrarreforma do ensino superior. De forma mais específica, pretendemos analisar o capitalismo contemporâneo, no que se refere às suas transformações socioprodutivas, e como estas têm influenciado o atual modelo de ensino superior; examinar a “reforma” do Estado brasileiro e suas consequências na forma como o governo passou a gerenciar as universidades; situar a universidade pública no contexto da contrarreforma, analisando a adoção do REUNI como estratégia de massificação do ensino superior, flexibilização curricular e precarização do ensino. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de ter uma visão global sobre as mais diversas análises e interpretações sobre o objeto estudado. Os estudos apontam que a implementação do REUNI nas Universidades Brasileiras intensificaram a precarização dos *campi*, como, também, modificaram o modo de trabalho dos docentes e servidores, por conta do aumento do número de alunos. Na Universidade Federal do Ceará as unidades acadêmicas no interior do Estado ainda sofrem com falta de espaços físicos adequados, desde sala de aula até residência universitária. A Universidade Aberta do Brasil teve um importante papel na expansão das vagas, seguindo os ditames dos organismos multilaterais para o ensino superior na periferia capitalista. Por fim, compreendemos que o REUNI é mais uma das ações da contrarreforma do ensino superior, na tentativa de adequar as universidades federais ao modelo de IES “enxuta”, pragmática e utilitarista, aos moldes do modelo neoliberal.

Palavras chaves: Capitalismo. Ensino Superior. REUNI.

ABSTRACT

The Brazilian University underwent several changes arising from the governments and the economic policy in force, since it is inserted in the global context, and thus the changes resulting from capitalist production directly affect this institution. The main objective of this work is to examine the constituent elements of REUNI and its impact on the Federal University of Ceará, in the context of the counter-reformation of higher education. More specifically, we intend to analyze contemporary capitalism in terms of its social-productive transformations, and how these have influenced the current model of higher education; To examine the "reformation" of the Brazilian State and its consequences in the way the government began to manage universities; To situate the public university in the context of the counter-reformation, analyzing the adoption of REUNI as a strategy of massification of higher education, curricular flexibilization and precarious teaching. As a methodology, we used bibliographical and documentary research, aiming to have a global view about the most diverse analyzes and interpretations about the studied object. The studies indicate that the implementation of REUNI in the Brazilian Universities intensified the precariousness of the campuses, as they also modified the way of working of teachers and public servants, due to the increase in the number of students. At the Federal University of Ceará, academic units in the countryside of the state still suffer from a lack of adequate physical spaces, from the classroom to university housing. The Open University of Brazil had an important role in the expansion of vacancies, following the dictates of the multilateral organizations for higher education in the capitalist periphery. Finally, we understand that REUNI is one of the actions of the counter-reformation of higher education, in an attempt to adapt federal universities to the lean, pragmatic and utilitarian Higher Education Institution model, following the neoliberal model.

Keywords: Capitalism, Higher Education, REUNI.

LISTA DE GRÁFICOS

Despesas da União com MDE em comparação com o PIB e com as despesas totais – 2000/2007	33
Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino Brasil – 2003 a 2014	46
Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011	62
REUNI – Custeio em Milhões de reais	63
Número de técnicos administrativos nas universidades federais de 2003 a 2012	64
Recursos orçamentários do Pnaes para as universidades federais de 2008 a 2012	68
Número de instituições federais e estaduais que ofertam cursos a distância – Ano 2015	72
Evolução dos técnico-administrativos ativos - 2000 a 2012	87
Evolução dos docentes ativos por vínculo empregatício - 2007 a 2012	88
Vínculo empregatício	89
Evolução dos docentes ativos por regime de trabalho - 2007 a 2012	89
Regime de trabalho	90
Número de vagas e moradores nas residências universitárias de 2003 a 2012	91
Número de vagas e taxa de ocupação - 2003 a 2012	92
Bolsas de iniciação científica por agências de fomento – 2007 a 2012	92
Taxa de sucesso na graduação 2007 a 2012	93
Evolução dos alunos matriculados de 2006 a 2012 na modalidade a distância	94
Evolução das obras e reformas executadas de 2007 a 2012	96
Custo corrente/aluno equivalente – 2007 a 2012	97
Evolução da execução orçamentária por grupos de despesa	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Despesas do governo federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por subfunção – 2000/2008	34
Tabela 2 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 1995-2014	41
Tabela 3 - Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa – Brasil – 1995-2014	42
Tabela 4 - Dimensões e aspectos específicos do REUNI	58
Tabela 5 - Universidades que aderiram a estrutura de Bacharelado interdisciplinar	59
Tabela 6 - Número de obras concluídas em m ² nas universidades federais	66
Tabela 7 - Dimensões e Metas do REUNI	80
Tabela 8 - Vagas ofertadas e inscritos no vestibular	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUSP	Associação dos Docentes da USP;
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil;
APEC	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico;
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade;
CONSUNI	Conselho Universitário;
DCE	Diretório Central do Estudantes;
EAD	Educação à Distância;
FHC	Fernando Henrique Cardoso;
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil;
FMI	Fundo Monetário Internacional;
IES	Instituição de Ensino Superior;
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior;
LDB	Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional;
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado;
MCMV	Minha Casa Minha Vida;
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
MEC	Ministério da Educação;
MPOG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação;
PIB	Produto Interno Bruto;
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil;
PNE	Plano Nacional de Educação;
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;
PROUNI	Programa Universidade para Todos;
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado;
PT	Partido dos Trabalhadores;
R.U	Restaurante Universitário;
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais;

SESu	Secretaria de Educação Superior;
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
SISU	Sistema de Seleção Unificada;
STN	Secretaria do Tesouro Nacional;
UAB	Universidade Aberta do Brasil;
UFal	Universidade Federal de Alagoas;
UFBa	Universidade Federal da Bahia;
UFC	Universidade Federal do Ceará;
UFCA	Universidade Federal do Cariri;
UFCEG	Universidade Federal de Campina Grande;
UFF	Universidade Federal Fluminense;
UFMA	Universidade Federal do Maranhão;
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais;
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso;
UFPA	Universidade Federal do Pará;
UFPEl	Universidade Federal de Pelotas;
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia;
UNE	União Nacional dos Estudantes;
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância;
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira;
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL	19
2.1 Crise do capital, transformações produtivas e neoliberalismo	19
2.2 O Partido dos Trabalhadores e o aprofundamento da contrarreforma do Estado Brasileiro ...	29
2.3 Elementos constitutivos da contrarreforma do ensino superior no contexto da contrarreforma do Estado: a privatização em marcha	36
3 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADE FEDERAIS – REUNI: PRESSUPOSTOS, BASES LEGAIS E CONTEXTUAIS.....	49
3.1. Pressupostos basilares do REUNI	49
3.2. REUNI no contexto das Universidades Federais Brasileiras: números, avanços e retrocessos	63
3.3. REUNI e a pseudovalorização das Universidades Federais: a agudização do empresariamento do ensino	71
4 REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	79
4.1. A implementação do REUNI na UFC: trajetória e embates.....	79
4.2. Números do REUNI na UFC.....	86
4.3. Universidade pública, gratuita e de qualidade: na contramão do REUNI.....	100
5 CONCLUSÃO.....	109
ANEXO A.....	123

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi o grande responsável pela expansão de vagas nas Instituições Federais de Ensino (IFES). Diante da proposta do programa, foram realizadas diversas mobilizações em todo o Brasil, questionando a sua lógica de expansão do ensino, relacionada a um conjunto de questões objetivas (infraestrutura) e subjetivas (ensino, pesquisa e extensão) de oferta do ensino superior, tais como: a superlotação dos Restaurantes Universitários, a falta de vagas nas residências universitárias e o aumento no número de estudantes em sala. Apesar da resistência feita por estudantes, professores e servidores às medidas propostas pelo Programa, este foi implementado, causando uma rotina de trabalho mais produtivista aos servidores universitários.

O governo Lula, apesar de sua ascensão dentro da esquerda brasileira, não rompeu com o modelo capitalista de precarização do ensino e de submissão aos organismos multilaterais, que orientam as políticas públicas para a educação. Ainda em seu governo, a expansão do ensino superior tomou grandes proporções a partir de 2007 através do REUNI. A análise da conjuntura em que se estabeleceu a expansão de vagas no ensino superior público federal se faz necessária para entender as implicações e as consequências para as instituições de ensino.

A escolha do tema surgiu a partir do nosso contato com o movimento estudantil universitário, no qual o REUNI sempre foi bastante discutido, levantando-se suas consequências e benefícios dentro da universidade. Também observamos que poucos trabalhos abordam as consequências do REUNI na Universidade Federal do Ceará (UFC). Em um levantamento realizado no banco de teses da UFC, só foram encontrados dois trabalhos acerca dessa temática, o primeiro aborda o impacto do REUNI no sistema de bibliotecas da UFC e o segundo realiza um estudo de caso sob a perspectiva da qualidade de ensino entre os anos de 2007 e 2009¹.

O estudo do REUNI deve se dar a partir de uma perspectiva que analise a conjuntura da sociedade desde os programas pensados para o ensino superior, como,

¹ Mesquita (2016) realiza um estudo sobre os impactos do REUNI no sistema de bibliotecas da UFC. Gonçalves (2012) desenvolve um estudo sobre os impactos do REUNI na perspectiva da qualidade de ensino entre os anos de 2007 e 2009.

também, o modo em que a sociedade capitalista vem se desenvolvendo e pensando as políticas públicas para o ensino superior brasileiro. A reestruturação e a metamorfose das universidades públicas revelam como o modo de pensá-las está ligado ao modelo econômico vigente. Assim, mesmo que os fatos políticos e econômicos que vivenciamos na atualidade, no governo de Michel Temer sejam expressivos no desmonte, não só do ensino superior, mas das conquistas mais caras de direitos da classe trabalhadora, nos deteremos no exame particular do período que compreende os governos do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista que o REUNI nasceu neles (no Governo de Lula da Silva) e teve seu fim oficial também em um desses governos (no de Dilma Rousseff).

O trabalho também examina, embora de forma mais breve, outras políticas públicas para o ensino superior como o FIES, PROUNI, que, junto com o REUNI, expandem significativamente as vagas no ensino superior público e privado e compõem um conjunto de medidas que dão contornos à contrarreforma² do ensino superior brasileiro.

Fazer uma análise do REUNI se faz necessário a partir de dados e trabalhos sobre o tema para entendermos suas implicações dentro da universidade para professores, servidores e alunos. É importante assinalar que é preciso uma maior democratização do ensino superior, mas faz-se mister questionar de que forma essa democratização deve ser feita, de forma a não precarizar ainda mais o trabalho do professor, quando o mesmo tem em suas atribuições acadêmicas a extensão, a pesquisa e o ensino de qualidade.

A partir das diversas mudanças internacionais causadas pela crise do capitalismo, pela reestruturação produtiva, e pela mundialização do capital, o Brasil também passou por ajustes em sua política econômica e social implantadas, inicialmente, pelo governo Fernando Collor de Melo e dada a sua continuidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

² Quando nos referirmos às reformas do ensino superior ou do Estado, utilizaremos a palavra “contrarreforma” ou a palavra reforma com aspas, para expressar nossa concordância com Behring (2003) de que, pelas medidas regressivas adotadas no modelo neoliberal, de perdas de direitos da classe trabalhadora, as reformas são, na verdade, contrarreformas.

Assim, a educação superior e suas pesquisas são alçadas como serviços não exclusivos do Estado que podem ser ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES da rede privada ou por organizações sociais no formato do público não-estatal, modelo organizacional tão apregoado por Friedman (1985). A materialização dessa medida reformista se expressou claramente no governo de FHC com a expansão abissal do ensino superior privado e com a adoção do Programa Universidade para Todos – Prouni, em formato de bolsas, operacionalizando-se, assim, o público não estatal.

Como forma de sobreviver ao novo modelo imposto, as universidades se veem obrigadas a produzir conhecimentos de interesse capitalista para que os mesmos as financiem, se adaptando ao mercado global.

A adaptação das universidades ao novo paradigma produtivo passa, então, por essa ótica economicista, pela adoção da filosofia da qualidade total (neotecnicismo) aplicada ao ensino superior. Postulam-se a legitimidade social e a eficácia total das universidades, que podem ser obtidas com sua inserção na busca da qualidade total, já que se vive na era da excelência. As universidades devem, então, agregar novos valores a seus serviços, ao mesmo tempo que redescobrem sua natureza, sua missão e sua identidade. Podem ser *úteis*, se corresponderem aos desafios do mundo atual: a satisfação dos clientes, a produtividade, a inovação e a sobrevivência pela competitividade. Pretende-se, portanto, que elas assimilem a ótica de funcionamento, os princípios e os objetivos da qualidade total (já vivenciados na indústria e no comércio). Essa nova cultura institucional levaria as universidades a buscar constantemente a qualidade total dos serviços, bem como a formar profissionais capazes de corresponder às sempre novas necessidades do mercado (LIBÂNEO; OLIVEIRA, 2003, p.105).

O REUNI aparece como um programa de governo estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), ao qual cada universidade possui autonomia³ para aplicar ou não a reestruturação universitária.

Através do REUNI foram criados os bacharelados interdisciplinares para atender a uma “nova arquitetura curricular”, diminuindo o tempo de formação nas graduações e colocando os cursos em caráter tecnológico.

Conforme assinala Gonçalves (2010), a UFC adere ao REUNI sob a justificativa de ampliar a Universidade com qualidade e promover o desenvolvimento socioeconômico, assegurando a excelência na qualidade da oferta de ensino de graduação e pós-graduação. Apesar dos grandes protestos contra o REUNI, todas as

³ Com roupagem pseudodemocrática, o decreto que o implementava previa a adesão das IFES, mediante o acréscimo, para as universidades que aderissem, de 20% a mais no seu orçamento. Estas, vindas de um amplo período de sucateamento da era FHC, seguiram hipnotizadas pelo “canto da sereia”.

Universidades federais aderiram ao Programa, visto que, essa adesão significava receber verbas extras para investimento em suas estruturas.

Considerando esses aspectos, algumas questões norteiam nossa investigação, uma de caráter mais central: que impactos o REUNI gerou na Universidade Federal do Ceará, em sua estrutura, contratação de servidores e expansão de vagas? E outras mais secundárias, que nos ajudarão a compor a análise do objeto, quais sejam: de que maneira as transformações produtivas do capitalismo hodierno têm influenciado o atual modelo de ensino superior? Partindo da análise da contrarreforma do Estado brasileiro, quais os elementos de maior destaque compõem a atual contrarreforma do ensino superior, além do REUNI?

A pesquisa pretende investigar as consequências do REUNI para a UFC, já que, nacionalmente, o programa é apontado como um sucesso a ser implantado em outras universidades de âmbito Estadual (há uma clara indicação desta medida no novo Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/14). Desta forma, buscando responder às questões elencadas acima, nosso objetivo geral é examinar os elementos constitutivos do REUNI e quais seus impactos sobre a Universidade Federal do Ceará, no contexto da contrarreforma do ensino superior. De forma mais específica, buscaremos: analisar o capitalismo contemporâneo no que se refere às suas transformações socioprodutivas e como estas têm influenciado o atual modelo de ensino superior; examinar a “reforma” do Estado brasileiro e suas consequências na forma como o governo passou a gerenciar as universidades; situar a universidade pública no contexto da contrarreforma, analisando a adoção do REUNI como estratégia de massificação do ensino superior.

Como evidencia Carinhato (2008), Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao modelo de “reforma” estatal como forma de reestabelecer o crescimento e continuar a estabilização econômica. Criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo ministro foi Bresser Pereira, que tinha, como principal função, o processo de reformulação do Estado.

Segundo Costa (2000, p. 62), a sociedade aceitou bem a proposta de “reforma” do Estado, para tanto,

A crise do Estado foi associada à crise fiscal. O Estado perdeu a capacidade de tornar positiva a poupança pública, perdeu a capacidade de investimento e de promover o processo de desenvolvimento econômico. A partir de uma crise fiscal colocou-se uma crise gerencial. Assim, a reforma do Estado foi

transformada, no discurso do governo FHC, em discussão técnica, administrativa, sendo esvaziada do conteúdo político a ela inerente.

A materialização dessa medida reformista se expressou claramente no governo de FHC com a expansão abissal do ensino superior privado até hoje (trataremos mais adiante) e com a adoção do Programa Universidade para Todos – Prouni, em formato de bolsas, operacionalizando-se, assim, o público não estatal.

Conforme Santos (2009), cada universidade deve fazer seu planejamento para que as metas do REUNI sejam aplicadas, assim, cada instituição planeja conforme suas especificidades e mesmo que as universidades planejem um Plano de Reestruturação condizente ao REUNI, o mesmo deve receber o aval da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Contudo, as universidades que não aderissem ao REUNI podiam sofrer um forte boicote por parte do governo, refletindo a forma arbitrária de imposição de políticas para o Ensino Superior público. Com efeito, vale salientar que a adesão ao REUNI foi unânime.

Lima (2009) ressalta que as metas do REUNI não são características novas apresentadas como proposta para o ensino superior, pois as reformas inclusas no REUNI são atualizações das políticas elaboradas pelo Banco Mundial para os países periféricos, expressando a concepção de adaptação e difusão do conhecimento.

A adesão ao REUNI significa a quebra do modelo de universidade centrada no ensino, pesquisa e extensão. O aumento de alunos de 12 para 18 por professor e a criação de novos currículos com base em uma formação aligeirada tornam evidentes dois tipos de precarização: da formação profissional e do trabalho docente. Como aborda Lima (2009), a universidade se tornou uma “universidade de ensino” ou uma “escola profissional” cada vez mais submetida à lógica do mercado.

Conforme Lima e Ferreira (2011), a Universidade Federal do Ceará (UFC) aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, aprovado pelo seu Conselho Universitário (CONSUNI). Conforme assinala Gonçalves (2010), a UFC aderiu ao REUNI sob a justificativa de ampliar a Universidade com qualidade e promover o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, assegurando a excelência na qualidade da oferta de ensino de graduação e pós-graduação. Pretendemos verificar se a adoção do Programa, cujo término legal já

ocorreu em dezembro de 2012 (embora suas medidas continuem em ação), impactaram de fato (e não só no discurso) a UFC, e em que medida isto ocorreu.

A metodologia escolhida para o trabalho foi a pesquisa bibliográfica, que nos permitiu ter uma visão mais ampla de todo o processo educacional e político que envolve o tema escolhido. Segundo Piana (2009), a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com todo o material já elaborado, revelando o compromisso com a pesquisa, buscando a sua qualidade. Partimos de estudos que abordam a estrutura da universidade brasileira e seu histórico, como, também, o modelo capitalista neoliberal da década de 1990 até sua fase atual, situando o papel que a universidade vem desempenhando e seu processo de massificação e produtivismo. Assim, para uma análise mais abrangente, além do programa do REUNI, será necessário realizar um estudo sobre as implicações do capitalismo contemporâneo nas mudanças das relações socioprodutivas. Para isso, utilizaremos as análises de Ricardo Antunes (1998) e David Harvey (1989), entre outros. Após as análises das mudanças apresentadas no contexto global, utilizaremos teóricos como Carcanholo (2011), Bianchetti (2001), Boito Jr. (1999), Carinhato (2008) entre outros para uma análise do modelo neoliberal como forma de sair das sucessivas crises iniciadas na década de 1970.

Utilizaremos, ainda, a pesquisa documental, que se debruçará, principalmente, sobre o exame dos documentos de implementação do REUNI, como o decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e documentos internos da própria UFC, alguns deles disponíveis em seu *site*.

A pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro trata da contrarreforma do Estado e da Educação Superior brasileira no contexto da crise do capital. Nesse capítulo, abordamos a crise do capital e como as transformações produtivas atingiram o Estado e a implantação do modelo neoliberal na educação. O segundo capítulo analisa o REUNI, sua expansão nas Universidades brasileiras, como também, suas bases legais e contextuais, a agudização do empresariamento do ensino e seu caráter de pseudovalorização. O terceiro capítulo irá tratar do REUNI na Universidade Federal do Ceará, a partir de seu processo de implementação, perpassando os números que o programa produziu dentro da Universidade e, por último, como o

REUNI afeta o tripé da Universidade, que tem como base o ensino, a pesquisa e a extensão.

2 A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL

Nesse capítulo inicial, abordaremos de forma mais ampla o contexto em âmbito mundial das políticas, econômicas, sociais e políticas. A partir desse levantamento iremos definir de forma mais específica a relação do sistema econômico vigente com as políticas educacionais que foram implantadas no Brasil, mais especificamente na década de 90. Com o cenário neoliberal definido abordaremos os governos e suas políticas de ensino superior.

2.1 Crise do capital, transformações produtivas e neoliberalismo

Os desdobramentos da política educacional no Brasil se dão a partir de um contexto conjuntural bem específico, devido às crises econômicas de âmbito mundial, atingindo de forma aguda os países periféricos. Neste subcapítulo, iremos abordar como as crises do capitalismo modificaram o modo de produção e a forma de gerir o Estado para que o sistema não entrasse em colapso.

As crises que abrangeram todo o sistema capitalista, cada vez mais mostra sua verdadeira forma e se coloca de modo latente em escala mundial. Como aponta Mézáros (2002), o sistema capitalista entra em uma crise profunda inerente à própria existência do sistema. O alicerce que sustenta o capitalismo está entrando em conflito e as possibilidades de reforma estão se esgotando. Carcanholo (1996) ressalta que a causa do aparecimento da crise se expressa no fato de que o sistema de produção se desenvolve em larga escala, enquanto as condições de apropriação por parte da classe trabalhadora não acompanham esse desenvolvimento, ocorrendo a queda da taxa de lucro. Essa contradição ocorre de maneira cíclica, levando ao esgotamento do capital para que a produção seja retomada, como uma forma de sair da crise (MIRANDA, 2011).

A expansão do sistema capitalista trouxe consigo uma limitação histórica, que compromete todo o sistema. Mas antes do seu esgotamento, tentativas de reforma para sua manutenção têm sido executadas, a exemplo o Keynesianismo, modelo de Estado intervencionista, e, atualmente, o neoliberalismo como modelo ultraliberal de Estado. Como afirma Mészáros (2002), o resultado obtido por meio dessas reformas foi um capitalismo mesclado, implicando em um sistema híbrido, diferente da maneira clássica, acarretando em problemas futuros, mas nenhuma solução viável.

Os países periféricos, em relação àqueles países de capitalismo avançado, sofrem mais diretamente com os efeitos do sistema. Países, como Brasil e Índia, vivem sob intensa exploração de sua mão-de-obra excedente, com o apoio de um Estado forte para manter sua influência política e deixar a mão-de-obra barata atendendo aos interesses do capital, deixando de lado a premissa de um capitalismo liberal sem uma maior intervenção do Estado. Além desses países, toda a América Latina e a África vivenciam os efeitos de um capitalismo atrasado que está longe do projeto capitalista-liberal, e, como aponta Mészáros (2002), o projeto capitalista nesses países só pode avançar abandonando o seu próprio projeto liberal, pois o Estado se mostra como uma mão forte mantenedora de toda sua exploração.

O autor ainda afirma que

Esse sistema, em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas tem (e deve ter) sua expansão orientada e dirigida pela acumulação. Naturalmente, o que está em questão a este respeito não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas. Mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões (MÉSZÁROS, 2002, p. 11).

Dessa forma, o sistema capitalista se mostra essencialmente antagônico, colocando sua reprodução ampliada acima das necessidades humanas. Como esse antagonismo está presente em sua essência, sua lógica é expressa em toda parte, desde os países com estágio avançado de capitalismo aos mais atrasados economicamente.

O autor ainda aponta que, por esse problema estar presente em sua estrutura, nunca será possível controlá-lo e sequer buscar uma reforma para resolver definitivamente. Para a sua superação, se faz necessária a construção de uma forma

totalmente distinta de reprodução do metabolismo social que atenda às necessidades humanas.

O sistema capitalista passou, por diversas décadas acumulando capitais. Tal fato se deu durante o apogeu do Fordismo⁴ e do Keynesianismo⁵. Esse quadro começou a ficar crítico e a apresentar mudanças a partir da década de 1970.

Antunes (2009) aponta alguns elementos que comprometeram a estabilidade do capitalismo, dentre os quais, destacamos a queda da taxa de lucro, que ocorreu por conta de acontecimentos como a intensificação das lutas sociais na década de 1960, a grande concentração de capitais, a crise do Estado do Bem Estar Social, o esgotamento do modelo de produção taylorista fordista e a crise da superprodução de mercadorias.

Para Antunes (1998), os anos, a partir de 1970 foram marcados por uma grande inovação tecnológica que penetrou as fábricas, influenciando as relações de trabalho. A partir disso, diversos experimentos são realizados, mesmo que de maneira inicial, como o autor destaca:

O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo). Decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “kalmarianismo”), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar (ANTUNES, 1998, p.16).

Assim, os processos produtivos não se encontravam mais polarizados somente entre o fordismo e o taylorismo, uma vez que, com o avanço tecnológico, novos processos produtivos foram adotados.

O Toyotismo, como um desses processos, trouxe novos formatos de administração do trabalho, intensificando a exploração do operário, sem que o mesmo tenha se dado conta dessa nova forma de manipulação. O *just-in-time* ou trabalho no tempo certo, originalmente elaborado por Henry Ford e aplicado por Taiichi Ohno no

⁴ O Fordismo pode ser definido como o processo de trabalho predominante durante o século XX. Tem, como características, a racionalização das operações, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, e a produção em massa de mercadorias a partir de uma produção homogeneizada e verticalizada (ANTUNES, 2009).

⁵ O Keynesianismo caracteriza-se por um Estado regulador na relação capital-trabalho. Dessa forma, visa atender as demandas sociais, como saúde, moradia, educação e transporte, para evitar que o sistema entre em grandes crises econômicas (ANTUNES, 2009).

Japão, é um dos programas utilizados pelo toyotismo e tem como objetivo diminuir o desperdício do tempo na produção exigindo, dos trabalhadores um movimento constante, sempre nos prazos estabelecidos, além da extinção da linha de montagem, sendo substituída pelas ilhas de produção, com o objetivo de reduzir o tempo de espera na fabricação do produto (BORGES, 2005).

Outra técnica adotada foi o Círculo de Controle de Qualidade – CCQ, que consiste na formação de grupos de trabalhadores, entre seis e doze indivíduos, que se reúnem periodicamente para opinar sobre medidas para a melhoria da produção. A existência dessa estrutura não elimina a hierarquia presente nas empresas através de chefias. Se as propostas elaboradas por algum grupo forem aceitas, os mesmos recebem algum tipo de premiação. A intencionalidade do CCQ consiste na melhoria de produção para a empresa como, também, envolver ainda mais o trabalhador com a fábrica, distanciando-o do sindicato (Idem).

O *kanban*, presente também no toyotismo, surge como auxiliar do processo de *just-in-time*. Esse mecanismo visa controlar de forma rigorosa o ritmo de trabalho e a qualidade padrão desejada, fazendo com que o funcionário exerça duas atividades (inspeção e supervisão), reduzindo o número de trabalhadores nas empresas (Idem).

Como Harvey (1989) observa, os novos processos produtivos, apesar de todo o avanço tecnológico, fazem retornar os sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista.

O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles [...] O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong (HARVEY, 1989, p.175).

Como o autor demonstra, o avanço tecnológico trouxe mais exploração para a classe trabalhadora, retomando formas de trabalho mais precárias e exploratórias. Assim, paralelamente, crescem formas de subproletarização por meio de empregos

temporários e precários (ANTUNES, 1998) e a acumulação flexível surge como uma forma de confrontar diretamente a rigidez que caracteriza o sistema fordista.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1989, p. 140).

Conforme destaca Harvey (1989), para além das consequências no mundo do trabalho, o processo de acumulação flexível também atinge a cultura nos países de capitalismo avançado:

Para começar, o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugido, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho – o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível. Afinal de contas, foi principalmente por intermédio da irrupção da formação de novos negócios, da inovação e do empreendimento que muitos dos novos sistemas de produção vieram a ser implementados (HARVEY, 1989, p.161).

Dessa forma, o processo de acumulação flexível mudou o modo e os valores de vida da sociedade. O individualismo mais competitivo passou a ser um valor central na cultura da sociedade e áreas, antes, menos exploradas pelo capitalismo, como educação e a saúde, passam a ocupar papel importante nas economias, como negócios lucrativos. O ensino superior também passa a se ajustar a nova feição capitalista, que requer modelos mais pragmáticos e com geração imediata de resultados às questões demandadas pelo mercado.

O avanço tecnológico nos processos de trabalho exigiu um novo perfil de trabalhador para que o sistema pudesse ser efetivado com sucesso. Para atingir a demanda mais individualizada de mercado e manter uma boa qualidade, a produção buscou um perfil de trabalhador que operasse com várias máquinas, quebrando a relação de um homem por máquina como exigido no sistema fordista (ANTUNES, 1998).

É a chamada “polivalência” do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinado “várias tarefas simples” [...] Do mesmo modo, o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo. Uma equipe opera frente a um sistema de máquinas automatizadas (ANTUNES, 1998, p. 26-27).

Entretanto, o sistema de acumulação flexível de modo algum diminui a exploração do trabalhador e, em alguns casos, até aprofunda, como nas fábricas em que se estabelece metas para o trabalho em equipe e grupos inteiros de trabalhadores ultrapassam seus horários, perfazendo amplas jornadas com o intuito de atingir as metas. O trabalhador, dentro desse sistema passa a desempenhar múltiplas funções, além do aumento de horas extras exercidas por esses operários, na busca da indústria manter a produção. Como destaca Antunes (1998), os operários, que estão dentro do sistema toyotista, chegam a trabalhar o dobro de horas comparados com outros trabalhadores de outras indústrias, que adotam outro tipo de processo produtivo. A consequência disso está no desemprego estrutural, jogando uma massa de operários para o setor de serviço, que cresceu bastante durante as décadas de 1980 e 1990.

Como consequência do processo de desproletarização fabril, aumentam o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Há a inclusão do trabalho feminino, excluindo uma parcela dos mais jovens e dos mais velhos (ANTUNES, 1998).

O resultado está em toda parte: desemprego explosivo, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos etc. Verifica-se a expansão daquilo que Juan Castillo cunhou como liofilização organizacional, um processo no qual substâncias vivas são eliminadas. Trata-se do trabalho vivo, que é substituído pela maquinaria técnico-científica, pelo trabalho morto. A liofilização organizacional não é outra coisa senão o processo de “enxugamento” das empresas (Castillo, 1996; Antunes, 2003, 2005). Desse modo, aqueles setores que eram os pilares da economia produtiva no século 20, cujo melhor exemplo é a indústria automobilística, sofreram fortes mutações. Nessa nova empresa, liofilizada, é necessário um novo tipo de trabalho e um novo tipo do que antes se chamava de trabalhador, o qual atualmente os capitais denominam, de modo mistificado, como “colaborador” (ANTUNES; POCHMANN, 2007 p.196).

Tumolo (2001) aponta, que o processo de reestruturação produtiva no Brasil, trata-se, na verdade como uma desestruturação produtiva, pois intensificou o ritmo de trabalho, neutralizou a ação sindical e incorporou novas tecnologias na organização e gestão do trabalho. Dessa forma, temos empresas que misturam diversas formas de produção com o objetivo de intensificar a exploração do trabalho e evitar qualquer tipo de organização por parte da classe trabalhadora. Ainda ressalta que

Isso explica porque não tem sido possível encontrar um “padrão produtivo” único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalistas vêm buscando a combinação mais adequada de “modelos

produtivos”, de acordo com as características de conjuntura – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores etc. – com o propósito de atingir os objetivos supra-expostos (TUMOLO, 2001, p.11).

Após a grande crise de 1970⁶, o sistema capitalista buscava novas formas de superação e, como medida a ser tomada, retomou as concepções liberais e, assim, o neoliberalismo começou a ser aplicado como uma medida de enfrentamento da crise (CARCANHOLO; BARUCO, 2011).

Paniago (2008) define o neoliberalismo como:

[...]um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda. Essas mesmas medidas intentam realizar objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho (PANIAGO, 2008, p.02).

Os intelectuais mais representativos do neoliberalismo são Friederich Hayek e Milton Friedman (BIANCHETTI, 2001). O modelo neoliberal diversifica-se dos demais modelos vigentes, especialmente do Keynesianismo, por apresentar características mais centradas no individualismo, as quais discorreremos logo a seguir.

A concepção de indivíduos dentro do neoliberalismo se apresenta como sendo moléculas sociais do sistema econômico. Impulsionado por doses de instinto, racionalidade, vontade e desejos, o homem desenvolve sua consciência individual, transformando-se em um ser ético e político (BIANCHETTI, 2001). Conforme Bianchetti,

O indivíduo é, então, o resultado da sorte que “determina nossos genes e através deles afeta nossa capacidade física e mental”. A sorte estabelece o tipo de família e o meio cultural em que nascemos e, como resultado, nossas oportunidades de desenvolver a capacidade física e mental. A sorte fixa todos os demais recursos que possamos herdar de nossos pais ou de algum benfeitor (FRIEDMAN, 1980 *apud* BIANCHETTI, 2001, p. 72).

Sobre a abordagem egoísta, centrada no indivíduo, Hayek responde colocando que os limites da imaginação nos impedem de entender que a filosofia do

⁶ Durante o apogeu da fase keynesiana e fordista, na qual ocorreu uma grande acumulação de capital, esse modelo começou a dar sinais de esgotamentos, como, a queda da taxa de lucro, retração do consumo resultado do começo do desemprego estrutural e crise do Estado, que não atendia mais as demandas sociais. Esses são só alguns pontos da crise de 1970, pois os elementos constitutivos são de grande complexidade (ANTUNES, 2009).

individualismo está além do pensamento que enxerga as necessidades da sociedade inteira (HAYEK, 1987 *apud* BIANCHETTI, 2001, p. 72).

Segundo Bianchetti (2001), a consequência do pensamento individualista reverbera sobre a relação mercado e indivíduo, a qual passa a ser como uma relação do tipo mercado e consumidores, na qual os cidadãos se estabelecem como simples consumidores e o sistema, os fornecedores de mercadorias.

Quando se trata de instituições sociais, a perspectiva neoliberal entende que as mesmas representam interesses individuais, mas não podem ser extintas de forma arbitrária. Essas instituições devem ser mantidas, por representarem as tradições sociais e deixar acontecer seu crescimento natural, até alcançar o consenso social (BIANCHETTI 2001).

O neoliberalismo, dentre todas as instituições sociais, dá uma maior relevância ao Estado, ao qual atribui características de uma pessoa, com poderes limitados.

Para o pensamento liberal a sociedade política e a sociedade civil representam âmbitos diferentes de ação e, por isso, “a atividade econômica é própria da sociedade civil e o Estado (sociedade política) não deve intervir em sua regulamentação”. Essa concepção do Estado condiz com a idéia de que sua função deve se limitar a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais, deixando os indivíduos livres para atuar de acordo com as circunstâncias e em função de seus próprios interesses (BIANCHETTI, 2001, p. 78).

O Estado, dentro da teoria neoliberal, aparece como um espaço que articula as relações sociais, preservando um papel periférico na relação com o mercado. Conforme Adam Smith, o Estado passa a operar a “mão invisível”, assumindo uma função articuladora (*idem*).

Para Bianchetti,

O Estado na sociedade liberal somente atua sobre a ordem social quando se encontram em perigo seus fundamentos. Em outras palavras, a função coercitiva do Estado responde, nessa perspectiva, à necessidade de preservação da própria natureza da sociedade. Os neoliberais dividem as sociedades em sociedades livres e totalitárias, nas primeiras incluindo sociedades de mercado e, nas segundas, as planificadas, sejam elas socialistas ou capitalistas (corporativistas ou keynesianas) (2001, p. 81).

A única intervenção estatal, que os neoliberais apoiam, consiste na intervenção coercitiva exercida pelo Estado, sob a justificativa de manter os interesses maiores da

sociedade contra o avanço de poderes cerceadores da liberdade, que seriam as próprias forças democráticas (idem).

Como bem analisado por Bianchetti (2001), um exemplo histórico de tal postura adotada pelo neoliberalismo se concretizou nas ditaduras latino-americanas da década de 1970, processo esse que não ocorreu em todos os países, dada às suas particularidades.

Quando se trata de governo, os neoliberais consideram que a vontade das maiorias não representa necessariamente os valores da continuidade histórica de uma sociedade (idem).

Segundo Bianchetti (2001),

A crítica à democracia como forma de governo atravessa constantemente o discurso neoliberal, buscando transmitir uma imagem desvalorizada da ação política. Podemos encontrar um exemplo desta crítica em Fontaine Aldunate que, através de Tocqueville, expressa: “vejo uma multidão de homens semelhantes e iguais que giram sem repouso em torno a si mesmos procurando pequenos e vulgares prazeres que lhes chegam à alma” (FONTAINE ALDUNATE, 1980 *apud* BIANCHETTI, 2001, p. 86).

O pensamento neoliberal tenta, ao máximo desgastar a ideia de democracia. O modelo neoliberal não propõe a ampliação da participação, pois objetiva a manutenção dos grupos dominantes na sua condição hegemônica. Assim, os erros da democracia são combatidos com menos democracia e não com uma maior participação dos excluídos (idem).

Quanto ao mercado, o neoliberalismo defende a ideia de livre mercado, o qual tende a um equilíbrio natural e é guiado pela “mão invisível”, representando um individualismo utilitarista e egoísta, mas tem a capacidade de se autorregular, corrigindo eventuais desequilíbrios do capitalismo (idem).

O que caracteriza o neoliberalismo em relação a outras propostas liberais está na ampliação da lógica do mercado, perpassando todas as esferas sociais. Assim, como no dizer de Marx (2002), no capitalismo, nada escapa ao mercado, todas as relações sociais mais caras à humanidade curvam-se aos ditames do comércio, transformam-se em mercadorias. Sob o manto neoliberal, essas relações se agudizam ainda mais. De acordo com Bianchetti (2001, p.88), “O Estado Mínimo aparece como uma

consequência da lógica do mercado em todas as relações sociais, não reduzidas somente ao aspecto econômico”.

Apesar da mudança de ordem econômica e política, o neoliberalismo não foi capaz de frear a alta taxa de desemprego. A ideia de Estado Mínimo (mínimo somente para a classe trabalhadora), através da redução da esfera de atuação estatal, também não reduziu os gastos do Estado, os quais são direcionados para outros setores.

Conforme Carcanholo e Baruco (2011)

Diferentemente do que se possa pensar, o neoliberalismo não se define no nível de abstração da política econômica, isto é, não é porque as políticas monetária, fiscal e/ou cambial apresentam uma determinada característica (mais ortodoxa ou heterodoxa) que se define uma ideologia neoliberal ou antineoliberal. O neoliberalismo constitui uma estratégia de desenvolvimento capitalista, uma proposta de retomada estrutural do processo de acumulação de capital. Ainda que essa ideologia tenha se constituído antes, na prática, sua afirmação hegemônica e sua implementação são justamente a coloração ideológica do pós-crise dos anos 1960/70 (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 12).

Com efeito, na medida em que o Estado se volta para a obtenção de mais capital a partir de uma menor intervenção em políticas sociais, mas, ao mesmo tempo, comprometido com o pagamento da dívida pública aos organismos multilaterais, não são observadas mudanças significativas no desemprego (CARCANHOLO; BARUCO, 2011).

No Brasil, o interesse pelo plano neoliberal de Estado começa a aparecer no governo Collor, mas somente na eleição de Fernando Henrique Cardoso - FHC que tal plano começa a ser aplicado com mais vigor.

Segundo Boito Jr. (1999), o neoliberalismo brasileiro é tardio, comparado a outros países latino-americanos, além disso, tem encontrado mais dificuldades para avançar devido ao contexto de redemocratização e uma forte correlação de forças expressas por entidades sindicais e do Movimento dos sem-terra. Antunes (2009) ressalta que, tanto nos países avançados como na periferia do capitalismo, o processo neoliberal retirou direitos dos trabalhadores e aumentou as condições precárias de emprego e ainda desacelera o crescimento industrial do Brasil prejudicando o seu crescimento.

No próximo ponto, iremos abordar a continuação da política neoliberal no Brasil, principalmente pelo governo do Partido dos Trabalhadores e sua forma de empresariamento da educação, particularmente, a de ensino superior.

2.2 O Partido dos Trabalhadores e o aprofundamento da contrarreforma do Estado Brasileiro

O aprofundamento do Neoliberalismo no Brasil se deu principalmente no governo FHC, como já apontado anteriormente. Com a ascensão, em 2003 de Luís Inácio Lula da Silva, junto ao Partido dos Trabalhadores, à Presidência da República, a conjuntura Neoliberal não regrediu, ao contrário, seu aprofundamento foi contínuo. Nessa parte do trabalho, iremos resgatar um pouco da história do PT para entendermos o contexto da continuação da contrarreforma e seu aprofundamento, como também, apontar programas educacionais implementados no governo do PT como forma de empresariamento da Educação.

O PT nasce no contexto político pós-ditadura. Como aponta Arcary (2014), o partido nasceu longe de pautar uma luta revolucionária. Apesar de seus membros serem militantes honestos com as causas populares, o partido sempre pautou lutas de caráter reformista para a regulação do capitalismo brasileiro. Arcary (2014) ressalta que os membros do PT.

[...] apoiaram o nascimento do MST, ajudaram o movimento estudantil, acolheram o movimento de mulheres, ampararam o movimento popular urbano de luta por moradia, auxiliaram o movimento negro e, não menos importante, enfrentaram a ditadura, lançaram a campanha pelas Diretas e denunciaram o acordo que culminou no Colégio Eleitoral permitindo, finalmente, a posse de Sarney (ARCARY, 2014, p. 49).

Sua trajetória política possui uma grande relevância dentro da esquerda brasileira, principalmente, no período pós-ditadura. Os grandes comícios de Lula em 1989, as grandes greves e lutas populares na década de 1990 demonstram a participação do partido na luta dos trabalhadores.

Arcary (2014) divide a história do PT em quatro grandes crises, que têm relação com o caráter reformista que o partido assumiu, até, de fato, começar a ser um intérprete dos interesses da burguesia, atuando na manutenção do capitalismo brasileiro.

A primeira crise aconteceu durante o governo de Luiza Erundina (1989 – 1993), quando estava na prefeitura de São Paulo. Naquele momento, ocupações e greves operárias aconteceram e o governo petista não hesitou em usar a repressão para conter tais movimentos, e, internamente, o partido evidenciou grandes divergências, mas já apresentava marcas do que seriam seus governos. A segunda crise se deu durante os anos de 1990, quando aconteceu o seu 1º Congresso, e foi decidido que a corrente Convergência Socialista fosse expulsa, que, após a concretização desse fato, unificou-se com outras correntes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). A terceira crise aconteceu logo após o PT vencer as eleições com Lula na presidência e José Alencar como vice, um dos maiores empresários do setor têxtil. O PT articula com a sua direção um manifesto deixando claro o seu compromisso por um pacto pela governabilidade e ainda declarava sua decisão de honrar o pagamento da dívida interna e externa. A quarta crise se deu durante o escândalo do mensalão, no qual, grande parte da direção foi cortada e o PT perdeu sua credibilidade na esquerda e o partido reformista passou a ser visto como um partido intimamente ligado às frações da burguesia brasileira. Para Boito Júnior (2005), a “crise do mensalão” está diretamente ligada a insatisfação do capital financeiro internacional e a burguesia compradora, constituindo uma ofensiva na busca de tomada do poder governamental. Na atualidade, o Partido encontra-se brutalmente com suas contradições e vive talvez a sua pior crise, assistindo, após o duro *impeachment* da presidente Dilma, boa parte de seus mais importantes nomes envolvidos nos sucessivos escândalos de corrupção “apurados”⁷ pela Operação Lava Jato, entre eles o de Lula da Silva, cuja condenação já fora decretada.

O cenário econômico que antecedeu a chegada do PT ao governo não era dos melhores. Após anos de políticas de caráter neoliberal, o Estado apresentava um novo papel frente às questões sociais e econômicas e o PT não rompeu com essa lógica. Apesar da expectativa para que grandes mudanças acontecessem, no Governo em que estava à frente Luís Inácio Lula da Silva, junto ao Partido dos Trabalhadores, o cenário político e econômico brasileiro apresentou algumas mudanças, mas sem alterar o caráter neoliberal imposto pela grande burguesia.

⁷ Questionamentos dos mais variados grupos acusam a Operação de não se apoiar em provas concretas e, na verdade, contribuir para arquitetar a retirada das forças de esquerda do poder. Embora concordando com essa análise, não nos furtamos à afirmação de que o Partido dos Trabalhadores, durante sua permanência no poder, não poupou esforços em financiar grupos privados com dinheiro estatal e outros favorecimentos diretos (no plano legal, por exemplo) e indiretos.

O caminho trilhado pelo PT e Lula já era bem conhecido no cenário político brasileiro e Lula optou por governar através do pacto social e da governabilidade. O partido, que tinha uma grande inserção em movimentos sociais, trilhou seu caminho de governança sem uma participação desses setores, apresentando como objetivo central a conquista de uma maioria parlamentar (VALENTE, 2013).

No plano político, o governo Lula rebaixou o seu programa de esquerda e estabeleceu alianças com os setores mais conservadores da elite brasileira, estabeleceu uma conjuntura econômica, na qual, o Brasil exercia o papel de grande importância na agroexportação, não apresentando qualquer interesse em estabelecer uma reforma agrária no país. Enquanto no primeiro mandato de FHC foram assentadas 287.994 famílias e no segundo mandato 252.710, esse número só foi superado no primeiro mandato do governo Lula, que atingiu o número de 381.419. No segundo mandato houve uma queda para 232.669 e no primeiro mandato do governo Dilma a queda foi ainda maior, atingindo o número de 107.354 famílias assentadas (REIS; RAMALHO, 2015). Como afirma Valente (2013, p. 2)

[...]o lulismo legitimou o agronegócio, recuando em qualquer proposta de reforma agrária e cedendo à pressão dos ruralistas na mudança do Código Florestal Brasileiro, um brutal retrocesso na preservação do meio ambiente. Atuando como bancada suprapartidária e conhecendo seu peso na governabilidade conservadora, os ruralistas criaram asas e agora comandam uma nova ofensiva: atacam a legislação trabalhista no campo, o combate ao trabalho escravo e os direitos das comunidades indígenas e quilombolas. Os retrocessos podem ir mais longe, com a pressa por aprovar um novo Código de Mineração. Nesse contexto, não foi à toa que figuras como os senadores Blairo Maggi e Kátia Abreu, notórios ruralistas, migraram para a base do governo – sendo o primeiro guindado à presidência da Comissão de Meio Ambiente do Senado.

No seu primeiro mandato, Lula tinha um quadro de uma política econômica mundial favorável e tomou, como medidas prioritárias, a reativação do mercado interno. Por meio de programas sociais, conseguiu dar poder de compra às classes mais baixas, assim, seus programas sociais reativaram o mercado interno e reduziram, pelo menos minimamente, a pobreza. Dessa forma, se estabelecia um Estado com o poder de ajudar as classes mais baixas da sociedade sem entrar em confronto com a ordem do grande capital (SINGER, 2012).

No segundo mandato do governo Lula, as taxas de crescimento continuaram positivas, a taxa de desemprego foi reduzida, atingindo a taxa de 5,3%, além do elevado

número de vagas formais criadas, alcançando o número de 2,5 milhões. Lula havia conseguido colocar seu plano político em curso e apresentava uma boa aprovação diante da população, caminhando para a eleição do próximo candidato do PT (SINGER, 2012).

Boito Júnior (2005) aponta que o governo Lula claramente beneficiou uma ala da burguesia interna em detrimento dos interesses do capital financeiro internacional e, no seu segundo mandato, a implantação da política Neodesenvolvimentista⁸ desenvolveu grandes empresas brasileiras.

A vitória de Dilma significou o sucesso da política econômica e social implantada pelo PT. O governo Dilma, no fim de 2011, apresentava um baixo índice de desemprego. O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi o responsável pela redução da taxa de desemprego, que havia aumentado no final de 2009. Singer (2012, p. 88) aponta que

A importância do mcmv está em que o subsídio público e o crédito concedido à habitação popular levou à contratação de trabalhadores na construção civil, o que foi um dos carros chefe da retomada do emprego depois da onda de demissões no primeiro trimestre de 2009. Graças a essa política, o desemprego foi contido, tendo sido gerados 1,3 milhão de vagas em 2009 e 2,5 milhões em 2010 (recorde). Na média do biênio, 1,9 milhão de postos foram criados, igual a 2007 (antes da crise).

O plano político do governo Dilma não seria diferente dos mandatos anteriores. Dilma governou sem enfrentar o grande capital e ainda seguindo as recomendações dos organismos multilaterais, aplicando um reformismo fraco.

O cenário de contrarreforma continuou na educação. Seguindo a cartilha neoliberal, os governos do PT aprofundaram o modelo de empresariamento da Educação com as parcerias público privadas e, no ensino superior, favoreceram o crescimento exponencial do setor privado e o setor público sofreu uma reestruturação e ampliação da Educação à Distância (EAD), revelando seu caráter pseudodemocratizante, que significa uma massificação do ensino de baixa qualidade.

Leher (2010) assinala que o governo Lula esteve diretamente ligado aos ditames do Banco Mundial para a educação, que, na prática, significa um profundo

⁸ Afirmamos que os governos petistas têm como sua base o Neodesenvolvimentismo, pois compreendemos que em seu programa o partido busca realizar uma política econômica e social com objetivo no crescimento econômico, por meio da transferência de renda, sem romper com os limites do modelo neoliberal.

empresariamento da educação, atingindo todas os níveis de ensino. As suas primeiras medidas foram expressas inicialmente no PDE. Instituído por meio de decreto, seu caráter fica logo explícito quando o mesmo é embalado pelo lema “Compromisso todos pela Educação”. Como destaca o autor

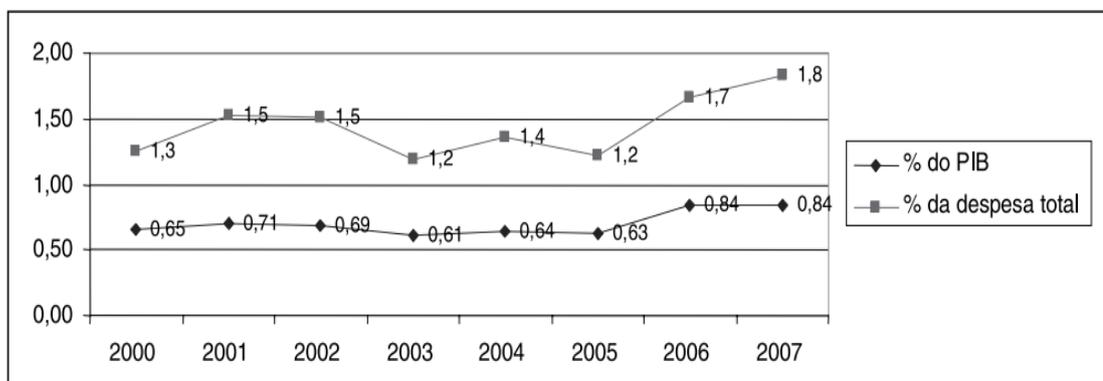
[...]essa investida sobre a educação pública vem sendo efetivada por meio de entidades âncoras em que um pequeno grupo de gestores se reveza na direção das mesmas. Assim, por exemplo, Milú Villela, do Instituto Itaú Cultural, é presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (novembro de 2009), do Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário e agora também do Comitê Executivo do “Compromisso Todos pela Educação”. As entidades que organizam essa ofensiva ocultam seu caráter corporativo e empresarial por meio da filantropia, da responsabilidade social das empresas e da ideologia do interesse público. As mais relevantes são: a) o Instituto Ayrton Senna (respaldado por corporações do setor financeiro, do setor agro-mineral, do setor de agroquímicos, editoras interessadas na venda de guias e manuais, provedores de telefonia, informática e internet, engajadas no cyber-rentismo); b) a Fundação Roberto Marinho, principal grupo de comunicação localizado no Brasil (e que não publiciza seus apoiadores); c) a Fundação Victor Civita, vinculada a um grupo econômico que, entre outras, edita uma revista que vem difundindo que a educação é um tema técnico-gerencial (Revista Nova Escola), apoiada pelas editoras, pelo capital financeiro, agro-mineral, pelas corporações da área de informática etc.; d) Grupo Gerdau que, por meio de Jorge Gerdau Johannpeter, preside o Movimento e que outrora foi organizador do Movimento Brasil Competitivo (2001) que, em certo sentido foi o germe do “Movimento Todos pela Educação” em conjunto com o Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina e no Caribe (PREAL), Itaú - Social, que, valendo-se, como as demais, de isenções tributárias, atua no setor educacional objetivando implementar as parcerias público-privadas na educação básica por meio das Escolas Charter Compõem ainda o Conselho de Governança da iniciativa outras representações do capital: Fundação Bradesco, Grupo Pão de Açúcar, FEBRABAN, SESC, ABN Amro, Fundação Educar DPaschoal, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Grupo Ethos, entre outros (LEHER, 2010, p. 10-11).

Como integrantes do “Compromisso todos pela Educação”, esses conglomerados empresariais ditaram seu modelo de educação e o Estado acatou, como um representante legítimo das políticas educacionais do grande capital. As consequências dessas políticas são expressas no aprofundamento do empresariamento educacional.

Pinto (2009), ao fazer uma análise do financiamento educacional durante o primeiro e segundo mandatos do governo Lula, aponta que, somente em 2006, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) tiveram um aumento significativo (gráfico a seguir), tal fato pode se constituir como fruto de uma política oportunista, já que se tratava de um ano eleitoral.

Gráfico 1

**Despesas da União com MDE (todas as fontes)
em comparação com o PIB e com as despesas totais - 2000/2007**



Fonte: STN (para MDE e despesa total) e IPEA (para o PIB).

O autor ainda observa que, em comparação ao governo FHC, as variações de investimento do governo federal ao MDE foram pouco significativas, evidenciando que a pasta não fazia parte das prioridades do governo.

Na tabela 1, a seguir Pinto (2009) traz uma análise mais detalhada dos gastos de 2000 a 2007, apresentando diferentes modalidades de ensino e como o governo aplicou os recursos nas áreas. É importante destacar que um maior investimento em algumas áreas não significa necessariamente uma melhoria na qualidade, pois seria ainda preciso uma análise dos programas vigentes e como se aplicaram em cada área.

Tabela 1

**Despesas do governo federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
por subfunção - 2000/2008 (fonte: Tesouro) – R\$ milhões de 2008**

Subfunção	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ensino Fundamental	845	881	606	819	64	51	1.059	1.142
Ensino Médio	99	829	172	142	165	227	173	122
Educação Profissional	822	848	868	864	931	1.026	1.123	1.385
Educação Superior	8.762	8.574	8.693	8.246	8.314	9.066	10.150	11.434
Educação Infantil	71	6	8	6	1	17	26	3
Educação de Jovens e Adultos	0	267	1	93	9	66	427	0
Educação Especial	8	54	52	51	39	66	55	0
Outras	95	151	881	173	2.728	2.036	6.195	4.746
Total	10.702	11.610	11.281	10.394	12.251	12.555	19.208	18.832

Fonte: STN.

Podemos observar que, de 2003 e 2004, os recursos destinados às áreas educacionais não obtiveram um crescimento significativo chegando a ser menor do que nos anos de governo de FHC. A partir de 2004, quando estão à frente do MEC Tarso Genro e Fernando Haddad, houve um aumento significativo de despesas nas referidas áreas da educação. Pastas como a de Educação Superior⁹ e Educação Profissional detém 60% dos gastos do governo, e tem um crescimento contínuo de investimento. Pinto (2009) destaca que o aumento das despesas por parte do governo se deu por conta do crescimento do PIB, porém, mesmo com um aumento de gastos com MDE, ainda assim, no que se refere ao Ensino Superior e Profissional, as despesas ainda não condizem com as metas presentes no PNE.

Como destaca Martins e Sousa Júnior (2015), o governo priorizou o Ensino Profissional, pois o mesmo expressa sua política Neoliberal desenvolvimentista. Os programas de ensino profissionalizantes foram criados e expandidos, através das Escolas Profissionalizantes. Em 2007, a Rede e-Tec ofertava cursos técnicos a distância; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído em 2011, apresentava uma taxa de matrícula de 5,5 milhões, em que 392 mil das matrículas

⁹ Vale salientar que os investimentos em ensino superior não se deram necessariamente nas universidades públicas, mas na rede privada, através de concessões generosas oriundas de programas como o FIES ou pela renúncia fiscal do PROUNI.

eram para cursos técnicos, ofertados pelas instituições do sistema S¹⁰, que estão ligados aos setores industrial e comercial, entre outros; o Pronatec também aprofunda o modelo de empresariamento da Educação, já que seu financiamento pode se dar por meio de verbas públicas aplicadas em instituições privadas. Destarte, essas instituições, como o Sistema S, recebem três tipos de benefícios por parte do governo, o primeiro expresso na isenção de impostos, o segundo por ofertar o Pronatec e o terceiro retorno se dá pela formação de mão de obra.

O outro setor educacional que o governo concentrou seus gastos é o Ensino Superior. Durante o governo PT programas como, Prouni, Fies, Universidade Aberta do Brasil e Reuni foram criados e expandidos de forma massiva, sob o pretexto de democratização do Ensino superior. Abordaremos no próximo ponto esses Programas e ações, revelando seu crescimento e como o modelo de Ensino superior está atrelado a uma concepção empresarial de Educação.

2.3 Elementos constitutivos da contrarreforma do ensino superior no contexto da contrarreforma do Estado: a privatização em marcha

A partir das diversas mudanças ocorridas nos países centrais, causadas pela crise do capitalismo, reestruturação produtiva, da mundialização do capital que consiste na mundialização das operações do capital, tanto industriais como financeiras, que só foi possível devido ao acúmulo de capital no período de hegemonia fordista (CHESNAIS, 1995), o Brasil também passou por ajustes em sua política econômica e social implantadas, inicialmente, pelo governo Fernando Collor de Melo e dada a sua continuidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Pretendemos, neste subcapítulo, demonstrar como a contrarreforma do ensino superior está em sintonia com o movimento de contrarreforma do Estado brasileiro, iniciado nos anos de 1990 e em curso até hoje e quais os elementos que

¹⁰ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 18. Jul. 2016.

constituem a contrarreforma do ensino superior, materializados em programas, documentos oficiais e aparatos legais.

Estimulados pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os Estados Nacionais precisavam estar com orçamentos equilibrados e com estabilidade interna da moeda (COSTA, 2000). Com efeito, a tarefa de reformar os Estados é repassada aos países periféricos para que possam se ajustar ao “novo” cenário de liberalização de mercados.

Como destaca Costa (2000), o processo de liberalização do mercado é uma estratégia do grande capital, para que as regras de regulamentação, em âmbito mundial, sejam modificadas, favorecendo as grandes empresas multinacionais. A reforma dos Estados seria uma medida necessária para ajustá-los às necessidades prementes do capital de sair de sua crise estrutural.

O tema da Reforma do Estado ganhou espaço nos debates políticos e intelectuais durante a década de 1980. Os países que iniciaram as reformas liberais foram: Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália e, ainda, vários outros países europeus como Alemanha e Itália. Na América Latina, Chile, México e Argentina foram os países que iniciaram as experiências de Reforma do Estado, ainda na década de 1980. Longe de ser um processo isento de contradições e de interesses, a Reforma do Estado, foi identificada por vários intelectuais, como uma luta deflagrada pela elite econômica dos países centrais, na busca de ampliar suas ações no mercado mundial, desregulamentando a legislação trabalhista, destruindo a estrutura sindical e pressionando os países periféricos à abrirem seus mercados (COSTA, 2000, p. 52 – 53).

Com a intensa mundialização do capital e a busca de novas formas de dinamizar as economias, foram sendo criados blocos econômicos como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e Mercosul com a participação do Brasil, Argentina e Uruguai. A integração deu maior poder ao comércio internacional e maior abertura de mercado para produtos de diferentes países (COSTA, 2000).

A “reforma” veio como forma de se contrapor ao Estado de Bem-Estar-Social, colocando o Estado sob o crivo do modelo gerencial. Os movimentos reformistas no Brasil foram iniciados pelo ex-presidente Collor de Melo de forma bem inicial, com algumas privatizações como da Usiminas, Petroflex, Alcanorte, Fosfertil entre outras pequenas indústrias (CARINHATO, 2008).

Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao modelo de “reforma” estatal como forma de reestabelecer o crescimento e continuar a estabilização econômica. Criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo ministro, Bresser Pereira, tinha como principal função, desenvolver o processo de reformulação do Estado (idem).

O governo de Fernando Henrique avaliou que o modelo de Estado desenvolvimentista tinha encontrado sua exaustão. Segundo FHC, para retomar o crescimento, era preciso que os excessos do Estado, que estavam localizados, principalmente, na área social, como saúde, educação, cultura e pesquisa científica, fossem retirados. Apesar das forças sociais realizarem um importante papel no recuo das propostas neoliberais, logo no seu primeiro mandato, não foi possível realizar uma forte contestação ao modelo que estava sendo aplicado, devido ao fato de FHC ter governado através de medidas provisórias, que contou com o consenso do Congresso Nacional, além do forte apoio da grande mídia, que discursava a favor das reformas constitucionais para garantir a estabilidade monetária e o controle do processo inflacionário (COSTA, 2000).

A descentralização do Estado foi implementada pela criação de agências autônomas e de organizações sociais. O governo passou a distribuir sua atuação em três setores, são eles: atividades exclusivas do Estado, atividades não exclusivas e o setor de produção de bens e serviços (ZANARDINI, 2007).

Assim explica Pereira (2001)

No domínio dos serviços não exclusivos, a definição do regime de propriedade é mais complexa. Se assumirmos que devem ser financiados ou fomentados pelo Estado, seja porque envolvem direitos humanos básicos (como educação e saúde), seja porque implicam externalidades envolvendo economias que o mercado não pode compensar sob forma de preço e lucro (educação, saúde, cultura e pesquisa científica), não há razão para serem privados. Por outro lado, uma vez que não implicam o exercício do poder do Estado, não há razão para que sejam controlados pelo Estado. Se não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado, não há razão para que sejam controlados pelo Estado. Sem não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado nem de ser propriedade privada, a alternativa é adotar-se o regime da propriedade pública não-estatal, isto é, utilizar organizações de direito privado mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. “Propriedade pública” é aqui utilizado no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, que deve ser de todos e para todos e que não visa ao lucro; “não-estatal”, no sentido de que não é parte do aparelho do Estado (PEREIRA, 2001, p. 38 grifos nossos).

A educação superior e suas pesquisas científicas a partir dessa perspectiva, passa a receber um maior investimento por parte do setor privado, esse é o modelo de ensino superior tão apregoado por Friedman (1985). Como resultados dessas medidas de caráter neoliberal, observa-se na expansão abissal do ensino superior privado até hoje e com a adoção do Programa Universidade para Todos – Prouni, em formato de bolsas, operacionalizando-se, assim, o público não estatal, como já afirmamos antes.

Na educação básica, os organismos internacionais, antes mesmo do governo de Fernando Henrique Cardoso, já exerciam influências, como foi no caso da Conferência de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien na Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO; Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Banco Mundial. O Brasil foi um dos 155 participantes e, nessa conferência, o país assina um acordo em que coloca a educação como obrigação de todos, fazendo recuar o papel do Estado junto à oferta escolar.

As universidades públicas são ameaçadas a ficar numa permanente crise e o discurso neoliberal coloca que a instituição possui autonomia e que a mesma deve procurar seu auto-financiamento. Com efeito, em 1994, criaram-se as fundações de apoio de direito privado para que, instaladas dentro das universidades públicas, pudessem receber subsídios privados, mediante a venda de cursos, pesquisas, projetos, entre outros.

Como forma de sobreviver ao novo modelo imposto, as universidades se veem obrigadas a produzir conhecimentos de interesse do mercado para que os mesmos as financiem, se adaptando ao mercado global.

A adaptação das universidades ao novo paradigma produtivo passa, então, por essa ótica economicista, pela adoção da filosofia da qualidade total (neotecnicismo) aplicada ao ensino superior. Postulam-se a legitimidade social e a eficácia total das universidades, que podem ser obtidas com sua inserção na busca da qualidade total, já que se vive na era da excelência. As universidades devem, então, agregar novos valores a seus serviços, ao mesmo tempo que redescobrem sua natureza, sua missão e sua identidade. Podem ser *úteis*, se corresponderem aos desafios do mundo atual: a satisfação dos clientes, a produtividade, a inovação e a sobrevivência pela competitividade. Pretende-se, portanto, que elas assimilem a ótica de funcionamento, os princípios e os objetivos da qualidade total (já vivenciados na indústria e no comércio). Essa nova cultura institucional levaria as universidades a buscar constantemente a qualidade total dos serviços, bem como a formar

profissionais capazes de corresponder às sempre novas necessidades do mercado (LIBÂNEO; OLIVEIRA, 2003, p.105).

Enquanto as universidades públicas se adaptam a esse novo modelo, as instituições privadas crescem de maneira rápida com recursos do governo federal, através de Programas que repassam dinheiro público para custeio de bolsas em universidade particulares, financiamento estudantil, financiamento para pesquisa, entre outros. Segundo Coggiola (2001), o governo FHC custeou mais de 60 mil empréstimos para mensalidades em universidades privadas.

O movimento privatista em torno do ensino superior brasileiro tem, portanto, uma estreita relação com a “reforma” do Estado, que demandará novos contornos formativos e estruturais nas universidades, constituindo marcos importantes na tarefa de reformar essas instituições.

A universidade pública também se tornou alvo de diversas formas de privatização. Diante da ofensiva neoliberal, a universidade não se privatizou na sua totalidade, mas de pequenas formas, que comprometeram os objetivos da instituição diante da sociedade, atendendo cada vez mais aos interesses do mercado.

Como aborda Minto (2006), de um lado, há um crescente beneficiamento das IES privadas e sua consequente expansão, de outro, há um processo de privatização interna nas IES públicas, principalmente, mediante a criação de pós-graduações pagas, nas quais os docentes das universidades públicas dão o *status* tão almejado para uma maior procura dos cursos e, assim, maior rentabilidade, por meio das fundações de apoio, que passam a ser o veículo legal para que investimentos privados adentrem nessas instituições públicas. Atualmente, as fundações de apoio estão presentes em diversas IES estaduais e federais, como bem destaca a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (2004).

[...]a auto-definição das fundações privadas “de apoio” como entidades “sem fins lucrativos” escamoteia a vocação e as práticas empresariais da maior parte delas, organizadas que são com o propósito de realizar negócios — assessoria, consultoria, projetos, cursos pagos — que propiciem remuneração adicional aos docentes que nelas atuam. Note-se que sua condição jurídico-formal de entidades “incumbidas estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional”, e “sem fins lucrativos”, concede-lhes privilégios como isenção fiscal (letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal; e MP 1858-6 para o caso da Cofins) e dispensa de licitação por parte do poder público (2004 p.08).

Tais fundações na USP contribuem com menos de 2% do Orçamento anual da universidade, como, também as maiores fundações repassam menos de 5% da receita arrecadada anualmente. Outro problema constatado é que os cursos pagos realizados por tais fundações se tornaram uma indústria para arrecadação de dinheiro, ferindo os artigos 206 e 208 da Constituição Federal, que garantem a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, além de quebrar a isonomia salarial e não se ter um controle das fundações nem das atividades dos docentes que pertencem ao regime de trabalho integral (ADUSP, 2004).

Sguissardi (2002) traz outros dados sobre as fundações de apoio, mostrando claramente que essa forma de privatização se expandiu por todo o Brasil

Um dado a observar, em relação às fundações criadas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é que do início dos anos 70 a 1995 - 25 anos- criaram-se 42 fundações para um total de cerca de 50 IFES. De 1995 a 2001 esse número saltou para 95, num crescimento médio anual de 10 novas fundações. Algumas IFES não possuíam fundações, 22 possuem uma única e algumas UFMG e UFBA, por exemplo, possuem seis cada (2002, p. 85).

Como observado pelo autor, há um claro aumento das fundações a partir da adoção de um Estado mínimo pelo governo, seguindo as deliberações do Consenso de Washington¹¹ e das propostas contidas no Plano Diretor da Reforma do Estado¹² (IDEM).

Reforçamos, portanto, que o processo de privatização do ensino superior foi duplo: por um lado, houve uma intencionalidade na crise das universidades públicas e; no outro, aconteceu um incentivo para que as universidades e faculdades particulares se expandissem com recurso público.

Conforme Sguissardi (2002), no período de 18 anos, entre 1980 e 1998, o número de instituições públicas federais permaneceu praticamente o mesmo. Já as instituições privadas passaram de 764 para 2.016 em menos de dez anos. Mas, se considerarmos os dados de 2008, constatamos um enorme crescimento das instituições privadas, alcançando 89,5% das IES no Brasil, sendo que, no mesmo ano, apenas 10,5%

¹¹ O termo Consenso de Washington está relacionado como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989 (BIANCHETTI, 2001).

¹² O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração. Federal e da Reforma do Estado (COSTA, 2000)

das IES eram públicas, como podemos observar na Tabela 2. Essa evolução é ainda mais significativa, se considerarmos o período de 1995 a 2014, conforme demonstra a mesma tabela.

Tabela 2 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 1995 a 2014

Ano	Total de IES	Pública		Privada	
		Total	%	Total	%
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	2.100	88,3

2011	2.365	284	12	2.081	87,9
2012	2.416	304	12,5	2.112	87,4
2013	2.391	301	12,5	2.090	87,4
2014	2.368	298	12,6	2.069	87,4

Fonte: INEP

Apesar do crescimento do número de instituições públicas, depois de um grande período de estagnação, o setor público ainda representa uma pequena parcela frente ao setor privado, que vem em crescimento desde 1998 até 2010. O crescimento não se dá apenas no número de instituições, mas também no número de matrículas, conforme a tabela 3.

Tabela 3 - Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa – Brasil – 1995 a 2014

Ano	Total de IES	Pública		Privada	
		Total	%	Total	%
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
1999	2.369.945	832.022	35,1	1.537.923	64,9
2000	2.694.245	887.026	32,9	1.807.219	67,1
2001	3.036.113	944.584	31,1	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	3.632.487	74,4

2007	5.250.147	1.335.177	25,4	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	4.255.064	73,3
2009	5.924.021	1.523.953	25,6	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,6	4.430.157	74,2
2011	6.765.540	1.880.820	27,8	4.884.719	72,2
2012	7.058.084	1.897.376	26,8	5.140.132	72,8
2013	7.322.964	1.932.527	26,3	5.373.450	73,3
2014	7.828.013	1.961.002	25	5.867.011	74,9

Fonte: INEP

A expansão do ensino superior público se deu principalmente a partir de instituições de âmbito federal e um dos programas de expansão do ensino superior foi o REUNI. A criação do REUNI surge como um programa de governo estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Lima (2009) ressalta que as metas do REUNI não são características novas apresentadas como proposta para o ensino superior, pois as medidas impostas pelo REUNI seguem a cartilha de reformas elaboradas pelo Banco Mundial para os países subdesenvolvidos.

A adesão ao REUNI expressa uma política de precarização e quebra do modelo de universidade centrada no ensino, pesquisa e extensão. O aumento progressivo de alunos até atingir o número de 18 alunos por professor e a criação de novos currículos com base em uma formação aligeirada tornam evidentes dois tipos de precarização, a do trabalho docente e a da formação profissional. Como aborda Lima (2009), a universidade se tornou uma universidade com foco no ensino pragmático cada vez mais submetida à lógica do mercado.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI é uma manifestação clara de como os governos brasileiros operam no alargamento dos ganhos dos empresários do ensino superior, mediante a renúncia fiscal do Estado. O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213 do Governo de Luís Inácio da Silva (Lula) e regulamentado

pela Lei nº 11.096/05. Consiste na concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais para estudantes que tenham cursado o ensino médio todo em escolas públicas ou em escolas privadas na condição de bolsista integral para cursar a graduação em IES privada. Como forma de contrapartida, o governo oferece isenção de impostos às IES privadas que aderirem ao PROUNI (CARVALHO, 2006 *apud* MACHADO e ROCHA, 2011 p. 384).

O discurso proferido pelo governo coloca o PROUNI como uma forma de democratização do Ensino Superior. Como analisado por Machado e Rocha (2011)

No início do programa (2005), o total de bolsas distribuídas no Brasil foi de 112.275 bolsas, das quais 71.905 (64%) eram integrais e 40.370 (36%) parciais. Em 2009, foram 247.643 bolsas concedidas, das quais 153.126 (62%) foram integrais e 247.643 (38%) parciais. Evidencia-se, portanto, a crescente distribuição de bolsas que em cinco anos de programa (2005-2009) mais que dobrou seu número (p. 385).

Um dos problemas do Programa consiste no fato de que não há para todos os bolsistas, subsídios financeiros extras para que os estudantes possam se manter nos cursos. Para se obter a bolsa integral, a renda familiar do estudante deve ser de no máximo, um salário mínimo e meio. Com uma renda de tão baixo valor, torna-se extremamente complicado manter um estudante em uma IES privada tendo que arcar com material didático, alimentação, deslocamento e outras despesas não previstas no Programa. Posteriormente à sua implementação, a Medida Provisória N° 251, de 14 de junho de 2005, autoriza a concessão de bolsa-permanência no valor de R\$ 300,00 mensais, mas somente para estudantes matriculados em cursos integrais. Tal medida beneficia parte dos alunos, mas deixa uma lacuna em relação aos outros estudantes, que também possuem despesas mesmo em cursos que sejam em períodos parciais. A iniciativa mostra-se importante, mas é insuficiente para atender a todos os estudantes que buscam realizar suas graduações nessas instituições. (MACHADO E ROCHA, 2011).

Como demonstra Machado e Rocha (2011), o setor privado cresce de maneira rápida:

É impressionante o crescimento do setor privado no ensino superior brasileiro nos últimos anos. Ao todo, foram oferecidas 2.002.733 vagas, das quais 1.721.520 (89%) foram da rede privada, quase igual à quantidade dos que concluíram o ensino médio (1,88 milhões). Os que ingressaram na rede pública foram 267.081 estudantes, das 281.213 vagas ofertadas, enquanto na

iniciativa privada somente 995.873 adentraram, ficando 725.647 “ociosas” (p. 389).

É importante ressaltar que os mesmos grupos que fazem parte do setor privado, também mantêm escolas de ensino médio, nas quais, muitos dos alunos reprovados para as IES públicas são aceitos no setor privado com fácil aprovação ou sem qualquer processo seletivo (*idem*).

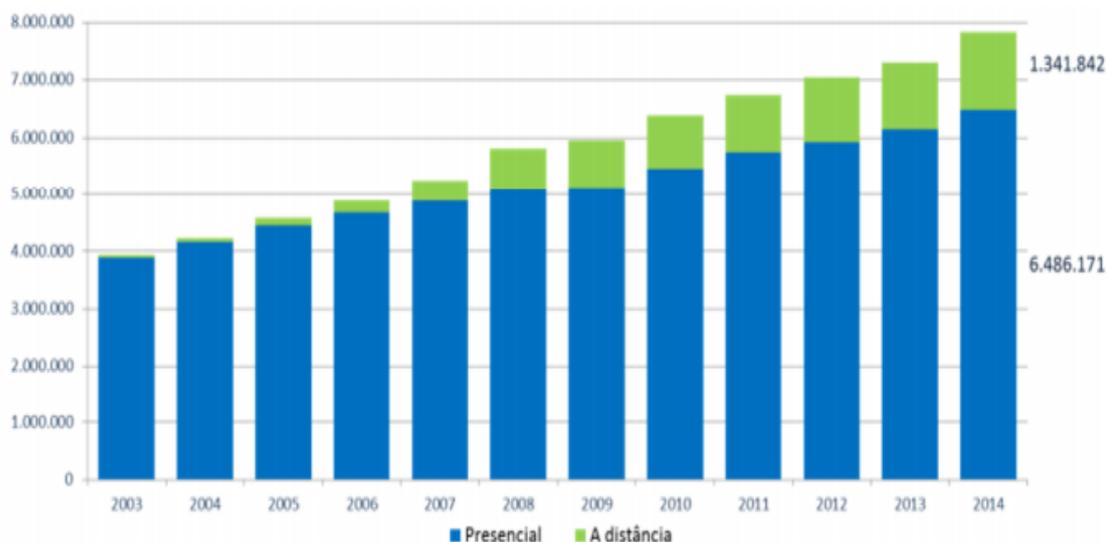
Segundo Machado e Rocha (2011, p. 390)

O discurso que apregoa haver vagas ociosas na rede privada foi utilizado pelo governo na criação do PROUNI. Segundo este, além de vagas não serem ocupadas, as IES privadas ainda têm que administrar altas taxas de inadimplência e evasão. O negócio da educação superior, portanto, recebe ajuda direta do Estado, que, como favorecedor das iniciativas mercantis, passa a subsidiar parte desse negócio, por meio do PROUNI.

Como resultado da política do PROUNI, as IES privadas no Brasil crescem. No Ceará, em 2009, existiam 55 IES, sendo 41 faculdades, 5 universidades, 8 institutos superiores e 1 centro tecnológico, a maioria delas pertencem ao setor privado. De acordo com o Censo de 2014, no Brasil, existem 2.000 Instituições privadas e 301 Públicas, em comparação ao ano de 2012, houve um crescimento de 3,8%. As IES privadas têm 71,4% das matrículas na graduação e as IES públicas 28,6% de alunos matriculados (BRASIL, 2014).

Outra forma de elevar os números de expansão no ensino superior foi com a expansão da Educação à Distância (EAD). Em 2005, foi criada a Universidade Aberta do Brasil pelo Ministério da Educação, em parceria com a ANDIFES e empresas estatais. A partir dessa iniciativa, houve uma expansão nos números de matrículas no ensino superior a distância conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino Brasil – 2003-2014



Fonte: INEP

No período de 2013 a 2014, essa modalidade de ensino apresentou a taxa de crescimento de 17,8%, o que representa 1.341.842 matrículas em cursos de graduação, a rede privada concentra 89,6% dessas matrículas.

Outro programa de incentivo à expansão das IES privadas foi o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), instituído através da lei 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), o qual concede ao estudante cursar uma graduação, mestrado ou doutorado em uma IES privada e somente pagando o curso após ter se formado.

Com relação ao FIES, Carvalho (2014) constata que

[...] o FIES ficou bastante aquém do esperado e perdeu protagonismo quanto ao papel de estímulo à demanda. Este fenômeno pode ser compreendido no governo Lula pelo maior interesse dos estudantes provenientes das camadas mais pobres pelo Prouni, uma vez que a maioria beneficiou-se de bolsa de estudo integral a qual não envolve qualquer contrapartida financeira do alunado. No caso dos alunos pleiteantes à bolsa parcial, há opção entre o pagamento dos encargos educacionais ou recorrer ao financiamento estudantil. De todo modo, apesar da flexibilidade nas regras e a redução da taxa de juros subsidiada em 2010, que dobraram o número de contratos, estes representam somente 2% das matrículas privadas. Ao que tudo indica, ainda restam obstáculos oriundos das condições socioeconômicas do público alvo do programa. Os elementos limitantes residem na insegurança do aluno frente ao compromisso a ser assumido a título oneroso de longo prazo em face da

instabilidade profissional após a formatura, bem como a exigência de fiador que comprove renda igual para bolsistas do Prouni ou o dobro do valor das mensalidades para demais, uma vez que os prováveis fiadores são familiares que vivem sob as mesmas condições precárias que o estudante (p. 32-33).

Diante de programas como o FIES e o PROUNI, fica claro que o modelo de ensino superior vem sendo alterado com a participação do setor privado. A continuidade do FIES está clara na meta 12 do PNE, na qual propõe-se expandir o FIES e progressivamente dispensar a obrigatoriedade de um fiador. Dados do relatório de gestão do FIES comprovavam que o Programa estava em contínuo crescimento, em 1999 o programa atendia a 67.202 estudantes, em 2000 houve um acréscimo de 35.299, totalizando 102.501 estudantes beneficiados.

Em 2011, cerca de 153 mil novos estudantes foram beneficiados, representando um crescimento de 102% em contratações quando comparado a 2010. No ano seguinte, o crescimento chegou a 140% com relação a 2011. Em 2013, o Fundo propiciou acesso a mais de 557 mil estudantes e em 2014, houve cerca 732.243 alunos beneficiados para os cursos de graduação em instituições de educação superior pertencentes a 1.290 entidades mantenedoras com adesão ao Fies (BRASIL, 2016).

Atualmente, no governo de Michel Temer, o orçamento para o Programa tem sido reduzido. Segundo o Jornal Estadão (06 de fevereiro de 2017), em fevereiro de 2017, Mendonça Filho, atual Ministro da Educação, anunciou redução de 29% das verbas destinadas ao FIES.

Por fim, concluímos esse tópico advogando que no atual cenário de contrarreforma, o modelo alemão humboldtiano, centrado no ensino, pesquisa e extensão, vem sendo deixado de lado em troca das graduações em curtos períodos, oferecidas a qualquer custo ou até mesmo à distância, com padrões questionáveis de ensino. As IES privadas tornaram-se verdadeiros escolões, nos quais é dada a importância máxima ao lucro e deixando a desejar em relação aos conhecimentos científicos úteis a toda sociedade.

3 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADE FEDERAIS – REUNI: PRESSUPOSTOS, BASES LEGAIS E CONTEXTUAIS

Analisar o REUNI em sua essência torna-se importante para compreender sua linha de ação, resgatando desde o processo de Bolonha que é basilar para o REUNI, e seus conceitos de atuação dentro da universidade. Nesse capítulo abordaremos o REUNI desde o decreto para analisar sua execução nas Universidades Brasileiras e como se deu esse processo de aplicação.

3.1. Pressupostos basilares do REUNI

Neste subcapítulo abordaremos os elementos que compõem o REUNI, desde o modelo europeu que serviu como base para a sua criação, o chamado processo de Bolonha, até sua implantação nas universidades brasileiras, como, também, a análise do projeto de lei que institui o REUNI.

Como apontado antes, o modelo do REUNI tem como projeto basilar o processo de Bolonha, que foi implantado na Europa já no início dos anos 2000. Para compreender esse processo iremos fazer um breve histórico do mesmo.

Antes da chamada Declaração de Bolonha que iniciaria a criação do Processo de Bolonha, os ministros responsáveis pelo ensino superior da França, Alemanha, Itália e Reino Unido realizaram um acordo sobre os pilares que o constituía quais sejam a unidade entre os sistemas de ensino superior devendo ser compatíveis entre si, a fim de fortalecer as qualificações e aumentar a competitividade internacional, por fim são mencionadas uma estrutura baseada em ciclos e o uso de créditos. Esse acordo foi nomeado de Declaração de Sorbone, assinada em 1998.

Um ano depois 29 países europeus estiveram presentes em Bolonha e assinaram a declaração que estabeleceu a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, sendo que a meta era que sua criação fosse feita até o ano de 2010. Como principais objetivos foram propostos o aumento da competitividade dos sistemas de ensino e a promoção da empregabilidade e mobilidade no espaço europeu.

As linhas de ações contidas no documento foram: adoção de um sistema de graus facilmente compreensíveis e adoção de um sistema baseado em dois ciclos. A proposta

contida no documento de Bolonha visa o estabelecimento de um sistema de acumulação e transferência de créditos, dessa forma, promover a mobilidade de estudantes, docentes, e outros trabalhadores para que obstáculos administrativos fossem removidos no reconhecimento de diplomas. No documento fica claro que a intenção é se criar uma ideia de dimensão europeia do ensino superior submetendo todo esse sistema a um tipo de avaliação da qualidade do ensino superior.¹³

A cada dois anos, os países signatários da Declaração de Bolonha ainda se reúnem para avaliar o processo e como está se desenvolvendo. Ao final da reunião é emitido um comunicado informando os progressos efetuados, como também, traçando as metas a curto e longo prazo da Declaração. Na reunião de avaliação realizada em Praga (2001), foram adicionadas mais três linhas de ações, que incluem a estratégia de aprendizagem ao longo da vida, buscando envolver instituições de ensino superior e dos estudantes como parceiros nesse processo, além de ter como objetivo expandir o Espaço Europeu de Ensino Superior a nível mundial.

Em Berlim (2003) os países avaliaram que em 2005 as seguintes etapas deviam estar concluídas, a certificação da qualidade do ensino superior, a mudança da estrutura de ensino baseada em dois ciclos e o reconhecimento dos graus (licenciatura, mestrado, doutoramento) e períodos de estudo, através da emissão gratuita do Suplemento ao Diploma, num idioma amplamente falado na Europa.

Ainda nesse encontro foi incluída a décima linha de ação que amplia os ciclos de estudos com a inclusão dos programas de doutoramento como o terceiro ciclo de ensino. O número de países signatários também cresceu com a adesão dos países do leste da Rússia atingindo o número de 40 países.

Em Londres (2007), o grupo reafirmou a necessidade de se manter o Espaço de Ensino Europeu após 2010 como forma de responder aos chamados desafios da globalização. As suas linhas de ações foram mantidas e encaminhado uma avaliação para o encontro seguinte, já que o Processo de Bolonha completaria dez anos.

Quando ocorreu a reunião de avaliação em Leuven e Louvain-la-Neuve (2009) o número de países que aderiram ao processo já estava em 46. Nessa reunião foram determinadas definições de políticas conjuntas até 2020, onde foram reafirmadas a

¹³ Para o levantamento dessas informações usamos como fonte o site da Universidade Nova de Lisboa através de seu site: http://www.unl.pt/pt/universidade/Processo_de_Bolonha/pid=79/
Acesso em: 25 nov 2016.

importância da aprendizagem ao longo da vida, a necessidade de alargamento do acesso ao ensino superior e a mobilidade neste nível de ensino, tendo sido acordado que, até 2020, pelo menos 20% dos que se graduarão no Espaço Europeu de Ensino Superior deverão experienciar um período de estudo ou de estágio num outro país que não o seu de origem.

Em Budapeste e Viena (2010), foi oficializada a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior e a entrada do Cazaquistão no grupo de países signatários. Em 2012 o encontro foi realizado em Bucareste, nessa reunião, o Espaço Europeu de Ensino Superior foi avaliado como uma importante política de recuperação da economia europeia, gerando empregos e crescimento sustentado, para isso seria necessário o foco nas metas que buscam possibilitar um ensino superior de qualidade a mais estudantes, melhorar o desenvolvimento de competências nos estudantes que aumentem sua empregabilidade e promova uma maior mobilidade de estudantes.

As linhas gerais adotadas pelo Processo de Bolonha deixam bem explícitas qual o novo modelo de universidade e a quem esse modelo irá servir. O que torna um fato mais ainda preocupante é a pretensão desse modelo tornar-se global, levando as demandas do mercado para todas as universidades.

Para Ferreira (2010), o processo de reestruturação iniciado em toda a união europeia visa rever e criticar três modelos de universidades.

a) o modelo francês, que se caracterizava pelo ensino público, leigo e padronizado, fortemente controlado pelo Estado e com ênfase na formação de profissionais para o mercado de trabalho e ocupações nos quadros do próprio Estado; b) o modelo alemão, em que a universidade caracterizava-se pela autonomia e pela liberdade, mesmo contando com o financiamento do Estado, onde a instituição buscava ser um centro intelectual de alta cultura, de formação das elites e de qualidade no âmbito da pesquisa; c) o modelo inglês, em que o ideal universitário partia do princípio da formação não utilitária e da formação integral mediante um método praticamente individual, onde a pesquisa científica, bem como a formação profissional, eram relegadas a um segundo plano (FERREIRA, 2010, p. 54).

O modelo estadunidense é visto com bons olhos como um parâmetro de reforma para as universidades europeias, pois tem o caráter imediatista e de formação utilitária para a economia, além do fato de apresentar uma grande diversificação de instituições

de ensino superior¹⁴ que formam desde a grande elite da sociedade estadunidense até cursos profissionalizantes que atendem as classes mais pobres (FERREIRA, 2010).

Lima (2008) caracteriza a reestruturação das universidades europeias como um processo de alta centralização política, pois foi imposta uma agenda a se cumprir sem uma avaliação das universidades sobre as novas demandas que estavam sendo construídas. A implantação dessa política transnacional caracterizou-se por um processo de pouco debate público e aceitação em massa por partes dos países que compunham o bloco europeu.

O modelo imposto pelo Processo de Bolonha claramente segue uma linha de formulação neoliberal, pois impõe uma formação mais rápida visando as demandas do mercado, além de que essa medida diminui os custos dos alunos na universidade.

Para Ferreira (2010)

De maneira geral, diferentes países vêm adotando uma nova regulação transnacional para a educação superior, traduzida em políticas, projetos e ações. Nessa direção, busca-se: a) maior articulação entre os sistemas educativos e o setor produtivo; b) expansão e absorção de um número crescente de alunos; c) racionalização na utilização dos recursos públicos e prestação de contas (accountability), conjugadas com autonomia e programa de avaliação centrada nos resultados; d) adoção de gestão estratégica e de gestores empreendedores para as universidades; e) diferenciação das Instituições de Ensino Superior (IES), dos programas e dos cursos, bem como maior regionalização e atendimento ao meio econômico e social em que as instituições estão inseridas; f) diversificação das fontes de financiamento; g) expansão de cursos e vagas via crescimento de IES privadas; h) reorganização e flexibilização curricular, tendo em vista a adoção dos chamados currículos por competências; i) criação de novas modalidades e tipos de cursos, em face dos novos nichos e demandas do mercado (FERREIRA, 2010, 57).

O que observamos é cada vez mais a universidade orientada pelos princípios do mercado expresso na qualidade orientada pelos parâmetros do mesmo, e pelas questões meritocráticas, da competição, diversidade e descentralização da gestão.

¹⁴ Por meio do decreto 2.032 de agosto de 1997 estabelece que as instituições de ensino superior podem assumir variados formatos como: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores. Com essa mudança mantém-se a exigência de pesquisa apenas nas universidades, estabelecendo a distinção entre as universidades de pesquisa e as de ensino (FREITAS, 1999).

A lógica de uma universidade mais alinhada com o mercado fica mais evidente quando a União Europeia estabelece que as universidades têm uma “nova” finalidade social que é a construção de uma sociedade europeia do conhecimento na disputa da economia mundial. Ferreira (2010) aponta para o fato de que o ensino superior tem cada vez mais o caráter de uma política de desenvolvimento e empregabilidade e formador de capital humano, uma mercadoria necessária para o desenvolvimento da União Europeia.

Lima (2008) alerta para o fato de que o processo de reestruturação se dá de diferentes formas. No caso de Portugal, o Processo de Bolonha levou ao corte de 15% no orçamento do ensino superior no ano de 2006-2007 e diversas medidas de racionalização que afetam principalmente o trabalho docente. Também houve uma redução da duração dos cursos de graduação, apontando que o processo de reestruturação pode constituir-se como uma mudança superficial, incapaz de promover grandes mudanças na organização do trabalho docente e discente.

Para Ferreira (2010)

Nesse contexto, verifica-se que a universidade na União Européia vem abrindo mão de suas referências clássicas de estruturação, tendo em vista adquirir maior eficácia na chamada sociedade ou economia do conhecimento, convertendo-se em uma organização capaz de especializar-se em certas competências de ensino e de pesquisa, em consonância com o projeto de desenvolvimento econômico da União Européia. Nessa direção, o modelo anglo-saxão passa a ser um importante referencial para as universidades, sobretudo em relação ao financiamento e competitividade. Nessa perspectiva, as universidades devem diversificar-se em relação a seus papéis, não se espelhando somente no modelo ensino-pesquisa, mas incorporando outro importante elemento: a inovação tecnológica. De igual modo, as pesquisas devem ser avaliadas e financiadas em razão da sua efetiva contribuição para a inovação tecnológica e ampliação das vantagens competitivas no mundo globalizado (FERREIRA, 2010, p. 57).

Assim como no Brasil, as representações estudantis posicionam-se como um dos setores mais críticos à reforma universitária no modelo do Processo de Bolonha. Lima (2008) destaca que entre as críticas está a falta de participação no processo avaliativo, a dificuldade de acesso em alguns países ao chamado segundo ciclo (mestrado) e terceiro ciclo (doutorado) e o pagamento de taxas elevadas, que segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) devem ser elevadas progressivamente até se aproximar dos custos reais por aluno. Outra crítica se dá ao processo de mobilidade acadêmica, que se restringe a uma pequena parcela dos alunos

que têm possibilidade de pagar as despesas de países terceiros para estudar na Europa. Fato semelhante ao que acontece aqui no Brasil após a adoção do sistema do Sistema de Seleção Unificada (SISU), quando poucos alunos conseguem realizar tal mobilidade dentro do país e as universidades apresentam precárias estruturas como de residência universitária, restaurantes, assistência médica, entre outros.

É nesse contexto que as reformas universitárias iniciadas nos países hegemônicos atingem os países periféricos e ditam como os mesmos devem formular suas políticas de ensino superior.

Assim, as universidades dos países periféricos correm o risco de continuar a ter o papel de receptoras e importadoras de conhecimentos e tecnologias dos países hegemônicos e de assumir, na divisão do trabalho de produção do conhecimento, o papel de priorizar o ensino e de concentrar sua atuação no local, no regional e, em parte, no nacional. Muitos países periféricos são vistos, pelos países hegemônicos, como ambientes promissores para investimento e expansão do capital, incluindo a educação superior como serviço. Daí, a importância da educação estar inserida no setor de serviços no mercado internacional (FERREIRA, 2010, p. 57).

Lima (2008) destaca que não é a primeira vez que o Brasil adota medidas aplicadas em países hegemônicos para a sua realidade, tomando como exemplo o modelo departamental aplicado em 1968 no regime militar, essa estrutura se assemelhava à adotada no sistema norte-americano. Nos anos de 1990, as reformas adotadas tinham como referencial o modelo liberal ortodoxo empregado pelo Banco Mundial. No século XXI esse movimento continua, com a adoção do REUNI que tem como inspiração, o modelo do Processo de Bolonha, com o objetivo de tornar o Ensino Superior mais competitivo frente a países e blocos econômicos, além de padronizar os sistemas universitários nacionais, currículos acadêmicos e formação contínua reconhecida em toda a Europa.

É diante desse contexto que o Brasil adota as medidas de reforma no ensino superior, como destaca Ferreira (2010).

A reforma da educação superior no Brasil, principalmente no governo Lula (2003-2010), vem permitindo certa aproximação, apesar da especificidade do país, com o movimento de transformação desse nível de ensino no plano global e, logo, com a nova dinâmica introduzida pelo Processo de Bolonha, pois verifica-se, dentre outras: a) centralidade dos sistemas de avaliação e regulação, que promove maior ranqueamento e a competitividade entre as IES; b) maior incentivo à parceria universidade - setor produtivo; c) adoção de

mecanismos de gestão estratégica ou gerencial; d) diversificação de cursos e de IES; e) estabelecimento de metas para ampliar vagas, aumentar a relação professor-aluno e diminuir o custo-aluno nas universidades públicas federais; f) ampliação dos cursos e das vagas mediante educação superior a distância; g) criação e ampliação de sistemas de concessão de bolsas para estudantes pobres em IES privadas (FERREIRA, 2010, p.59).

Em 2007, começaram as primeiras aproximações de aplicação de um novo modelo universitário com inspiração no Processo de Bolonha. As mudanças começariam pela estrutura acadêmica do ensino superior, que passariam a compor três ciclos: Bacharelado Interdisciplinar, Formação Profissional, Pós-Graduação. Três universidades apresentaram interesse em implantar o projeto, a Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília e Universidade Federal do ABC.

A criação do REUNI integra um programa de governo estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), ao qual cada universidade possui autonomia para aplicar ou não a reestruturação universitária. O PDE elenca os princípios que devem reger o REUNI como:

- i) Expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional;
- ii) Garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade;
- iii) Promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica;
- iv) Ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País;
- v) Desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação (PDE, 2007, p. 11).

Segundo Lima (2009, p.03)

O REUNI foi divulgado pelo governo Lula da Silva através de um Decreto Presidencial (6096/07) e apresenta os seguintes objetivos: elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%; aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da criação dos cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissional) e da educação a distância, incentivando a criação de um novo sistema de títulos e a mobilidade estudantil entre as instituições (públicas e/ou privadas) de ensino. Todas estas ações deverão ser realizadas no prazo de cinco anos.

Através de suas metas, o Governo entende que os currículos dos cursos estão defasados tendo que se adaptar a uma nova perspectiva de flexibilização. Também

fica explícito o caráter cada vez mais pragmático da Universidade recorrendo à implantação e à expansão da Educação à Distância, como também, a inclusão de cursos de caráter profissionalizante.

Cada universidade estabeleceu sua forma de aplicação do REUNI, observando suas especificidades e, mesmo que o planejamento esteja condizente com as metas do REUNI, deve receber o aval da Secretária de Ensino Superior (SESu). Caso a universidade optasse por não aderir ao REUNI, a mesma sofreria um forte boicote orçamentário por parte do governo, já que o repasse das verbas estava ligado a aplicação das metas do Programa (SANTOS, 2009).

Outro aspecto apontado por Santos (2009, p.11) consiste no curto tempo de debate interno sobre o Programa

[...] O Decreto foi instituído em abril de 2007 e se fixou o final de outubro do mesmo ano como prazo-limite para o envio do documento. Contesta-se, argumentando que a efetivação de um Programa dessa envergadura, que modifica significativamente a estrutura das universidades, requer um amplo e consistente processo de debates por parte dos atores sociais que nelas estão, bem como por outros agentes que, de alguma forma, estão mergulhados nas dinâmicas universitárias, como o caso dos sindicatos de docentes e de funcionários, das representações estudantis, das agências de fomento, entre outros.

Como resultado da maneira arbitrária como foi conduzida a implementação do REUNI, várias universidades tiveram seus Conselhos internos invadidos (inclusive na Universidade Federal do Ceará), mostrando que a democracia universitária muitas vezes se choca com a burocracia dos espaços deliberativos (SANTOS, 2009).

O Projeto Universidade Nova da Universidade Federal da Bahia foi basilar na elaboração do REUNI. A proposta de “Universidade Nova” foi lançada em 2006 com a presença do Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho¹⁵ realizando diversas palestras nas universidades (MARTINEZ; TONEGUTTI, 2008).

Segundo Martinez e Tonegutti, 2008

Na sua apresentação nesse II Seminário (4), o Prof. Naomar afirma que “a idéia de estudos superiores de graduação de maior amplitude e não comprometidos com uma profissionalização precoce e fechada, bem como maior integração entre esses estudos e os de pós-graduação, já é realidade em muitos países social e economicamente desenvolvidos. O processo europeu de Bolonha é um exemplo eloquente dessa concepção acadêmica que, por força das demandas da Sociedade do Conhecimento e de um mundo do

¹⁵ O professor Naomar de Almeida Filho realizou inúmeras aulas inaugurais e palestras sobre a “Universidade Nova” propagandeando como uma nova instituição contra a obsolescência das universidades de modelo tradicional (LÉDA; MANCEBO, 2009).

trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade, certamente se consolidará como um dos modelos de educação superior de referência para o futuro próximo”(MARTINEZ; TONEGUTTI, 2008, p. 02).

Através do REUNI foram criados os bacharelados interdisciplinares para atender a uma “nova arquitetura curricular”. Diminuindo o tempo de formação nas graduações e colocando os cursos em caráter tecnológico.

Conforme Martinez e Tonegutti (2008, p. 3),

Como esse desenho curricular proposto no projeto Universidade Nova assemelha-se à fracassada implantação, pela Reforma Universitária de 1968, dos Ciclos Básicos, convém atentar que estes estavam entre os motivos daquele insucesso. Já em novembro de 1973, no Encontro de Reitores das Universidades Públicas e Diretores dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, realizado em Brasília, a Universidade Federal da Bahia apresentou trabalho sobre a implantação da reforma universitária, no âmbito das diversas universidades brasileiras, através de convênio firmado com o Departamento de Assuntos Universitários do MEC. As conclusões apresentadas por esse trabalho, com relação às Universidades Federais, apontam que os principais problemas registrados foram: excedentes internos, congestionamento nos cursos de maior procura, alto índice de repetência, ausência de disciplinas humanísticas para as áreas de tecnologia e saúde, padronização do ensino, fixação de currículo, prazo exagerado. Na Reforma Universitária de 1968, o desenho curricular foi em grande parte inspirado no modelo americano. Entretanto, as Universidades Americanas possuem uma infra-estrutura muito superior, em sua grande maioria, das existentes aqui o que permite o funcionamento de currículos com variados caminhos possíveis aos estudantes. Nesse sentido, alguns dos caminhos curriculares daquelas universidades podem se assemelhar as propostas acima, mas isto ocorre em condições bastante distintas das existentes aqui, inclusive no tocante ao apoio financeiro público para sustentar a permanência do estudante no ensino superior.

De acordo com Lima (2009), portarias interministeriais como 22 e 224/07 (Brasil, MEC/MPOG, 2007) caracterizam medidas para a implementação efetiva do REUNI, criando um banco de professores-equivalentes e estimulando a contratação de professores em regime de trabalho de 20 horas para o trabalho em sala de aula. Tal medida evidencia ajustes na estrutura acadêmica para que os professores cumpram apenas a atividade de ensino e não mais realizando pesquisa e extensão universitária.

O REUNI foi instituído a partir do decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, e um dos principais objetivos do programa era a ampliação das condições de acesso e permanência nas universidades. Esse objetivo estava previsto no PNE (2001 - 2011) que estabeleceu como meta o acesso ao ensino superior 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (MEC, 2007).

A partir do primeiro parágrafo do primeiro artigo do decreto observa-se que o programa busca duas vias de ampliação de ofertas de vagas no ensino superior. A primeira será elevando a taxa de conclusão a um número muito alto, para assim ofertar mais vagas e a segunda será por meio da elevação do número de alunos por professor, caracterizando a precarização do trabalho docente, visto que, muitos professores além de lidar com turmas maiores também precisam realizar atividades de pesquisa e extensão.

O segundo artigo do REUNI estabelece as seguintes diretrizes:

- I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Segundo Da Silva (2014), as diretrizes estabelecem as seguintes dimensões:

Tabela 4 – Dimensões e aspectos específicos do REUNI.

Dimensões	Aspectos específicos (Diretrizes do Artigo 2º, do Decreto nº 6.096/2007)
I Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública	1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
	2. Redução das taxas de evasão; e
	3. Ocupação de vagas ociosas.
II Reestruturação Acadêmico-Curricular	4. Revisão da estrutura acadêmica, buscando a constante elevação da qualidade;
	5. Reorganização dos cursos de graduação;
	6. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
	7. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
	8. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.
III Renovação Pedagógica da Educação Superior	9. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
	10. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
	11. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.
IV Mobilidade Intra e Inter-Institucional	12. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.
V Compromisso Social da Instituição	13. Políticas de inclusão;
	14. Programas de assistência estudantil; e
	15. Políticas de extensão universitária.
VI Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	16. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão qualitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Fonte: Da Silva (2014).

A partir da Tabela 4 exposta compreendemos que o REUNI não é um simples programa de expansão universitária, mas, também, almeja, sobretudo, a redefinição dos currículos acadêmicos para os chamados bacharelados interdisciplinares, que podem ser

visto nos pontos II e III. São essas diretrizes que aproximam o REUNI ao modelo estadunidense de ensino superior e ao processo de Bolonha ocorrido em toda a Europa.

Com base na Tabela 5, a seguir podemos observar a dimensão da proposta de reformulação curricular seguida a partir do REUNI.

Tabela 5– Universidades que aderiram a estrutura de Bacharelado interdisciplinar.

Universidade Federal do ABC (UFABC)	Santo André (SP)	Ciência e Tecnologia	Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Engenharia Aeroespacial, Engenharia Ambiental e Urbana, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Gestão, Engenharia de Informação, Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica, Engenharia de Materiais, Física, Matemática, Neurociência e Química
UFABC	São Bernardo do Campo (SP)	Ciências e Humanidades	Ciências Econômicas, Filosofia, Planejamento Territorial, Políticas Públicas e Relações Internacionais
UFABC	São Bernardo do Campo (SP)	Ciência e Tecnologia	Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Engenharia Aeroespacial, Engenharia Ambiental e Urbana, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Gestão, Engenharia de Informação, Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica, Engenharia de Materiais, Física, Matemática, Neurociência e Química
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Salvador (BA)	Ciência e Tecnologia	Artes e Tecnologias Contemporâneas, Computação e Estudo da Subjetividade e do Comportamento Humano
UFBA	Salvador (BA)	Saúde	Bio-Interação e Estudo da Subjetividade e do Comportamento Humano
UFBA	Salvador (BA)	Artes	Artes e Tecnologias Contemporâneas, Cinema e Audiovisual, Escritas Criativas, Estudo da Subjetividade e do Comportamento Humano, Estudos Coreográficos, Língua, Literatura e Cultura, Música, Política e Gestão das Culturas e Teatro
UFBA	Salvador (BA)	Humanidades	Cinema e Audiovisual, Escritas Criativas, Estudo da Subjetividade e do Comportamento Humano, Estudo das Cidades, Estudos Feministas e de Gênero na Contemporaneidade, Estudos Jurídicos, Língua, Literatura e Cultura, Política e Gestão das Culturas, Relações Internacionais e Teatro
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Mossoró (RN)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Química
Ufersa	Angicos (RN)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Civil e Engenharia de Produção
Ufersa	Carauabas (RN)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica

Ufersa	Caraubas (RN)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Juiz de Fora (MG)	Ciências Humanas	Ciência da Religião, Ciências Sociais, Filosofia e Turismo

UFJF	Juiz de Fora (MG)	Ciências Exatas	Ciência da Computação, Engenharia Computacional, Engenharia Elétrica (energia), Engenharia Elétrica (robótica e automação industrial), Engenharia Elétrica (sistema de potência), Engenharia Elétrica (sistema eletrônico), Engenharia Elétrica (telecomunicações), Engenharia Mecânica, Estatística, Física, Matemática e Química
UFJF	Juiz de Fora (MG)	Artes e Design	Artes Visuais, Cinema e Audiovisual, Design e Moda
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	São Luís (MA)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica
UFMA	Balsas (MA)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica
Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)	Barreiras (BA)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Civil e Engenharia Sanitária e Ambiental
Ufob	Barreiras (BA)	Humanidades	Administração
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Santarém (PA)	Gestão Ambiental	Engenharia Sanitária e Ambiental
Ufopa	Santarém (PA)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Física
Ufopa	Santarém (PA)	Ciência da Terra	Ciências Atmosféricas, Geofísica e Geologia
Ufopa	Santarém (PA)	Tecnologia da Informação	Ciência da Computação e Engenharia da Computação
Ufopa	Santarém (PA)	Ciências Biológicas	Biologia Aquática e Biologia Vegetal
Ufopa	Santarém (PA)	Ciência e Tecnologia das Águas	Engenharia de Aquicultura e Engenharia de Pesca
Ufopa	Santarém (PA)	Biotecnologia	Farmácia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Cruz das Almas (BA)	Ciências Exatas e Tecnológicas	Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Mecânica e Matemática
UFRB	Santo Antônio	Saúde	Enfermagem, Medicina, Nutrição e Psicologia

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Natal (RN)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Ambiental, Engenharia Biomédica, Engenharia da Computação, Engenharia de Materiais, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Mecânica e Engenharia Mecatrônica
UFRN	Natal (RN)	Tecnologia da Informação	Ciências da Computação e Engenharia de Software
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Porto Seguro (BA)	Artes	Artes Cênicas, Cinema e Música
UFSB	Porto Seguro (BA)	Ciências	Agroecologia, Biologia e Oceanografia
UFSB	Porto Seguro (BA)	Humanidades	Direito, Economia e História
UFSB	Porto Seguro (BA)	Saúde	Os opcionais são realizados em Teixeira de Freitas
UFSB	Teixeira de Freitas (BA)	Artes	Os opcionais são realizados em Porto Seguro
UFSB	Teixeira de Freitas (BA)	Ciências	Os opcionais são realizados em Porto Seguro ou Itabuna
UFSB	Teixeira de Freitas (BA)	Humanidades	Os opcionais são realizados em Porto Seguro
UFSB	Teixeira de Freitas (BA)	Saúde	Medicina, Psicologia e Saúde Coletiva
UFSB	Itabuna (BA)	Ciências	Engenharia Civil e Engenharia Florestal
UFSB	Itabuna (BA)	Artes	Os opcionais são realizados em Porto Seguro
UFSB	Itabuna (BA)	Humanidades	Os opcionais são realizados em Porto Seguro
UFSB	Itabuna (BA)	Saúde	Os opcionais são realizados em Teixeira de Freitas
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Joinville (SC)	Mobilidade	Engenharia Aeroespacial, Engenharia Automotiva, Engenharia de Infraestrutura, Engenharia de Transportes e Logística, Engenharia Ferroviária e Metroviária, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Naval
Universidade Federal de São João del-Rei	São João del-Rei (MG)	Biosistemas	Zootecnia

(UFSJ)			
UFSJ	Ouro Branco (MG)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Civil (ênfase em estruturas metálicas), Engenharia de Bioprocessos, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Mecatrônica e Engenharia Química
UFSJ	Sete Lagoas (MG)	Biosistemas	Engenharia Agrônoma e Engenharia de Alimentos

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Silveira Martins (RS)	Ciências e Humanidades	Gestão Sustentável
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Janaúba (MG)	Ciência e Tecnologia	Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas, Engenharia Física, Engenharia Metalúrgica e Química Industrial
UFVJM	Unai (MG)	Ciências Agrárias	Agronomia, Engenharia Agrícola, Medicina Veterinária e Zootecnia
UFVJM	Teófilo Otoni (MG)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia Hidráulica
UFVJM	Diamantina (MG)	Ciência e Tecnologia	Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica e Engenharia Química
UFVJM	Diamantina (MG)	Humanidades	Geografia, História, Letras - Português e Espanhol, Letras - Português e Inglês e Pedagogia
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	Varginha (MG)	Ciência e Economia	Administração Pública, Ciência Econômica com ênfase em Controladoria e Ciências Atuariais
Unifal-MG	Poços de Caldas (MG)	Ciência e Tecnologia	Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas e Engenharia Química
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	São José dos Campos (SP)	Ciência e Tecnologia	Biotecnologia, Ciência da Computação, Engenharia Biomédica, Engenharia da Computação, Engenharia de Materiais e Matemática Computacional
Unifesp	Santos (SP)	Ciências do Mar	Engenharia Ambiental Portuária e Engenharia de Petróleo e Energias Renováveis
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	São Francisco do Conde (BA)	Humanidades	Antropologia, História, Pedagogia e Sociologia
Unilab	Redenção (CE)	Humanidades	Antropologia, História, Pedagogia e Sociologia
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Itaqui (RS)	Ciência e Tecnologia	Agronomia, Ciência e Tecnologia Agroalimentar e Nutrição

Fonte: E-mec 2016.

A tabela apresentada destaca as IFES que aderiram ao chamado bacharelado interdisciplinar, porém, não consta uma nova modalidade que já foi implantada, que são as chamadas licenciaturas interdisciplinares, que estão presentes em três universidades, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Essas licenciaturas seguem a mesma lógica dos bacharelados interdisciplinares, de uma formação generalizada em três anos e, em seguida optam por um curso. No total vinte sete universidades aderiram à reformulação curricular proposta pelo REUNI, o que representa metade das universidades que aderiram ao programa. Essa tabela ainda não está fechada, já que, lentamente, algumas universidades adotam o modelo de reformulação curricular.

Por fim, destacamos o sexto artigo que estabelece que:

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas (MEC, 2007).

Nesse ponto, concordamos com as críticas de Rocha e Menezes (2009) que apontam o REUNI como um mecanismo de controle da universidade pública,

vinculando o cumprimento das metas com os repasses financeiros, além de, não haver nenhuma garantia de que os 20% destinados às instituições atendem a demanda do aumento de novas vagas nas universidades.

No próximo ponto iremos abordar a implantação do REUNI nas universidades brasileiras e quais foram seus avanços e retrocessos, como, também, a resistência por parte dos trabalhadores e estudantes universitários.

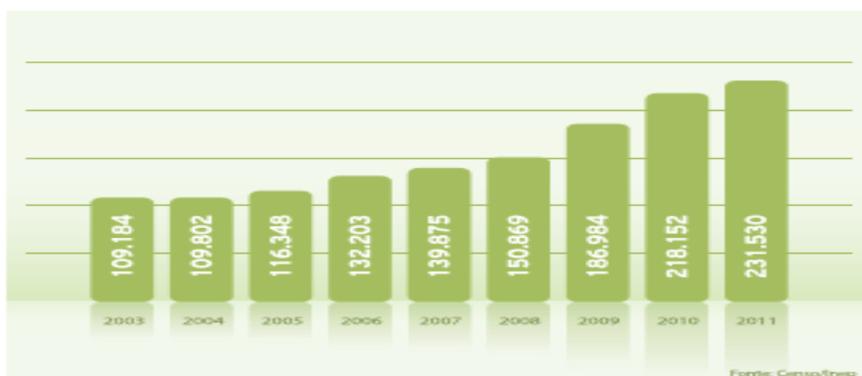
3.2. REUNI no contexto das Universidades Federais Brasileiras: números, avanços e retrocessos

Nesse ponto do capítulo iremos abordar como se deu a expansão do REUNI trazendo os números de instituições criadas como, também, a contratação de professores e servidores e o número de vagas, tanto presenciais, como as vagas ofertadas na UAB (Universidade Aberta do Brasil). Para uma compreensão maior desse processo serão utilizados relatos de professores e estudantes apresentados por pesquisadores sobre a expansão e criação de novas instituições por meio do REUNI.

Como já abordado anteriormente, as universidades brasileiras vivenciaram uma grande crise durante toda a década de 1990, decorrente da política neoliberal do governo FHC, pois o ensino superior durante esse período teve um baixo investimento e praticamente estagnou em relação à criação de vagas e de novas instituições, enquanto o setor privado crescia de forma intensa representando um maior número de instituições e vagas no ensino superior. Passado esse período, com o início dos governos petistas¹⁶ esse cenário apresentou mudanças significativas e, logo a partir de 2003, a expansão de vagas nas instituições de ensino superior já estava em andamento. Conforme dados do MEC, de 2003 a 2007, período que antecedeu a implementação do REUNI, as ofertas de vagas cresceram 111% o que representa a criação de 30 mil vagas, como demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011.

¹⁶ Nos nossos estudos, compreendemos que as formas de gestão do Estado nos governos petistas não rompem com a política neoliberal, em alguns setores sociais temos avanços, porém o cenário de privatização de importantes partes do Estado continua em pleno vigor.



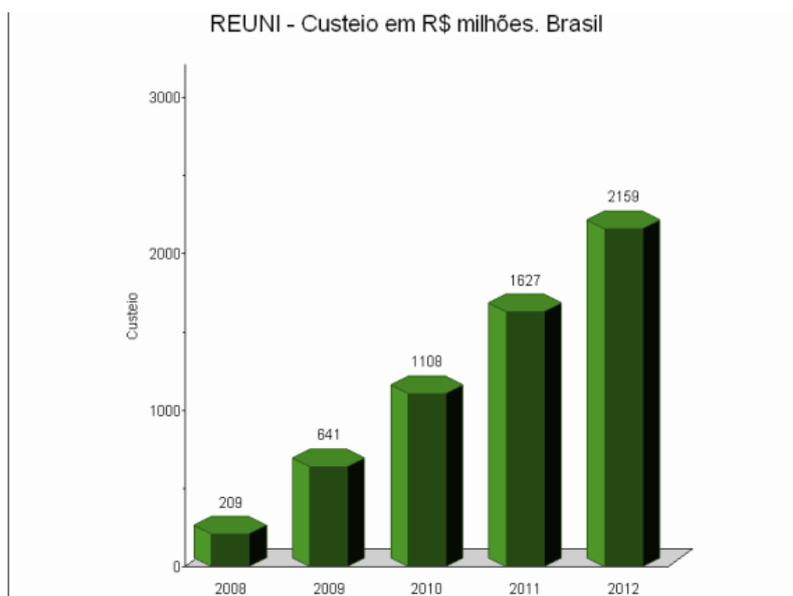
Fonte: Censo/Inep.

No entanto, se analisado o período entre 2007 e 2011, o número de vagas cresceu de forma bem mais intensa durante esse período como demonstra o Gráfico 3. Nesse período o número de vagas criadas em universidades atingiu quase 100 mil vagas, muitas delas provenientes de novas universidades implantadas no interior dos estados brasileiros por meio da implementação do REUNI.

Com a perspectiva de uma crescente expansão das vagas no ensino superior, o governo ainda ampliou o número de vagas por meio da EAD. Essa expansão da modalidade a distância se deu após a criação em 2006 da Universidade Aberta do Brasil (UAB). As matrículas na modalidade a distância cresceram em torno de 520% no período de 2003 a 2011.

Com o objetivo de atender à crescente demanda de vagas, como também, a implantação de novos *campi*, o orçamento disponibilizado para as universidades também apresentou uma elevação, como demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – REUNI – Custeio em Milhões de reais.

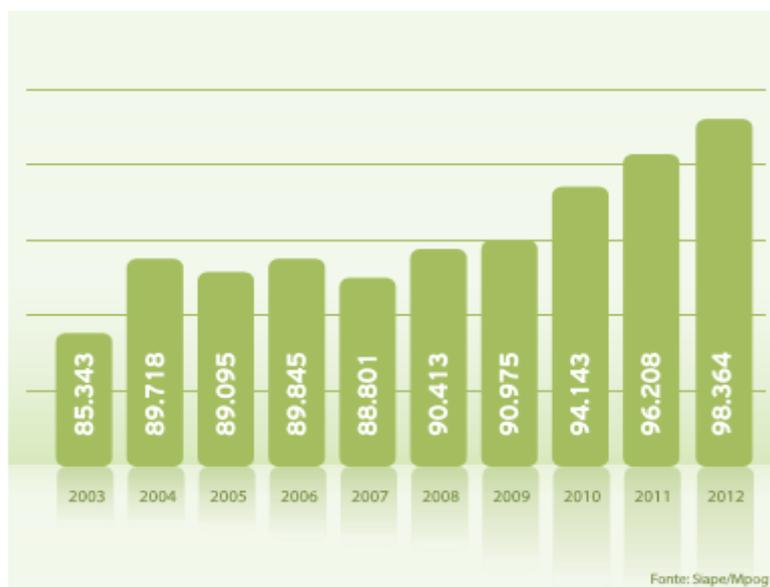


Fonte: MEC (2007)

A partir da análise do gráfico, é perceptível um crescente investimento no valor repassado às universidades, principalmente no período de 2009 e 2010. Os valores repassados às universidades foram aplicados de acordo com o plano elaborado pela instituição, com objetivo de atender as metas do REUNI. Caso as metas não estivessem sendo atendidas, o repasse dos recursos sofreria cortes. Apesar do aumento de investimento nas universidades brasileiras, o valor de custo por aluno ainda foi bastante baixo, após a implantação do REUNI, o valor de custo por aluno ficou em torno de R\$1.400 (esse valor em dólares equivale a US\$700). Se aplicado esse valor aos alunos provenientes da EAD, esse custo diminui ainda mais. Dentre os países da América Latina é um dos mais baixos custos por aluno nas universidades (SOARES *et al*, 2009).

O quadro de contratação dos servidores técnicos administrativos também foi ampliado como demonstra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Número de técnicos administrativos nas universidades federais de 2003 a 2012



Fonte: Siape/MPOG

Ao analisar o período de 2003 a 2012 constata-se um crescimento de 16% no quadro de servidores, apesar de estar em constante crescimento desde 2003, apenas em 2009 o número de servidores aumenta de forma significativa, período em que o REUNI já estava em vigor, como também os números de alunos nas universidades já haviam crescido de forma significativa.

Com o maior investimento proveniente dos recursos do REUNI foi possível a contratação de um maior efetivo de professores, diminuindo o quadro de professores substitutos nas universidades. De acordo com os dados do MEC, no período de 2008 a 2012 houve a criação de 21.786 novas vagas docentes e, com essas contratações, a presença de professores substitutos nas universidades foi reduzida em 64%, o que configura uma importante medida, pois amplia o espaço de pesquisa e extensão dentro da universidade.

Apesar da importante ampliação no número de professores, em algumas universidades essa oferta está abaixo do necessário para a demanda criada pelo REUNI. O relatório elaborado pelo Comando de Greve dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAl) mostra que entre 2005 e 2010 as matrículas da instituição cresceram 129%, enquanto a contratação de docentes cresceu 33% e de técnicos apenas 5,5%. Fato semelhante também aconteceu na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O Comando de Greve dos Docentes constatou que na instituição as matrículas no período de 2007 eram de 12.997 e cresceram para 19 mil alunos, estabelecendo uma relação de

1 professor para 28 alunos. Na Universidade Federal de Mato Grosso, o levantamento realizado pelo Andes revelou que em 2013 a universidade possuía 268 docentes, 114 substitutos e 154 temporários trabalhando em situação precária, pois não possuem os mesmos direitos trabalhistas dos outros professores concursados (OLIVEIRA, 2013).

Mesmo com a realização de concursos as universidades ainda apresentavam em seu corpo docente um grande quadro de substitutos. Para agravar esse quadro o governo em 2011 ainda alterou a Lei nº 8.745/1993 que limitava o número de professores substitutos a 10%. Em junho de 2011 o governo aprovou a lei nº 12.245, que ampliou para 20% o número de professores substitutos. Após adotar essas medidas o Ministério da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, ainda baixou uma portaria autorizando a contratação de 3.591 professores temporários (OLIVEIRA, 2013).

Os relatos da precarização do trabalho docente também podem ser presenciados além dos documentos oficiais. Relatos como de um professor da UFCG demonstram o intenso ritmo de precarização dos docentes, o professor relata que chegou a presenciar 80 alunos em uma disciplina, número que antes raramente chegava a 30. Outro docente aponta a intensa carga horária de trabalho na UFMT, pois seu plano de atividades consta 40 horas, mas na verdade chega a 80 por semana. Para além da intensificação do trabalho, os professores relatam a falta de tempo para orientarem seus alunos (OLIVEIRA, 2013).

Para além da intensificação da carga horária de trabalho, as universidades localizadas no interior apresentavam condições de trabalho precárias, fato que afastava os docentes que atuavam nesses *campi*. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), o *campus* possui apenas um pavilhão de salas e, em outra cidade próxima os professores dão aula em uma escola pública, enquanto as obras do REUNI não são concluídas.

Além da ampliação das matrículas, servidores e docentes a implementação do REUNI possibilitou o crescimento da universidade quanto a sua estrutura física.

Tabela 6 – Número de obras concluídas em m² nas universidades federais.

TITULAÇÃO	NÚMEROS	M²
TOTAL	1.588	3.065.735,17
Laboratórios	368	321.055,11
Salas de aula	292	550.025,41
Bibliotecas	43	58.414,97
Restaurantes	61	67.671,35
Moradias	33	38.174,12
Espaços administrativos	182	181.552,70
Áreas multifuncionais	260	770.724,22
Apoio à comunidade	67	47.231,43
Áreas esportivas	43	107.050,97
Auditórios	27	44.169,92
Infraestrutura	212	879.664,97

Fonte: Semec/MEC

Fonte: Semec/MEC

Além desses espaços criados também houve a construção de novas moradias destinadas a estudantes, restaurantes universitários e espaços esportivos. Apesar da ampliação dos espaços, muitas críticas foram direcionadas ao fato de que com a ampliação das vagas pelo REUNI e a construção de novos espaços ao mesmo tempo, muitos estudantes que ingressaram e os que já estavam nas universidades se depararam com um grande canteiro de obras e estruturas necessárias que só seriam concluídas posteriormente, na UFC temos o exemplo do Instituto de Cultura e Arte que teve suas obras paradas enquanto estudantes necessitavam de laboratórios e bibliotecas para dar continuidade na sua formação.

Ainda sobre a UFC, cabe no quadro o fato de que o número de moradias universitárias (33) é incompatível com o crescimento das vagas, comprometendo sobremaneira a tão acelerada mobilidade estudantil.

Esse não foi o único caso, pois, em todo o Brasil, há relatos de falta de estrutura mínima para os estudantes, como o que aconteceu na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) onde estudantes do curso de Odontologia deflagraram greve em 2011, pois após a adesão ao REUNI, as turmas estavam superlotadas como, também, faltavam materiais básicos como soro e gaze. As turmas do curso de Odontologia cresceram em torno de 50%, porém a estrutura do curso não foi modificada acarretando a lotação das salas e laboratórios (OLIVEIRA, 2013).

Um caso também emblemático sobre a expansão apressada realizada pelo REUNI ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF) no Polo Universitário de Rio das Ostras, criado um pouco antes do REUNI em 2004 junto a uma parceria com a prefeitura. A expansão de sua estrutura universitária se deu graças ao REUNI, porém os recursos destinados às obras acabaram em 2010 e, mesmo com a falta de recurso e espaços adequados as aulas continuaram a ser ministradas, dessa vez em contêineres, que também abrigavam as salas de professores e o almoxarifado. O resultado de todo esse improvisado foram: insalubridade, falta de espaço adequado para o trabalho pedagógico e inexistência de laboratórios para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além desses fatores, o Polo não possui restaurante universitário. Esses e muitos outros casos ocorreram em diversas universidades no período de implantação do REUNI, alguns perduram até hoje, pois com o fim do programa em 2012 os recursos não foram suficientes para a conclusão das obras (OLIVEIRA, 2013).

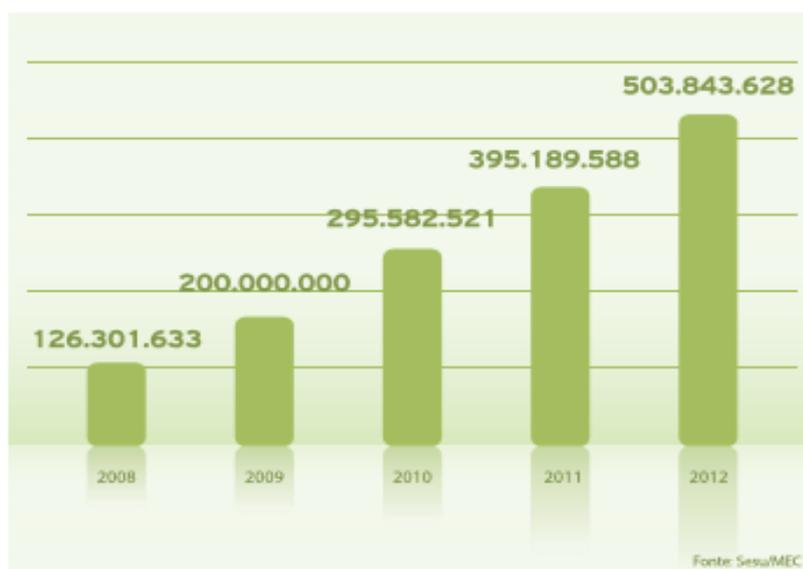
Como o REUNI tinha como meta não somente a expansão de vagas, como também, o melhor aproveitamento das mesmas, o programa viu a necessidade de uma melhoria na assistência estudantil, já que, para o sucesso do REUNI seria necessário ampliar as vagas e conseguir manter o estudante na universidade sem que o mesmo abandonasse o curso escolhido¹⁷.

A partir da perspectiva de permanência estudantil foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) estabelecido pelo decreto nº 7.234 de 2007, que tem como objetivo promover a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social nas universidades federais e viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.

O Pnaes começou a entrar em vigor a partir de 2008. No Gráfico 6 temos os números dos recursos destinados ao programa.

Gráfico 6 - Recursos orçamentários do Pnaes para as universidades federais de 2008 a 2012

¹⁷ Reforçamos o fato de que, na medida em que o REUNI se alinha aos pressupostos neoliberais, a questão da permanência do estudante é fundamental para o êxito do programa, já que sua evasão gera desperdício de recursos públicos, comprometendo, assim, a capacidade de otimização de gastos sociais do Estado.



Fonte: MEC

No período de 2008 a 2012 o número de recursos destinados ao Programa teve um aumento de aproximadamente 300%, evidenciando que o REUNI, para consolidar suas metas, também visou a permanência dos estudantes de baixa renda dentro da universidade, ampliando a assistência estudantil para o seu sucesso acadêmico. Visto que o Pnaes contemplava as dimensões de moradia estudantil, transporte, assistência à saúde, a inclusão digital, a cultura, o esporte, a creche e o apoio pedagógico. Nesse sentido, o Programa possibilitou a ampliação das políticas de assistência estudantil para além das ações específicas de ajuda aos estudantes.

Diante dos números e fatos expostos, o REUNI sempre foi um tema de muita discussão e incertezas sobre o seu impacto negativo ou positivo sobre as universidades. Os órgãos de administração e reitorias sempre defenderam o REUNI pelo fato do aumento de repasse nos recursos para as universidades. Já parte dos professores, técnicos e estudantes não veem com bons olhos o programa, pois entendem que se trata de uma política de precarização do ensino e do trabalho, além de rebaixar a proposta de ensino universitário para mais próximo ao nível de técnico.

Os professores, servidores e estudantes realizaram uma intensa luta contra a aprovação do REUNI nas universidades, foram mais de dois meses de movimentação e debate sobre as consequências do programa sobre a universidade. As universidades de Rondônia, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina foram ocupadas em apenas um mês contra o REUNI.

Porém não foi fácil a luta contra as burocracias universitárias que se utilizaram de diversas manobras e táticas para aprovar o REUNI em seus conselhos de pouca representatividade, onde os estudantes possuem direito a apenas dois votos por meio do DCE, mesmo constituindo em maior número a universidade. Casos como na Universidade Federal de Goiás em que o Conselho foi transferido para outro prédio ao lado da polícia federal e em Rondônia o conselho foi transferido para outro prédio sob forte aparato policial. No Rio de Janeiro duas universidades foram invadidas pela Polícia Federal que ameaçaram os estudantes das ocupações. (PRIETO, 2007)

Na UFC o cenário de hostilidade aos estudantes que eram contra a adesão ao REUNI não foi diferente. Em 25 de outubro de 2007, os estudantes que tentaram participar do Conselho foram violentamente agredidos pelos seguranças e o reitor encaminhou a aprovação do projeto para outro local, sendo que nem mesmo o projeto do REUNI havia sido lido pelos conselheiros. Após a aprovação arbitrária por parte da reitoria os estudantes ocuparam o local (PRIETO, 2007).

O que ocorreu na UFC não foi diferente no resto do país, em diversos estados como, Rio de Janeiro, Sergipe, Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Goiás, Bahia, São Paulo e Espírito Santo o modo de atuação foi semelhante, muita repressão contra os estudantes que não aceitavam o projeto do REUNI. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a reitoria tinha a seu favor o Diretório Central dos Estudantes (DCE) ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE) que defendia o projeto do REUNI em todo o país. (PRIETO, 2007)

No próximo ponto iremos discutir como o REUNI se apresenta como um falso programa de valorização das universidades federais e compreender sua lógica de empresariamento e massificação da educação superior junto a uma intensificação do trabalho docente.

3.3. REUNI e a pseudovalorização das Universidades Federais: a agudização do empresariamento do ensino

Neste subcapítulo procuramos evidenciar como o REUNI apresenta-se como uma falsa política de valorização das universidades brasileiras. Para isso, se faz necessário contextualizar a política educacional implementada alguns anos antes do REUNI, como, também, fazer a análise do seu projeto e o modelo de universidade que o

mesmo propõe, comparando com a experiência de reestruturação universitária europeia e com o modelo de universidade proposto pelo Banco Mundial.

Lima (2011) lista uma série de decretos, leis e medidas provisórias que reformulam o ensino superior afetando seu caráter e tornando cada vez mais um espaço de parceria-público privada e aprofundando seu empresariamento. Dentre as principais medidas podemos citar:

- A criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), Lei n. 10.861/2004;
- O Decreto n. 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas;
- A Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/2004, que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas;
- A política de educação superior à distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil, Decretos n. 5.800/2006 e 5.622/2005.

Ferreira e Oliveira (2010, p.59) destacam que

A reforma da educação superior no Brasil, principalmente no governo Lula (2003-2010), vem permitindo certa aproximação, apesar da especificidade do país, com o movimento de transformação desse nível de ensino no plano global e, logo, com a nova dinâmica introduzida pelo Processo de Bolonha, pois verifica-se, dentre outras: a) centralidade dos sistemas de avaliação e regulação, que promove maior ranqueamento e a competitividade entre as IES; b) maior incentivo à parceria universidade - setor produtivo; c) adoção de mecanismos de gestão estratégica ou gerencial; d) diversificação de cursos e de IES; e) estabelecimento de metas para ampliar vagas, aumentar a relação professor-aluno e diminuir o custo-aluno nas universidades públicas federais; f) ampliação dos cursos e das vagas mediante educação superior a distância; g) criação e ampliação de sistemas de concessão de bolsas para estudantes pobres em IES privadas (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 59).

Os autores ainda destacam que tais medidas estão em consonância com os eixos condutores da reforma neoliberal do Estado Brasileiro¹⁸, propostos tanto por

¹⁸ Atualmente no processo de elaboração dessa pesquisa, vale destacar que a onda reformista ganha contornos ainda mais evidenciados a partir das medidas de ataque aos direitos trabalhistas, previdenciários e à própria educação conduzidas pelo governo ultraliberal de Michel Temer. Como reflexo dos ataques à Educação, podemos destacar o corte de verbas destinados as Universidades. A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) sofre com o corte de 40% no seu orçamento, por conta disso os salários dos trabalhadores terceirizados estão atrasados. Fonte: <http://reporternordeste.com.br/blogs/odilonrios/era-temer-ameaca-fechar-maior-universidade-de-al-no-2o-semester/> Acesso em: 05 jul 2017.

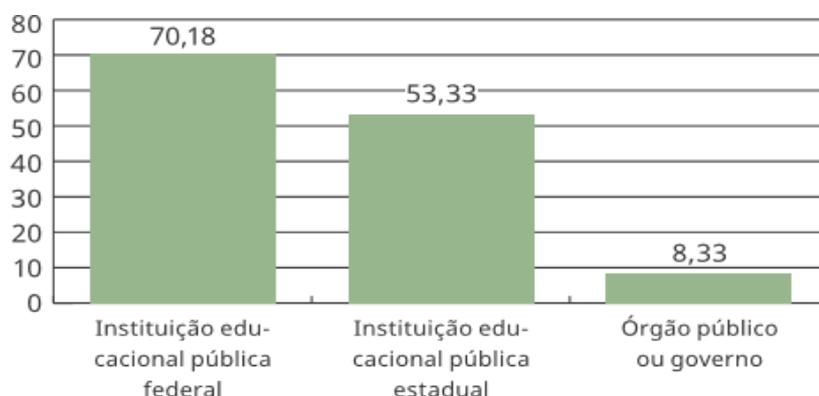
Bresser Pereira no governo FHC e por Paulo Bernardo no governo Lula. As medidas visam o fortalecimento do empresariamento da educação superior, a implementação das parcerias público-privadas e a operacionalização dos contratos de gestão.

Com a execução de tais medidas estava claro que a implementação do REUNI seria mais um programa de cunho neoliberal e articulado com os interesses dos organismos multilaterais. Essa hipótese se confirma quando analisamos as diretrizes do Banco Mundial contidas no documento *Higher education: the lessons of experience* (Educação Superior: as lições da experiência). As recomendações presentes nos documentos propõem que

[...] entre outras coisas, uma muito maior diferenciação institucional e diversificação de fontes de manutenção da educação, incluindo o pagamento pelo aluno das IES públicas; que considerava a universidade de pesquisa (neo-humboldtiana) inadequada para os países em desenvolvimento e em seu lugar propunha a adoção da universidade de ensino (sem pesquisa); que recomendava às autoridades que ficassem “atentas aos sinais do mercado”, aprovava-se, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esta lei, aprovada como uma espécie de “guarda-chuva jurídico”, possibilitou a edição de diversos decretos normalizadores imbuídos do espírito dessas recomendações. Entre eles, destaca-se o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997, que reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, isto é, como objeto de lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a educação-mercadoria, de interesse dos empresários da educação, que viria se completar com seu par gêmeo de interesse de todos os empresários dos demais ramos industriais ou comerciais, a mercadoria-educação (SGUISSARDI, 2007, p. 1000-1001).

Algumas dessas medidas foram seguidas à risca e implementadas com grande sucesso, como já destacamos anteriormente, mas cabe um destaque na proposição de uma universidade sem pesquisa, que parece ser o grande foco do REUNI ao propor o aumento de alunos por professor, prejudicando as atividades de pesquisa e extensão dando um maior foco ao ensino. A ausência da pesquisa se faz principalmente por meio da EAD, que por conta das limitações físicas torna-se praticamente uma modalidade educacional com o foco no ensino, como podemos observar no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Número de instituições federais e estaduais que ofertam cursos a distância – Ano 2015.



Fonte: Associação Brasileira de Educação à Distância.

Há em torno de setenta instituições federais que ofertam cursos a distância. De acordo com o censo realizado em 2015, a maior parte das matrículas ainda está concentrada na rede privada com cerca de 90% dos alunos. Em relação a 2014 o número de alunos cresceu cerca de 17,4%.

Léda e Mancebo (2009) sobre as diretrizes estabelecidas pelo REUNI afirmam:

Nas “Diretrizes” ocorre uma única menção à palavra extensão ao se referir às “Políticas de extensão universitária”, como uma dimensão do compromisso social da instituição. Sem meias palavras: a expansão desejada e ‘financiada’ é só para o ensino, seguindo antigas lições do World Bank (1994), que além de condenarem a predominância das universidades de pesquisa (humboldtianas) – uma realidade que nunca existiu no sistema de educação superior brasileiro – propunham as universidades (!!!) de ensino (que se ocupariam do ensino ou da formação neoprofissional), mais adequadas aos países com déficit público crônico. Em síntese, o processo de reforma em curso para as IFES implica, por um lado, regredir ou, no mínimo, congelar, o nível científico e técnico da universidade brasileira, sucateando-a e precarizando-a, no geral e, por outro, manter e ampliar os centros de excelência, em determinadas áreas específicas, de acordo com os interesses do capital financeiro, como as relativas a commodities, por exemplo, para o desenvolvimento de tecnologia de cana, de minérios, petróleo, biocombustível, dentre outros (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 55).

Com o modelo universitário priorizando o ensino temos como consequência uma intensificação do trabalho docente, pois o número de alunos aumenta e, além disso, as pesquisas e projetos de extensão continuam sendo realizadas pelos docentes.

Assim, seu rol de atividades é extenso e sua carga de trabalho se estende para além dos muros das instituições, da carga horária de oito horas diárias, da semana de cinco dias, com a produção de diversos tipos de doenças, desânimo, cansaço, ansiedade, visto que em cada trabalhador, conforme graus diferenciados, sempre existem limitações corporais e subjetivas no enfrentamento desse ritmo de trabalho. Com a reforma proposta, deve-se acrescentar a esse quadro, o sobretrabalho que poderá advir da multiplicação de estudantes sob sua responsabilidade, bem como o desgaste de um cotidiano sem sentido[...] (LÉDA; MANCEBO, 2009, p. 58).

Esse quadro de transformação da universidade em uma instituição que privilegia o ensino, é intensificado a partir da Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30 abril de 2007, que tem por objetivo a criação de um banco de professores substitutos, que é composto por professores efetivos e substitutos em exercício na universidade. O governo avalia tal medida como um grande avanço, podendo estender esse mecanismo a outros setores do governo (LÉDA; MANCEBO, 2009).

Leher e Lopes (2008) criticam o fato de

[...]A proliferação de professores substitutos cujo trabalho é pessimamente remunerado, desprovido de direitos trabalhistas, pressupõe longas jornadas de trabalho (docentes jovens requerem mais tempo para preparar os cursos), em prejuízo de seus cursos de pós-graduação. Ademais, o trabalho desses professores é centrado na sala-de-aula, desvinculado da pesquisa e da extensão, assim como das decisões sobre a instituição. As conseqüências dessa precarização atingem também os professores efetivos que ficam mais sobrecarregados em termos de comissões departamentais, orientações de monografia, mestrado e doutorado, orientação de bolsas tipo PIBIC, bancas etc (LEHER; LOPES, 2008, p. 17).

Para Antunes (2009) a proliferação do trabalho precarizado é a nova face do proletariado do século XIX. Atualmente é cada vez maior o número de trabalhadores que não possuem direitos trabalhistas e vendem-se por trabalhos temporários, basta olhar o crescente número de professores substitutos que atuam na educação, sem nenhum direito trabalhista. Essa tendência cresce por conta do caráter destrutivo do capital em sua atual fase regida pela lógica neoliberal de flexibilização e desregulamentação. A agudização desse processo atualmente está presente com a ampliação do processo de terceirização e com o corte de verbas para a saúde e educação através da PEC 55¹⁹. Dessa forma a tendência é um aumento de substitutos nas IES públicas, característica presentes em outras esferas como no Estado e Município.

Tais medidas advindas do REUNI mudam o caráter da universidade quanto ao trabalho docente, já que, esses professores não podem

[...] assumir cargos administrativos, desenvolver e/ou orientar pesquisas, submeter e coordenar projetos. Tudo isso leva a um comprometimento do trabalho institucional-acadêmico como um todo, pois um número cada vez menor de professores efetivos terá que acumular essas tarefas. (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, 2007a, p. 28).

Dessa maneira, fica claro que o objetivo do REUNI é transformar a universidade em uma instituição de ensino, de maneira semelhante às instituições particulares. Em

¹⁹ A PEC 55 transformada em Emenda Constitucional no dia 15 de dezembro de 2016, tem como objetivo o estabelecimento de um teto de gastos públicos relativos à Saúde e Educação por vinte anos. Caso o teto seja ultrapassado por algum Estado ou município o mesmo estará passível de sofrer sanções em seu orçamento.

troca disso as universidades se submetem a essa lógica para angariar algumas verbas adicionais para a instituição, sem mensurar as consequências do programa que baixa a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão ofertadas pelas universidades públicas.

Além da ampliação do número de alunos, alegando-se uma democratização do ensino superior, outra medida polêmica do REUNI refere-se da formação de ciclos, denominados bacharelados interdisciplinares. A ideia é que o aluno entre na universidade e tenha uma formação universitária geral antecedendo a formação profissional da graduação. Na justificativa para a implantação de tal medida argumenta-se que o modelo contribui para que o aluno evite a escolha precoce do curso, já que o mesmo deve fazer essa escolha após a conclusão do bacharelado que tem duração de três anos. Outra justificativa seria oferecer maior flexibilidade ao aluno na definição do seu currículo ofertando diversas disciplinas optativas, o que de acordo com o reitor da UFBA, Naomar de Almeida ajudaria a reduzir a evasão e possibilitaria uma maior empregabilidade. A materialização dessa proposta se deu em 2009 com a implementação dos Bacharelados Interdisciplinares na UFBA. Para se ter uma ideia da dimensão que a proposta tomou, a UFBA possui quatro grandes áreas de bacharelados divididas em Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades e Saúde. Atualmente a UFBA conta com mais de cinco mil estudantes em seu programa de Bacharelados Interdisciplinares.

Leher e Lopes (2008) criticam esse novo modelo curricular apontando que

Essa universidade minimalista, nos termos da proposta original da UN, poderia comportar dois ciclos de graduação, o primeiro genérico, rápido, em grandes áreas, notadamente por meio de cursos semipresenciais. Nesses Bacharelados Interdisciplinares a relação professor-aluno poderia alcançar 1:40 e até mesmo 1:80 em alguns cursos. O segundo ciclo de graduação, voltado apenas para os “talentosos” que sobrevivessem ao gargalo da avaliação (algo como um ou dois em cada dez, em vários países), a relação docente/ estudante poderia se estabilizar em 1:40. No caso do REUNI, mais realístico, a relação para o curso básico poderia ser de 1:18, aumentando o número de matrículas entre 50% e 120%, dependendo da instituição e do curso, sem a contrapartida de recursos relevantes (LEHER; LOPES, 2008, p. 19).

Léda e Mancebo (2009) destacam que tal discurso se assemelham bastante com as críticas feitas por Duarte (2003)

[...]nos remete às críticas levantadas por Duarte (2003, p. 11) aos quatro posicionamentos valorativos contidos no lema “[...] aprender a aprender [...]”: o primeiro posicionamento considera mais desejável o processo de aprendizagem que o indivíduo realiza sozinho, pois somente dessa forma se produziria a sua autonomia; o segundo ressalta que a metodologia desse processo deve ser desenvolvida pelo próprio indivíduo; o terceiro aspecto é o que considera primordial na condução do processo de aprendizagem, as

necessidades e interesses do aluno, acentuando o aspecto funcional da educação e, por fim, o quarto posicionamento valorativo traz a ênfase para uma educação que esteja em sintonia com a sociedade do conhecimento. “Aprender a aprender é, pois, [...] um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para a constante e infatigável adaptação à sociedade regida pelo capital” (LÉDA; MANCEBO, 2009 p. 56 *apud* DUARTE, 2003, p. 11).

Como já destacado anteriormente, a ideia dos bacharelados interdisciplinares é se igualar ao modelo europeu de universidade, assim como o Banco Mundial planejou e vem ganhando adesão em âmbito mundial. Vale destacar que o processo de implantação ocorrido na Europa é bem diferente do Brasil, uma vez que o modelo europeu vem constantemente sendo avaliado enquanto o modelo implantado aqui no Brasil foi imposto de maneira arbitrária e não possui nenhuma continuidade, restando às universidades ampliarem o número de vagas sem nenhuma garantia de investimento por parte do governo durante todo o programa ou tal investimento está submetido à lógica empresarial de atingir as metas para receber as verbas do programa.

A confirmação dos problemas acarretados pelo REUNI foram expressos durante a greve de 2012, na qual os docentes exigiam melhorias nas condições de trabalho docente, mais de cinquenta instituições aderiram à greve e em muitas delas o REUNI foi citado como causador da destruição da universidade pública. Entre as principais críticas expressas em assembleias e documentos produzidos pelos docentes está o elevado número de alunos, sem o necessário aumento no número de servidores e docentes, além das críticas quanto às estruturas dos prédios que não foram entregues no devido prazo estabelecido (MANCEBO *et al*, 2015).

A lógica empresarial representada pelo REUNI não se encerra nessas questões, suas medidas também visam a modificação da maneira como as universidades públicas são gerenciadas. Como destaca Sousa *et al* (2011), o governo se utiliza da Emenda Constitucional n°. 19, de 1998, que institui:

[...]a autonomia gerencial, orçamentária e financeira da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

A partir dessa perspectiva as universidades passam a seguir uma visão empresarial, na qual, são regidas por contratos de gestão, avaliadas por índices de produtividade e estruturada para ser flexível.

A partir dessa nova lógica Chaves e Mendes, (2009) criticam que

[...]institucionaliza-se um novo ethos acadêmico, no qual critérios de produtividade e eficácia organizacional sobrepõem-se aos objetivos da

instituição social caracterizada pela universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, pela liberdade de discussão e espírito crítico, para configurá-la como organização social, prestadora de serviços, com estrutura de gestão para arbitragem de contratos (CHAVES; MENDES, 2009, p. 53).

O governo, ao aderir a essa lógica empresarial de adoção de contratos de gestão e metas para as universidades cumprirem, tem como objetivo ampliarem de forma intensa o número de ingressantes nas universidades, fato também expresso quando o REUNI estabelece a estratégia de redução da evasão e repetência. Destarte, as medidas adotadas pelo governo têm como fim que as universidades sejam mais flexíveis, que tenham uma maior mobilidade estudantil e adotem um maior número de alunos novos evitando vagas ociosas (SOUSA *et al*, 2011).

No que se refere a dotação de recursos para a expansão das IFES nos moldes das pretensões do MEC (dobrar o quantitativo de vagas na rede pública federal e, até 2011, matricular 30% dos jovens de 18 a 24 anos na universidade, conforme prevê o PNE), o REUNI prevê apenas um acréscimo de até 20% dos recursos para despesas de custeio e pessoal das IFES, condicionado a verba orçamentária do MEC, conforme as metas projetadas pelas IFES e de acordo com as metas globais do REUNI. Em termos numéricos, o governo pretende o acréscimo de 318 mil novos alunos, dispondo apenas de 2,07 bilhões até 2012. Nesse aspecto se percebe uma grande fragilidade do Programa, pois, além de não ampliar de forma significativa os recursos das IFES, em comparação com as metas propostas, condiciona o repasse de recursos às verbas orçamentárias do MEC, o que não garante a efetiva continuidade do programa, dada a tendência de redução anual dos recursos do Ministério da Educação (SOUSA *et al*, 2011, p. 05).

A autora destaca bem, o fato de o REUNI ser um programa que não possui uma continuidade certa e, além disso, expressa uma política de racionalização dos recursos públicos. Como demonstrado, as verbas destinadas não cobrem a proporção de alunos e outros gastos adquiridos a partir da implantação do programa nas universidades. As consequências desse processo estão expressas desde a flexibilização dos currículos, adoção do ensino a distância como uma forma de baratear as despesas e atender um número maior de alunos, a intensificação do trabalho docente principalmente com foco no ensino e as debilidades referentes à estrutura física da universidade, que não estava preparada para atender com qualidade a uma maior demanda de alunos resultando em uma baixa qualidade de ensino.

No próximo capítulo, analisaremos o REUNI na UFC desde sua implantação, perpassando pelos períodos que antecederam a adoção do programa. Em seguida será realizada uma análise dos números do programa dentro da UFC e como a adoção do REUNI modificou a Universidade.

4 REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A partir deste capítulo, abordaremos a implementação do REUNI na UFC desde a aprovação do programa pelo Conselho Universitário, até a sua expansão para o interior. Logo após, apresentaremos os números do REUNI na instituição a partir de seus documentos oficiais, abordando categorias como, número de docentes, técnicos-administrativos, alunos, assistência estudantil e orçamento. O período de análise do programa será de 2008 a 2012, em algumas categorias utilizamos dados anteriores à implantação do REUNI, com o objetivo de comparar os progressos advindos a partir do REUNI. Nos dados coletados não tivemos acesso ao número de evasão nos cursos, que seria uma categoria importante de análise para verificar se o programa atinge sua meta nesse quesito. Por fim, discutiremos como a proposta do REUNI está articulada com uma Universidade de baixa qualidade de ensino e pesquisa, representando a proposta de Ensino superior submetida ao modelo econômico de desenvolvimento elaborada pelos organismos multilaterais para os países periféricos.

4.1. A implementação do REUNI na UFC: trajetória e embates

A Universidade Federal do Ceará (UFC) aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFC (LIMA, 2013). Logo após a adesão ao REUNI a UFC também aderiu ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cuja adesão foi em âmbito nacional, revelando o caráter pseudodemocrático que o governo utilizou para a implantação das políticas no nível superior. O Exame foi alvo de inúmeras fraudes e sucessivos escândalos recorrentes a cada ano. Incorporado ao Sistema de Seleção Unificada –SISU, o ENEM elimina as especificidades locais, pois se trata de um exame de âmbito nacional.

Lima e Ferreira (2011) destacam que:

A democratização do acesso e permanência na educação superior e a mobilidade acadêmica não podem ser garantidas por meio de um exame, pois qualquer mecanismo de seleção é excluyente num contexto em que o direito à educação não é garantido pelo Estado e quando predomina, em nossas instituições de ensino superior, a ausência de política de assistência estudantil (LIMA; FERREIRA, 2011, p.361).

A aprovação do programa aconteceu no dia 19 de outubro de 2007 sob protesto da comunidade universitária. Os estudantes entraram na reunião do CONSUNI²⁰, mesmo sob forte repressão por parte da segurança da UFC, inclusive agredindo alguns estudantes. Na reunião estava sendo votada a aprovação do REUNI e os estudantes exigiram o direito de fala, propuseram o adiamento da votação sobre o REUNI, sendo que, os estudantes tiveram o áudio do microfone cortado e a votação seguiu normalmente, sem a discussão da proposta feita pelos estudantes, que culminou na aprovação do projeto.

No dia 23 de outubro os estudantes da UFC realizaram um Conselho de Entidades de Base²¹ (CEB) deliberando um ato para o dia 25 de outubro pautando a revogação do REUNI, posicionando-se contra a repressão ao Movimento Estudantil nas Universidades e por mais democracia na UFC. No ato do dia 25, estavam presentes em torno de 500 estudantes, que decidiram ocupar a reitoria em protesto contra a aprovação do REUNI, contra a repressão sofrida e por mais democracia na Universidade.

No momento da ocupação o Reitor não estava presente e os estudantes foram recebidos por quatro Pró-Reitores. Inicialmente a reitoria informou que uma audiência seria realizada na sexta-feira pela manhã. Em seguida, a administração superior informou que o Reitor Ícaro de Souza Moreira não iria abrir diálogo, até que o prédio fosse desocupado. Sendo assim, os estudantes decidiram por unanimidade a continuação da ocupação, justificando que no dia 28 de março de 2007 a reitoria já havia sido ocupada por estudantes residentes universitários, que estavam exigindo uma nova residência universitária e o ex-Reitor havia dialogado mesmo com a ocupação do prédio.

A ocupação teve a duração de 14 dias, período em que os estudantes realizaram atividades com professores da UFC sobre o REUNI, debates sobre outras ocupações com o uso de documentários e reuniões para definir os encaminhamentos da ocupação. Durante a ocupação ocorreram nos *campi* uma série de debates sobre o REUNI, visto que, muitos estudantes desconheciam o projeto. Nesses debates participavam membros da comissão que elaborou o projeto na UFC, estudantes e representantes do ANDES.

²⁰ Informações coletadas por meio dos *sites*: <http://ocupacaodaufc.blogspot.com.br/> e <https://midia independente.org/pt/red/2007/10/400132>. Acesso em: 23 jun 2017.

²¹ O CEB é uma instância do Movimento Estudantil da UFC, superior a diretoria do DCE, que congrega todos os Centros Acadêmicos (CA's), Diretórios Acadêmicos (DA's), Conselho de Residentes Universitários da UFC (COREU) e Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Os estudantes, durante o processo de ocupação, entraram em contato com o Ministério Público Federal solicitando a revogação do CONSUNI, o pedido foi atendido e logo o Reitor recebeu um ofício para a anulação do Conselho e a elaboração de um calendário de discussão sobre o REUNI.

A desocupação da reitoria ocorreu no dia 07 de novembro, após o Reitor enviar um ofício, que estabeleceu a elaboração de um calendário para a discussão do REUNI em toda a Universidade com a presença do Ministério Público.

Os dados coletados não nos permitem identificar como se deu o desfecho das reuniões realizadas. Com base nos documentos oficiais o CONSUNI realizado dia 23 de outubro permaneceu válido para a aprovação do REUNI.

Conforme assinala Gonçalves e Sousa (2010), a UFC adere ao REUNI sob a justificativa de ampliar a Universidade com qualidade e promover o desenvolvimento socioeconômico assegurando a excelência na qualidade da oferta de ensino de graduação e pós-graduação.

Destacamos na Tabela 7 algumas metas do Projeto REUNI da UFC, agrupadas nas seguintes dimensões²²:

Tabela 7– Dimensões e Metas do REUNI

DIMENSÕES	METAS
A – Ampliação da oferta de Educação Superior Pública	- Aumento do número de vagas e criação de novos cursos; - Redução da evasão; - Criação de novos cursos noturnos.
B – Reestruturação Acadêmico-Curricular	- Reestruturação curricular; - Inclusão da modalidade tecnólogo; - Criação de cursos com licenciatura e bacharelado;
C – Renovação Pedagógica da Educação Superior	- Constituição de amplo e diversificado processo formativo dos professores da UFC, com caráter contínuo, dialógico e

²² A apresentação do quadro tem o intuito de expor as dimensões e metas que o REUNI tem como objetivo atingir, infelizmente todas essas categorias não poderão ser analisadas dada à ausência de dados nos documentos da instituição.

	interativo, envolvendo docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.
D – Mobilidade Intra e Interinstitucional	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o intercâmbio entre os cursos de graduação; - Ampliar as interações entre a graduação e pós-graduação; - Ampliar os intercâmbios interinstitucionais.
E – Compromisso Social da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do PNAES, sistema psicopedagógico, vagas nas residências, oferta de bolsa e bolsas de financiamento; - Potencializar a interface com o ensino e a pesquisa.
F – Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> - Maior participação de estudantes de graduação em pesquisas da pós-graduação; - Adoção de monitorias a serem exercidas por estudantes da pós-graduação em atividades de estudo dirigido na graduação.

Fonte: PALÁCIO (2012)

As metas do REUNI se dividem entre etapas para o acesso e permanência. A aplicação das metas ocorre gradativamente com a participação do MEC e da UFC. Como assinala Palácio (2012), a implementação do programa esteve condicionada ao repasse de recursos por parte do governo, conforme o Art. 6º do decreto que estabelece a implementação do REUNI.

Quanto à expansão da Universidade para o interior, verifica-se que houve uma expansão dentro da UFC anterior ao REUNI, já que, em 2001 em Sobral e Barbalha haviam sido criados cursos de medicina pelo professor Roberto Cláudio em parceria com o MEC, governo Estadual e Municipal. (LIMA, 2013).

Segundo Lima (2013)

Inicialmente havia um acordo onde o MEC entraria com recursos humanos — professores e servidores, técnico-administrativos —, o governo do estado entraria com recursos para apoio a equipamentos e alguma infra-estrutura, e a prefeitura do município apoiaria com uma infra-estrutura física, com o espaço físico para funcionamento do curso. Então, em Sobral isso se estabeleceu dentro do cronograma esperado, uma vez que lá existia a Santa Casa. Foi feito de imediato um convênio para o campo de estágio dos estudantes na Santa Casa e que os professores pudessem também compartilhar os espaços de ensino na estrutura física da universidade e ao mesmo tempo o espaço de estágio dentro da Santa Casa. Então isso em Sobral foi relativamente tranquilo só que, o governo, entenda-se o MEC não cumpriu a sua parte e nós ficamos então com o déficit de professores e de servidores técnico-administrativos, que só veio a ser corrigida quando do processo de expansão que ocorreu no final de 2005 para início de 2006. (Reitor da UFC) [sic] (LIMA, 2013, p.6)

Assim, a interiorização e a expansão para o interior antecedeu o REUNI através do programa de Expansão I que foi implementado em 2005. A partir daí o número de cursos no interior passou de dois para dez, cinco situados em Sobral e cinco no Cariri, sendo eles, Ciências Econômicas, Engenharia Elétrica, Engenharia da Computação, Odontologia e Psicologia e no Cariri Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia (LIMA, 2013).

Como constata a autora, a expansão da UFC em Sobral foi realizada “sem que as condições adequadas e recursos humanos estivessem plenamente garantidos”. Em entrevista à Revista Universidade Pública, o ex-reitor René Barreira reafirma essa problemática apontando que as vagas de concurso recebidas não têm sido suficientes, assim, a instituição sofre com a precarização, pois se expande para o interior, mas não é colocado o número de servidores para atender essa nova demanda. (UFC, 2006). O problema só foi amenizado em 2005 com a criação do programa Expansão I, possibilitando o funcionamento do campus com o número de servidores técnicos-administrativos suficiente e criando o campus UFC/Sobral (LIMA, 2013).

Em entrevista concedida à revista Universidade Pública o reitor e vice-reitor eleitos naquele ano, pontuaram que o problema de falta de servidores ainda persistia na UFC, apontando que o governo havia prometido concurso para a contratação de dois mil servidores, porém, foram adiados os concursos e concluem criticando o governo, pois as expansões foram realizadas sem o devido diálogo com a reitoria, acarretando na precarização dos *campi* de Sobral e do Cariri onde os cursos acontecem em dependências emprestadas (UFC, 2007).

Em 2008, o Reitor Ícaro Moreira iniciou a expansão da UFC para o *campus* de Quixadá, que atualmente disponibiliza os cursos de Sistema de Informação, Engenharia de Software, Redes de Computadores, Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Design Digital (UFC, 2011).

Em agosto de 2011 o governo Federal anunciou que o *campus* da UFC no Cariri seria transformado em Universidade Federal do Cariri, integrando as cidades de Juazeiro, Crato, Barbalha e mais outras duas, Icó e Brejo Santo. A UFC ganharia sede em mais duas cidades Russas e Crateús (UFC, 2011). Para a escolha dessas cidades o MEC utilizou como critério.

Para além das pressões políticas e do peso das articulações nos bastidores do poder, o MEC explicou que, para definir o número de campi universitários e de escolas de educação profissional por estado, o Governo orientou-se por critérios como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do Ensino Fundamental. Na escolha dos municípios, considerou-se a universalização do atendimento aos territórios da cidadania, a alta porcentagem de extrema pobreza, microrregiões com população acima de 50 mil habitantes e cidades com os chamados Arranjos Produtivos Locais (APL), que são um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais favoráveis ao cumprimento das demandas que surgem a partir da criação de uma comunidade universitária. (UFC, 2011, p.26)

A criação da UFCA foi bem recebida por parte de alguns alunos e professores, já que durante alguns anos circulavam boatos sobre a criação da Universidade. Porém, a maior preocupação estava na assistência estudantil como alerta um estudante.

Outra preocupação: garantir que as novas unidades sejam criadas com boas condições de funcionamento, com estrutura física e de pessoal adequadas. Para o estudante Gabriel Soares, alguns cursos no Cariri têm formado turmas sem o mínimo necessário de formação em laboratório. “Também não temos residência universitária, nem restaurante, apenas paliativos”, diz. A apreensão persiste quando se reflete sobre a necessidade de equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão nos novos campi. “Temos de cuidar para que essas universidades não virem meras escolas de Ensino Superior”, alertou Coutinho (UFC, 2011, p.26).

Atualmente a UFCA possui cinco *campi* localizados nas cidades de Juazeiro do Norte, que sedia nove cursos de graduação, Barbalha, que sedia apenas o curso de Medicina, Brejo Santo onde está localizado o Instituto de formação de Educadores com o curso de Licenciatura em Ciências Naturais que funciona em um prédio cedido pelo governo Municipal, Icó sedia o Instituto de Estudos do Semiárido responsável pelo curso de História, que funciona em um prédio cedido pelo governo Municipal já que a

sede própria ainda está em construção e Crato, que sedia o curso de Agronomia e ainda possui laboratório para o curso e refeitório e biblioteca²³.

A UFC Virtual também se expande no período de vigência do REUNI. Apesar de atuar desde 1997 com projetos, somente em 2006 a instituição passa a oferecer cursos na graduação a distância, ou seja, um pouco antes da criação da Universidade Aberta do Brasil. Após a criação da UAB a UFC passa a oferecer oito cursos de graduação, dentre eles, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Administração - Gestão Pública, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras Inglês, Licenciatura em Letras Português e Licenciatura em Letras Espanhol. Atualmente, o estado do Ceará possui 30 polos cadastrados na UAB, que são sedes dos cursos ofertados pela UFC. Em 2010 o CONSUNI aprovou uma mudança no regimento tornando a UFC Virtual uma unidade acadêmica²⁴ e criando o curso de Sistemas e Mídias Digitais.

Anunciado em 2011 que a UFC implantaria um *campus* em Russas, o mesmo só começou suas atividades em 2014, com o curso de Engenharia de Software. Em 2015 mais quatro cursos foram ofertados, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção. O *campus* possui uma área total de 50h/a, um anexo no centro da cidade e ainda não tem um restaurante universitário²⁵, evidenciando que as expansões para o interior foram feitas, mas sem a devida assistência estudantil.

As unidades acadêmicas listadas foram criadas e expandidas a partir da implementação do REUNI. Para um maior detalhamento dessa expansão no próximo subcapítulo, vamos apresentar e discutir os números do REUNI na UFC em algumas categorias referentes ao número de matrículas, assistência estudantil, número de servidores e professores durante a aplicação do programa na Universidade.

²³ Informações coletadas no site: <https://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca>. Acesso em: 20.abr.2017.

²⁴ Informações coletadas no site: <http://portal2.virtual.ufc.br/index.php/historico>. Acesso em: 20.abr.2017.

²⁵ Informações coletadas no site: <http://www.campusrussas.ufc.br/campus>. Acesso em: 20.abr.2017.

4.2. Números do REUNI na UFC

Neste subcapítulo nosso principal objetivo é apresentar os números do REUNI na UFC. Abordaremos os aspectos que perpassam desde a ofertas de vagas no vestibular, os números de alunos matriculados, docentes e técnicos-administrativos com ênfase na evolução desses profissionais na Universidade, questões relativas a assistência estudantil, como número de bolsas e residência universitária e, por fim, o orçamento da instituição no período de 2008 a 2012 que foram os anos de vigência do REUNI. Para o levantamento dos dados utilizamos os anuários estatísticos de 2007 a 2012²⁶. Em algumas categorias utilizamos dados anteriores à implantação do REUNI para comparar períodos em que o programa não estava em vigência, a fim de realizar um levantamento, para verificar se ocorreu progresso. Alguns dados como o número de evasão nos cursos e relação do número de alunos por professor não foram possíveis de obter, devido a sua não localização nas possíveis fontes, o que limita a análise do impacto do programa na Universidade.

Inicialmente, abordamos o crescimento das vagas ofertadas no vestibular. Para isso, utilizaremos os dados do período de 2004 que antecede o REUNI até 2013.

Tabela 8 –Vagas ofertadas e inscritos no vestibular.

VESTIBULAR – 2004 A 2009

INFORMAÇÕES GERAIS	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Candidatos Inscritos	42.616	36.719	37.771	31.328	32.490	44.156
Candidatos isentos de pagar a taxa de inscrição	14.848	11.232	13.073	8.389	13.190	21.734
Candidatos não isentos de pagar a taxa de inscrição	27.768	25.487	24.698	22.939	19.300	22.422
Vagas Ofertadas	3.625	3.605	4.045	4.085	4.484	5.524
Relação Candidato/Vaga	11,76	10,19	9,34	7,67	7,25	7,99
Candidatos Aprovados no Vestibular	3.625	3.594	4.045	4.037	4.352	5.430

Fonte: Comissão Coordenadora do Vestibular/CCV, 2009.

²⁶ Disponível no site: <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/322-anuario-estatistico>. Acesso em: 28.abr.2017.

INFORMAÇÕES GERAIS	VESTIBULAR	SISU			VARIACÃO 2013/2012 (%)
	2010	2011	2012	2013	
Candidatos Inscritos	44.156	78.415	110.914*	133.923	20,74%
Vagas Ofertadas	5.524	5.724	5.834	6.308	8,12%
Candidato/Vaga	7,99	13,70	19,01	21,23	11,68%
Candidatos Ingressos	5.449	5.643	5.718	6.166	7,83%

Fonte: UFC (2013).

Nesse ponto, observamos que o número de vagas ofertadas pela UFC nos anos de 2004 e 2005 permaneceu com pouca evolução, já em 2006 houve um crescimento de 11,58% em relação ao ano de 2004, o que se repetiu em 2008. A partir de 2010 esse número aumentou 36,56% e nos anos seguintes o crescimento foi gradual. A expansão desse número está em consonância com a expansão de vagas na UFC, com a criação de novos cursos, mas, principalmente, com a expansão de vagas por meio da UAB. Constatamos, a partir da tabela, que o aumento no número de vagas se dá principalmente dentro do período de vigência do REUNI. Destacando o período de 2008 a 2013²⁷, temos um crescimento de 40% no número de vagas ofertadas pela Universidade. Apesar do número de inscritos crescer de forma muito rápida, principalmente pela adoção do ENEM, ocorreu também um aumento no número de candidatos não ingressantes no período de 2012 e 2013, o que pode ter ocorrido devido ao Sistema Seleção Unificada (SISU), que permite ao candidato escolher entre diversos cursos por todo o Brasil de acordo com sua nota no ENEM.

No período de 2005 a 2007, que antecede a adoção do ENEM, o número de candidatos isentos diminuiu 25%, os dados obtidos não deixam claro se a UFC diminuiu a isenção das inscrições ou a baixa desse número se deu por uma procura menor. Vale destacar que a diminuição desse número representa uma menor oferta de oportunidade dos estratos mais baixos economicamente da classe trabalhadora para ingressar na Universidade. Como demonstra uma reportagem do Diário do Nordeste em 2006²⁸, os candidatos que procuram isenção chegam a esperar quase dez horas na fila para o atendimento. Na reportagem o Presidente da Comissão Coordenadora do Vestibular

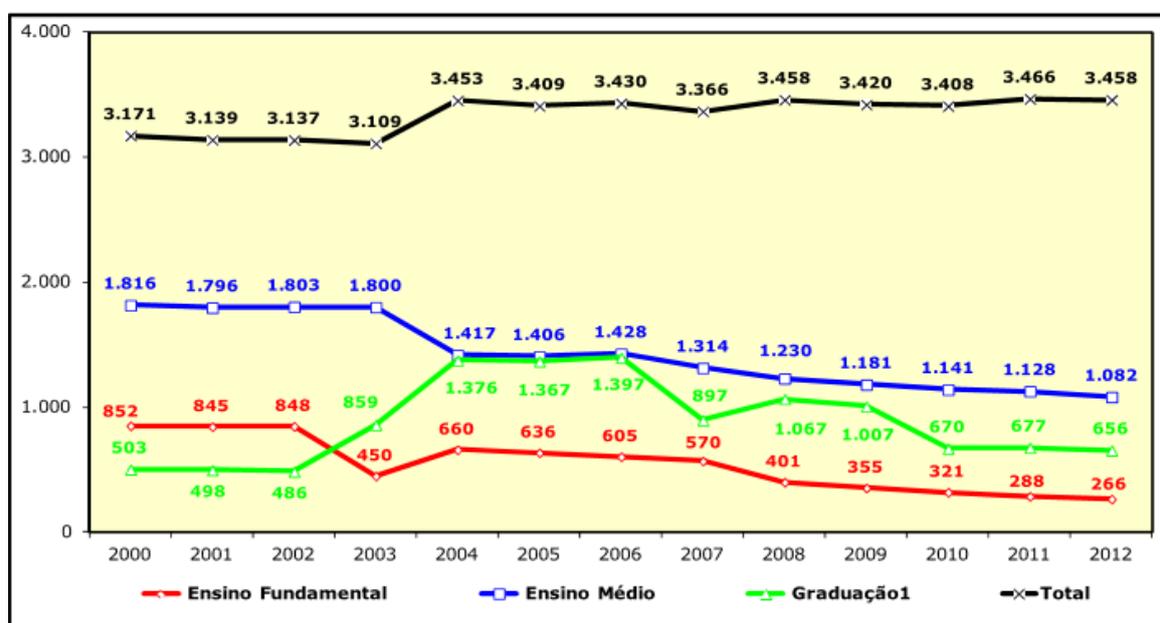
²⁷ Estendemos análise até 2013 para demonstrar que a expansão de vagas na UFC continuou até 2013 mesmo após o término do REUNI.

²⁸ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/candidatos-ficam-ate-10-horas-em-fila-por-isencao-na-ufc-1.617335> Acesso em: 01 jul 2017.

(CCV) relatou que em 2005 foram recebidas 15.348 isenções, mas só foram atendidas 14.312. Porém, de acordo com os dados da UFC somente 11.232 candidatos foram isentos de pagar a taxa de inscrição.

Arelado à expansão do número de alunos ingressantes na Universidade, para que não ocorresse uma sobrecarga de trabalho e precarização dos serviços, seria preciso que os quadros de técnicos administrativos e docentes fossem readequados à nova demanda de alunos, porém, veremos, no Gráfico 8, que isso não aconteceu com a categoria de técnicos-administrativos da UFC.

Gráfico 8 - Evolução dos técnico-administrativos ativos - 2000 a 2012.



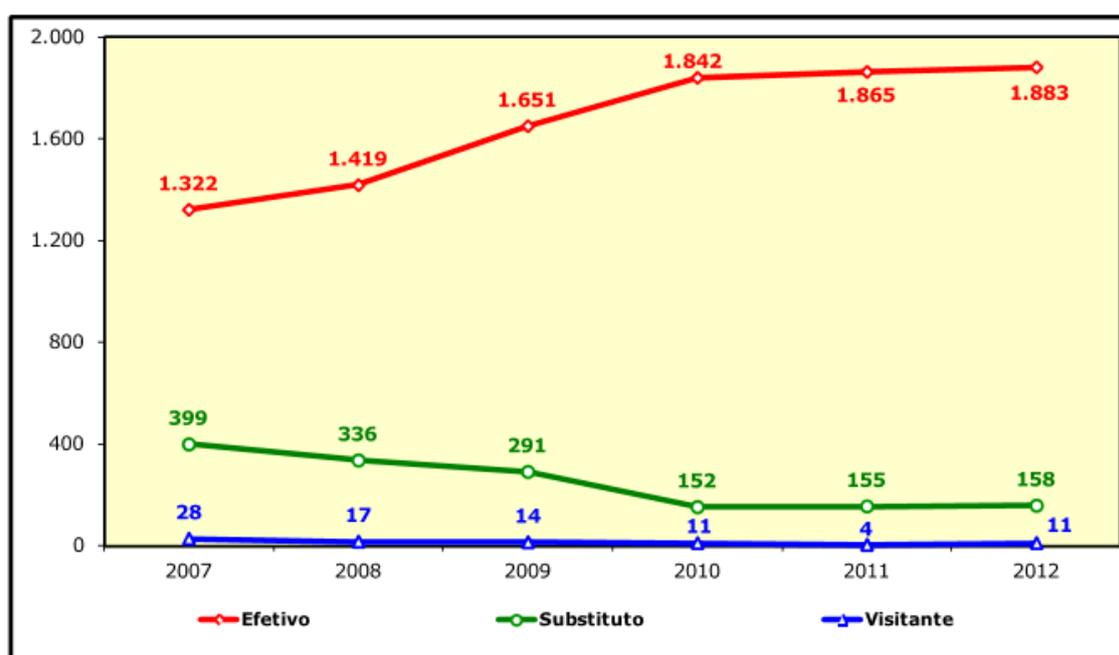
Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Observamos um período de estagnação entre os anos de 2000 a 2003, em 2004 há um aumento de 11% de servidores, e mais uma vez acontece um grande período de estagnação de 2004 a 2012, período este que já estava em vigor o REUNI. O que fica claro é que mesmo com um aumento de 40% no número de alunos ingressantes de 2008 a 2013, o quadro de funcionários não é expandido para atender a essa demanda crescente sobrepondo, assim, o trabalho dos servidores e prejudicando a utilização de serviços dentro da Universidade. Uma alternativa para suprir a demanda de servidores utilizada pela UFC foi a criação em 2009 da bolsa de iniciação acadêmica, que atende estudantes dos semestres iniciais em vulnerabilidade social. Esses estudantes podem

exercer atividades de pesquisa, ensino, extensão e administrativas. Em 2012 haviam 756 estudantes com essas bolsas, que muitas vezes desempenhavam funções de servidores, o que representa uma forma de terceirização adotada pela Universidade para burlar a carência de profissionais.

Entretanto, apesar da estagnação observada na categoria dos servidores técnicos-administrativos, não aconteceu o mesmo com os docentes da Universidade. Nos Gráficos 9, 10 e 11, estão dados da evolução no número de docentes, vínculo empregatício e evolução do regime de trabalho.

Gráfico 9 - Evolução dos docentes ativos por vínculo empregatício - 2007 A 2012.

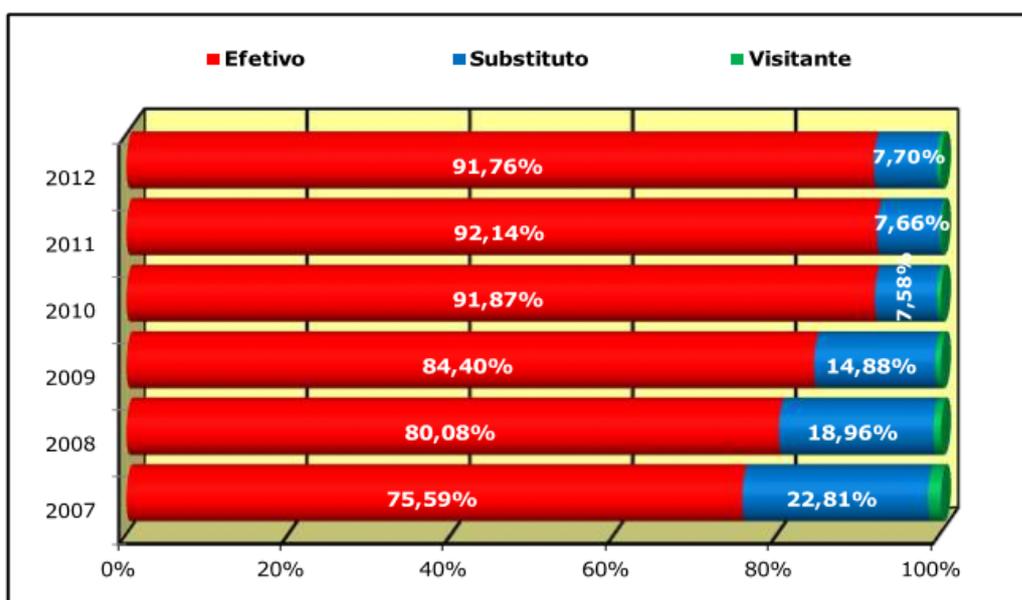


Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

No Gráfico 9, observamos a evolução na contratação de professores efetivos. Em 2007, o número de professores efetivos correspondia a 75,9% já em 2012 a categoria de efetivos representava 91,76%. Esse número é positivo, pois significa mais professores realizando atividades de pesquisa, ensino e extensão, além de diminuir a presença de professores substitutos. Conforme está nos Gráficos 9 (acima) e 10 (abaixo), os professores substitutos representam somente 7,70%, comparado a 2007 que representavam 22,81% é um avanço significativo em relação à contratação de docentes, considerando que esta tem sido uma reivindicação histórica dos trabalhadores das

universidades públicas. Entretanto, examinar este aspecto num futuro bem próximo nos deixa bastante apreensivos no que se refere ao regresso dessa conquista, tendo em vista que as últimas legislações aprovadas no governo ilegítimo de Temer, mormente as que se referem à nova lei da terceirização (Lei nº 13.429/2017), que alargará as possibilidades de precarização docente, e a aprovação da PEC 55/2016, que congelará os gastos primários (como educação, por exemplo) por vinte anos, obstaculizando a realização de concursos, tendem a comprometer seriamente a abertura de novos concursos.

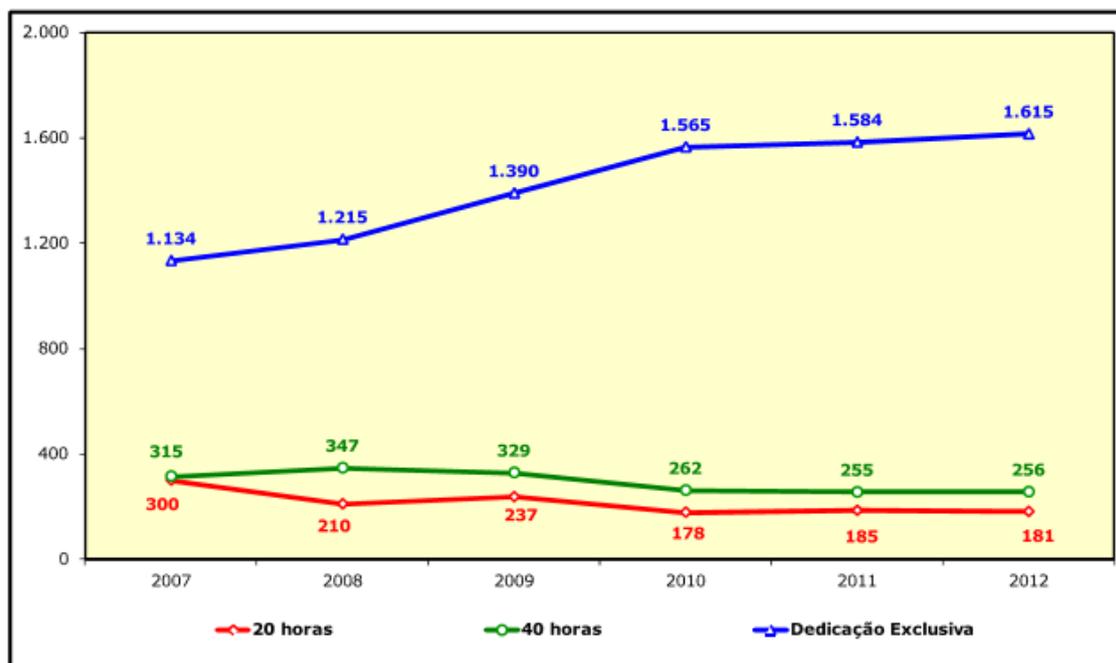
Gráfico 10 – Vínculo empregatício.



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

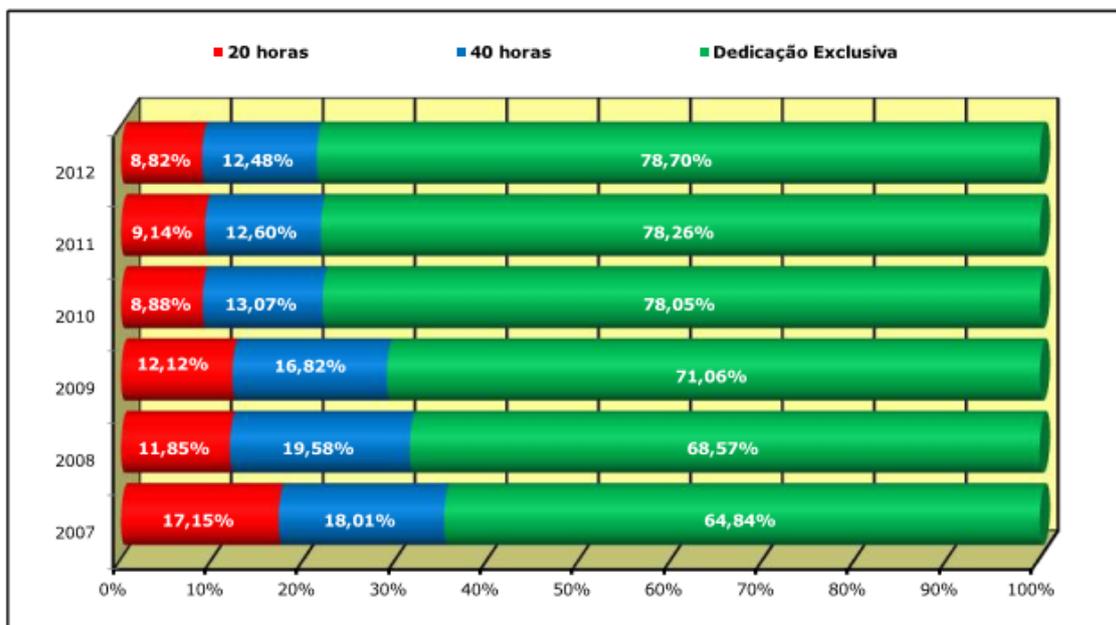
Nos Gráficos a seguir (11 e 12), observamos um aumento significativo dos professores com dedicação exclusiva. De 2008 a 2012, a relação de docentes com dedicação exclusiva cresce em torno de 16%. Relacionando os gráficos, esse aumento deve-se à contratação de mais professores no período.

Gráfico 11 - Evolução dos docentes ativos por regime de trabalho - 2007 a 2012.



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Gráfico 12 – Regime de trabalho.



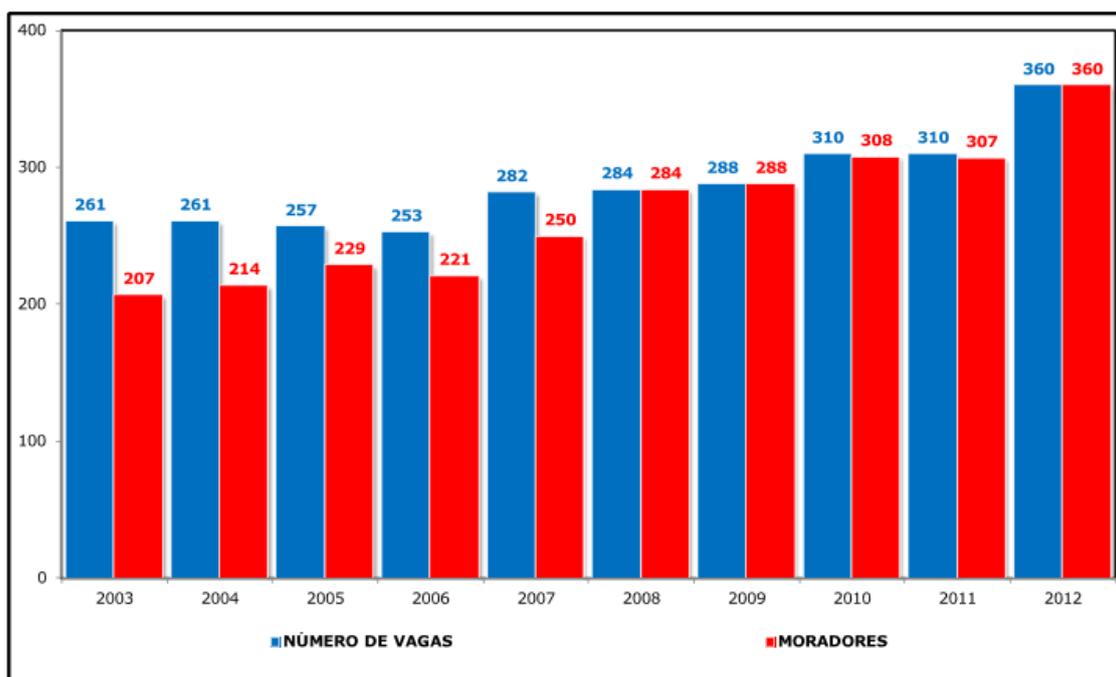
Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

O aumento de professores em regime de dedicação exclusiva é um aspecto positivo para as Universidades, visto que, o governo tem ampliado as exceções a esse regime com o objetivo de estimular o empreendedorismo acadêmico, por meio da Lei de Inovação Tecnológica concebendo a Universidade como um espaço de serviços

(LEHER e DA MOTTA, 2014). De acordo com o último anuário estatístico da UFC de 2015, as unidades acadêmicas de Direito e Faculdade de Medicina possuem os menores índices de professores em regime de dedicação exclusiva. A Faculdade de Direito possui apenas 43,55% do corpo docente com Dedicação Exclusiva e a Faculdade de Medicina possui 51,85%.

Como visto, a implementação do REUNI aumentou progressivamente a inserção de alunos na Universidade, porém, é preciso garantir que o aluno não abandone o curso e tenha condições de manter-se, para isso são necessárias ações de assistência estudantil. Abordaremos, a seguir, os números referentes as vagas em residências universitárias.

Gráfico 13 – Número de vagas e moradores nas residências universitárias de 2003 a 2012.



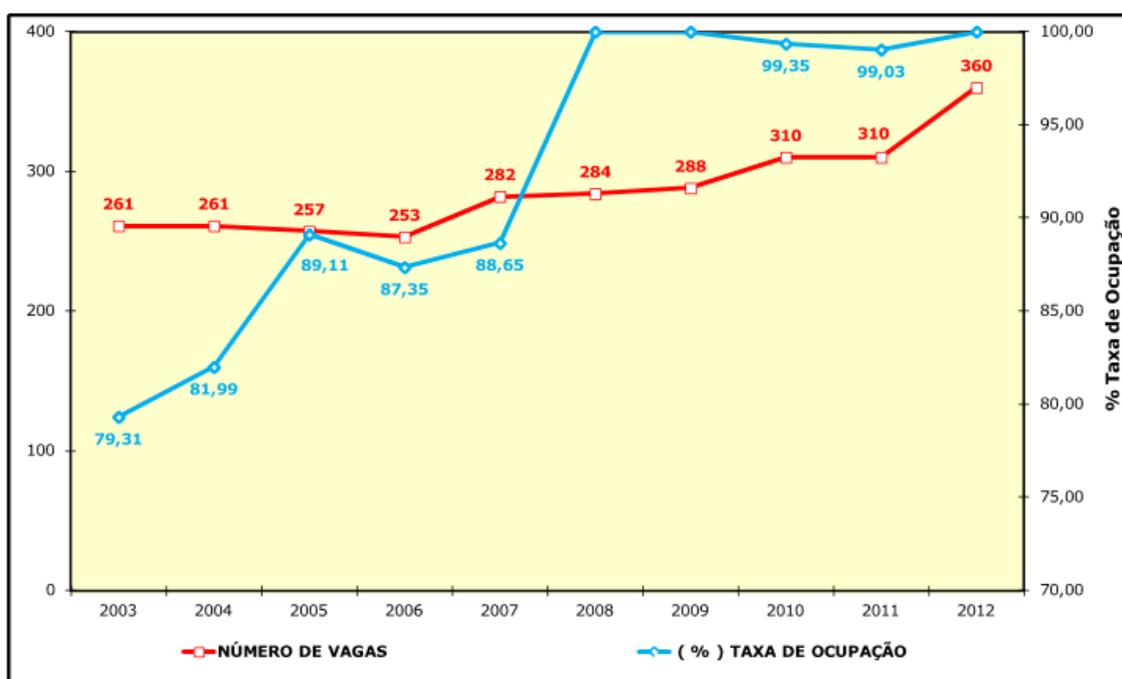
Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012

Nos gráficos 13 (acima) e 14 (abaixo), observamos que a partir de 2007 a procura por residências universitárias crescem de 88% para 100%. A crescente busca por residências pode estar ligada à maior oferta de vagas na Universidade. No entanto, o número de residências universitárias cresce de maneira lenta. Viana (2012) relata que até 2011 a UFC ofertava 310 vagas em 16 residências. Em 2012 foram criadas mais 198 vagas com uma nova residência no *campus* do Pici. No anuário de 2013 consta 422

vagas, porém a taxa de ocupação ainda permanece em 100%. Nos *campi* do interior não há residência universitária, sendo que os alunos recebem um auxílio moradia e o direito a três refeições no restaurante universitário, fato que demonstra que a expansão da UFC para o interior se deu de forma precária e sem as condições necessárias para os alunos.

Esse fato evidencia que o REUNI estimula a mobilidade acadêmica como uma de suas metas, porém, um importante fator, as moradias estudantis não crescem na mesma proporção de alunos ingressantes, o que configura uma política excludente, pois dificilmente um aluno consegue manter-se na Universidade tendo que arcar com altas despesas como a de aluguel.

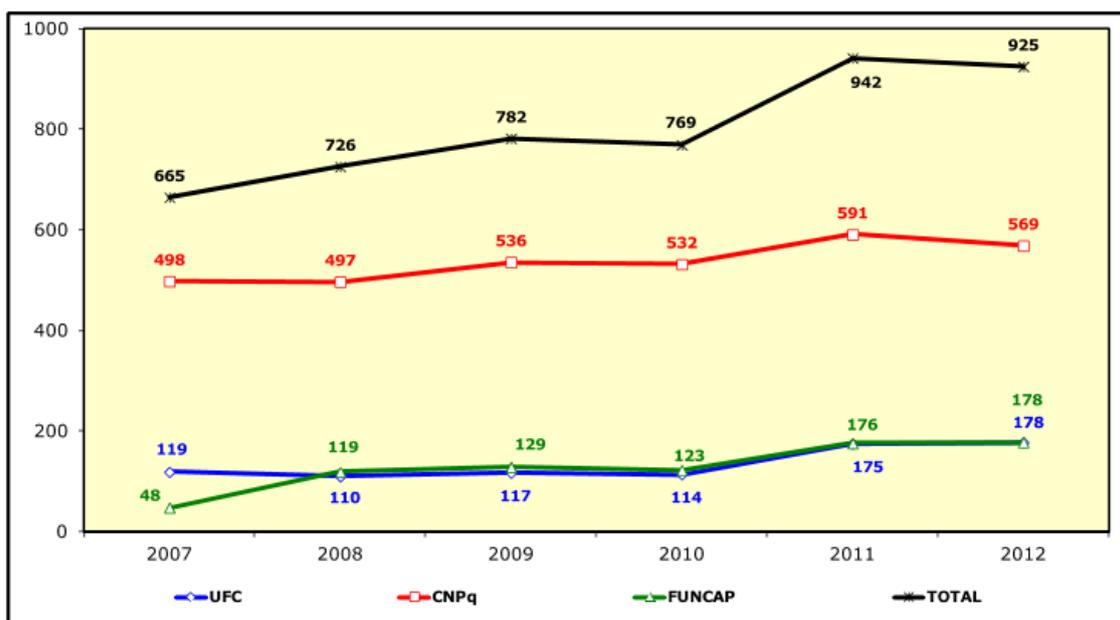
Gráfico 14 - Número de vagas e taxa de ocupação - 2003 a 2012.



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Com uma inserção maior de alunos e professores, a demanda por bolsas de pesquisa também deve acompanhar o crescimento para a realização de atividades de pesquisa e extensão, abaixo apresentamos a relação de bolsas de 2007 a 2012.

Gráfico 15 – Bolsas de iniciação científica por agências de fomento – 2007 a 2012.

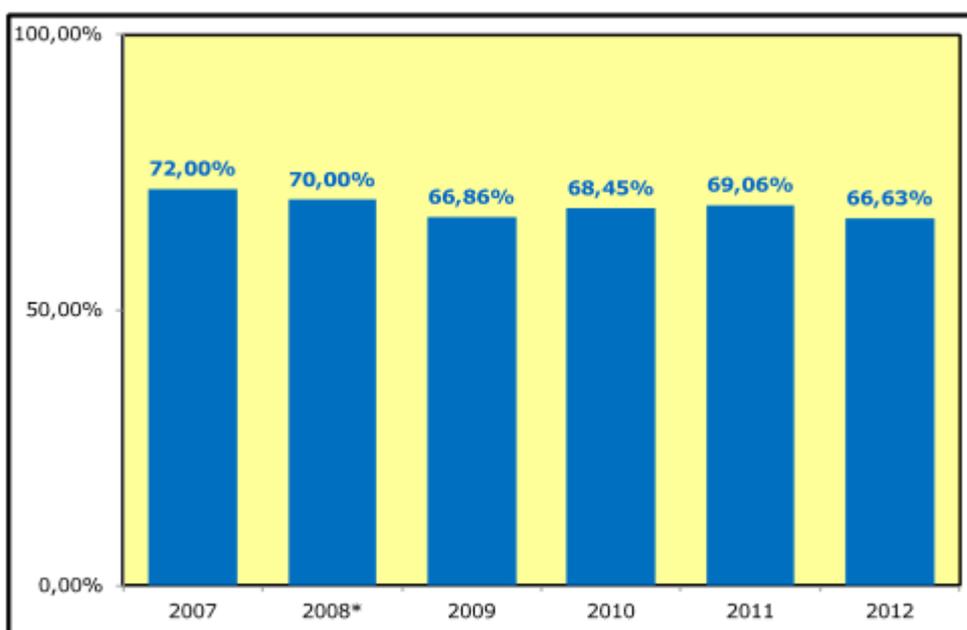


Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Observamos que no período de 2007 a 2010 o crescimento no número de bolsas é de apenas 15%, porém, nesse mesmo período o número de alunos que ingressaram na Universidade havia crescido em 35%. A partir de 2010 o total de número de bolsas cresce 20% e o aumento de alunos representa um crescimento de 5%. Assim como em outros setores da Universidade, a política de bolsas apresenta um aumento tardio em relação ao aumento de alunos. Somente após dois anos de vigência do REUNI que o número de bolsas teve um crescimento significativo equivalente ao crescimento de alunos ingressando na Universidade.

O REUNI tinha como uma das suas principais metas a redução da evasão e a elevação das taxas de conclusão em 90%. Essa meta mostrava-se ousada, pois pretendia atingir um número alto. Abaixo, o Gráfico 16 apresenta a relação das taxas de sucesso na graduação, o que representa o número de alunos que terminaram a graduação dentro do período previsto.

Gráfico 16 – Taxa de sucesso na graduação 2007 – 2012.



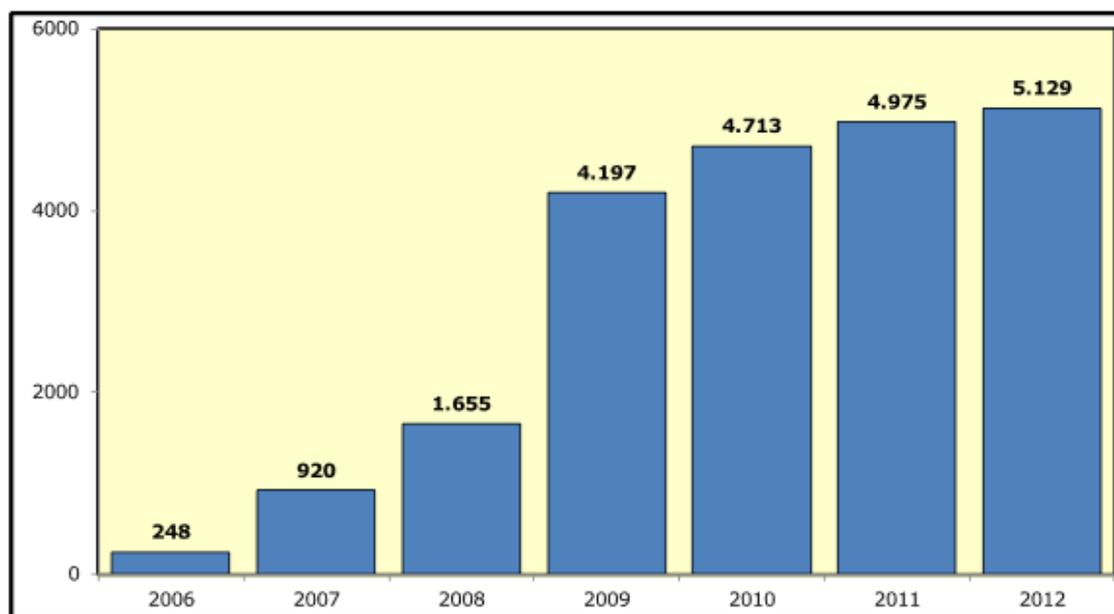
Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Por meio do gráfico observamos que a meta de elevação da taxa de conclusão não foi atingida em nenhum ano. Ao contrário da expectativa de elevação, as taxas foram diminuindo até 2012, último ano do REUNI que apresentou a pior taxa de 66,63%. Em relação a 2007 as taxas caíram 5,37%. Esses números não representam apenas uma meta não atingida estabelecida pelo Programa, mas, também, que cada vez mais entram alunos na Universidade, porém não se formam alunos com a mesma proporção, o que acarreta uma precarização dos serviços e uma maior demanda de trabalho dos professores e servidores.

Percebe-se, portanto, que uma das principais metas do Programa, que se referia à conclusão de 90% dos estudantes não foi cumprida, o que demonstra a fragilidade do programa e constitui uma meta irreal. Países da Europa com modelos universitários mais avançados que do Brasil possuem taxas de conclusão em torno de 70%.

Com a criação da UAB em 2006, outra forma de expandir as matrículas no ensino superior seria por meio da modalidade a distância. Abaixo, o Gráfico 17 apresenta a evolução das matrículas em EAD entre 2006 e 2012.

Gráfico 17 – Evolução dos alunos matriculados de 2006 a 2012 na modalidade a distância.



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

No gráfico evidenciada a grande expansão da modalidade de EAD no período de execução do REUNI, numa evidente demonstração de como a EAD representa uma boa saída para a expansão das matrículas, uma vez que os custos com os alunos são menores, assim obtendo uma expansão sem qualidade, sob o discurso de uma pseudodemocratização. O programa obteve uma grande expansão de 153% de 2008 para 2009 e em seguida continuou seu crescimento. Entre 2008 e 2012 seu crescimento foi de 209%. Viana (2012) relata que a primeira turma de Administração ofertada à distância pela UFC se formou em 2011, sendo que, dos 200 alunos ingressantes, apenas 51 se formaram. Esse fato mostra que apesar da EAD ser menos onerosa ao Estado, essa modalidade possui um alto índice de evasão. A UFC não disponibiliza os dados relativos à evasão dos cursos presenciais e à distância.

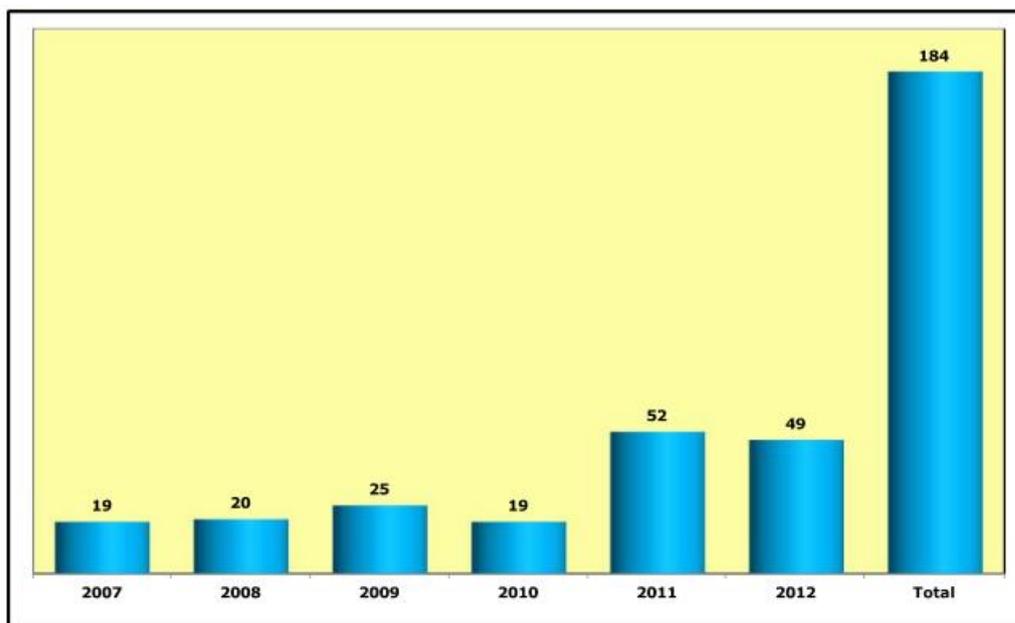
A implantação das práticas de EAD na educação superior erguem-se sobre a mesma base da reestruturação capitalista, que pressupõe: maior concentração do capital, precarização das relações de trabalho, restrição de direitos à classe trabalhadora, ampliação das taxas de lucro, extensão progressiva do tempo de exploração da força de trabalho e crescente produtividade etc. No campo da educação superior, as chamadas tecnologias da EAD apresentam-se hoje como uma das principais fronteiras de expansão, em especial, do setor privado de ensino. Tornada meio preferencial de expansão de áreas fundamentais, como a formação de professores para a educação básica, o EAD amplia enormemente as possibilidades de investimentos produtivos no ensino, potencializando, com isso, as expectativas de lucros no setor. (MINTO, 2009, p.03)

A autora ainda ressalta que as relações trabalhistas na EAD já nascem flexibilizadas, e sem a garantia de direitos. Além disso, a necessidade de menor qualificação gera salários mais baixos, embora com exigência de alta produtividade. O professor que atua na EAD, não possui o controle sobre o seu trabalho e está submetido ao ritmo e forma de trabalho impostos pelo modelo utilizado nos cursos à distância (MINTO, 2009).

Frigotto (2001) destaca que a submissão aos organismos multilaterais está ligada a um processo de colonização intelectual, no qual as teorias e ideias dos centros hegemônicos são copiadas e implantados no Brasil. Esse fato está bem presente na concepção de EAD e na própria adoção do processo de Bolonha como base para o REUNI.

Com a implementação do REUNI, foi necessário o investimento e expansão da estrutura da Universidade, além da criação de novos espaços para os cursos no interior e a mudança de alguns cursos, como no caso do Instituto de Cultura e Arte onde estão os cursos de Filosofia, Dança, Teatro, Design, Gastronomia, Jornalismo, Cinema, Música, Publicidade e Propanda. Abaixo, o Gráfico 18 apresenta as obras e reformas executadas.

Gráfico 18 – Evolução das obras e reformas executadas de 2007 a 2012.

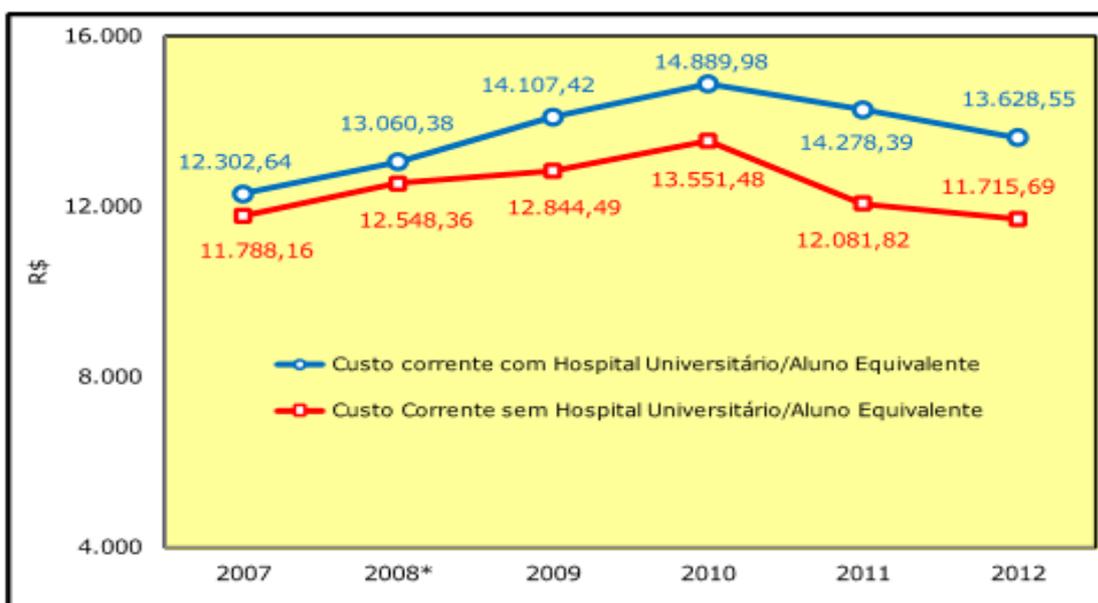


Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

No gráfico, observamos que, entre 2007 e 2010 as reformas tiveram uma pequena oscilação nos números. Somente em 2011 o número teve um expressivo aumento de 19 para 52. A problemática está no modelo que o REUNI traz, já que, as matrículas de alunos na Universidade crescem a cada ano, como já demonstramos, porém, a estrutura universitária cresce num ritmo lento, o que acarreta nas más condições de trabalho de professores e servidores, além de alunos em estruturas precárias, sejam de aula ou mesmo de espaços extra-sala como laboratórios, residências universitárias e bibliotecas. A Universidade, portanto, virou um grande canteiro de obras e, ao mesmo tempo, mais alunos ingressavam sem que as condições estivessem propícias para a recepção dos mesmos.

Com o ingresso de mais alunos na Universidade é necessário que os repasses de recursos fossem aumentados. Conforme estabelece o REUNI, os recursos só seriam repassados de acordo com os cumprimentos das metas estabelecidas pelo Programa. O Gráfico 19 apresenta o valor de custo aluno no período do REUNI.

Gráfico 19 – Custo corrente/aluno equivalente – 2007 a 2012.

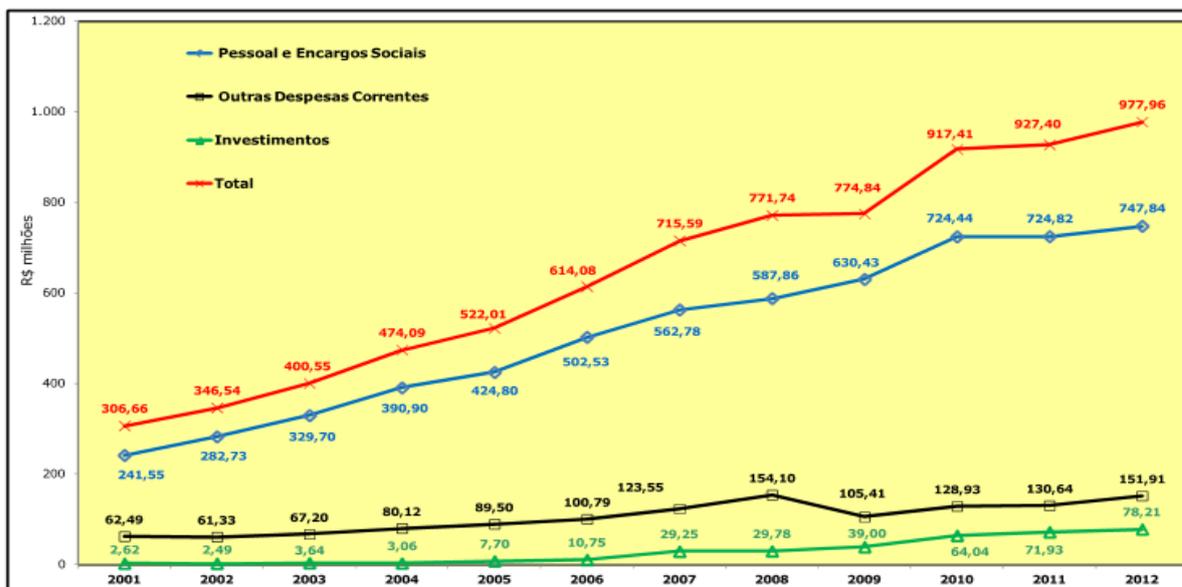


Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Observamos o aumento progressivo do custo por aluno. De 2007 a 2010 houve um aumento de 23%, em seguida esse número cai para 9% mesmo com um maior número de alunos ingressando em 2011 e 2012.

Por último, no Gráfico 20 apresentamos a evolução do orçamento da Universidade desde 2001 a 2012 quando foi encerrado o REUNI na UFC.

Gráfico 20 – Evolução da execução orçamentária por grupos de despesa - 2001 a 2012.



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Constatamos um aumento considerável no orçamento da Universidade, atingindo seu ápice em 2012. Comparado a 2008, representa uma adição de 26% de recursos para a Universidade. Os dados coletados não nos permitem identificar quais áreas receberam um maior investimento limitando a análise do orçamento na Universidade. Ressaltamos que o repasse oriundo do REUNI só foi feito depois da UFC atingir suas metas de acordo com o programa. Como aborda Sousa Junior (2012), o governo de fato realiza a expansão do Ensino Superior, de três modos, primeiro por meio do PROUNI, utilizando recursos públicos para a compra de vagas no setor privado, segundo através da expansão de vagas nas Universidades Públicas via EAD, um modelo bastante apreciado pelo Banco Mundial, pois diminui os gastos relativos ao Ensino Superior e quebra o modelo de Universidade, baseado no ensino, pesquisa e extensão que é apontado como caro demais e, por último, via REUNI, que expande as vagas nas Instituições Públicas, porém, o repasse de verbas não garante que essa expansão será feita com qualidade.

No subcapítulo seguinte realizaremos uma discussão relacionando como o REUNI vai na contramão de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade,

apontando que as medidas realizadas sob o discurso da democratização representam o sucateamento do Ensino Superior em consonância com as deliberações dos organismos multilaterais.

4.3. Universidade pública, gratuita e de qualidade: na contramão do REUNI

O objetivo nesse subcapítulo é estabelecer uma relação a partir dos fatos e dados apresentados de como o REUNI configura-se como uma política de precarização das Universidades Públicas e impõe de forma antidemocrática uma nova lógica de ensino massificado de caráter mais pragmático voltado para atender as demandas do mercado.

O REUNI tem como objetivo atender uma grande demanda de jovens que não tem acesso ao Ensino Superior. Para isso estabelece que o aumento do número de vagas nas Universidades Públicas e elevar o percentual de alunos que se formam, para assim ter mais jovens ingressos nas Universidades, porém, o Programa é realizado de forma apressada, sobrecarregando outros setores das Universidades.

Como visto anteriormente no caso da UFC e de outras Universidades, a demanda de novos alunos foi crescente, mas os investimentos em contratação de servidores e professores não acompanhou o mesmo ritmo. Para além desses fatos, até esse ano (2017), cursos localizados no interior do Ceará funcionam sem uma infraestrutura adequada e instalações emprestadas pelas prefeituras locais. Vimos também que as residências universitárias não são suficientes para o número de alunos que solicitam, o que torna o REUNI e o SISU mecanismos para tornar a Universidade Pública com um caráter cada vez mais elitista, pois do que adianta o aluno poder ingressar em qualquer curso no país sem ter condições de se manter na cidade devido aos altos custos.

Os problemas de estrutura física, como no caso da UFC e em todo o Brasil, são um reflexo de um programa estabelecido nas pressas com o objetivo de apresentar números e não melhorias definitivas nas estruturas acadêmicas, pois o programa aumenta o ingresso de alunos nas Universidades sem ao menos as reformas ou obras para o funcionamento dos cursos estarem prontas, como consequência, alunos e professores ficam submetidos ao trabalho em condições precárias.

Os docentes ainda têm que lidar com um progressivo aumento dos alunos, como estabelece o programa de 1 professor para 18 alunos, evidenciando que o REUNI está

afinado com a lógica do neoliberalismo, pois além de aumentar o número de alunos, ainda estabelece um novo modelo de curso, de uma formação minimalista alinhada com o mercado de trabalho expressa por meio dos bacharelados e licenciaturas interdisciplinares.

Toda essa problemática ainda se dá num contexto de uma política autoritária por parte do governo, que não realiza um debate necessário com os setores da Universidade sobre a proposta do Programa. Conforme Santos (2009), o decreto que estabelece o REUNI foi instituído em abril de 2007 e o seu prazo limite para aprovação ficou para outubro do mesmo ano, o que foi bastante problemático, pois o REUNI modifica de maneira aguda a estrutura universitária nas mais diversas instâncias e isso requer um amplo debate sobre os rumos que serão tomados a partir de sua implantação, porém esse debate necessário não foi realizado com a comunidade acadêmica, o que resultou em diversas mobilizações e ocupações de reitoria por todo o país como forma de resistência a postura antidemocrática do governo.

As medidas de aumento do número de alunos e de uma flexibilização curricular nos mostra que a qualidade do Ensino Superior brasileiro não está em cheque apenas por sua massificação, mas, também, pela perda de qualidade adquirida com a adoção de um novo modelo curricular mais flexível.

A materialização desse processo vem permitindo a construção de novas concepções de universidades e de finalidades sociais que passam a ser admitidas como necessárias, resultado de um ajustamento entendido como natural e inevitável no contexto atual. Nessa ótica, a universidade relevante passa a ser aquela que assume uma perspectiva mais utilitarista, empreendedora, flexível e inovadora e que, além disso, forma para as competências requeridas e alteradas permanentemente pelo mercado de trabalho, assegurando, em tese, maior qualificação e empregabilidade; passa a ser também aquela que desenvolve pesquisas que produzirão mais valia econômica, ou seja, aquelas que darão retorno em termos do investimento realizado, uma vez que estão submetidas às demandas, orientações e aos controles de qualidade externos à comunidade acadêmica e ao próprio campo científico em geral. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 52-53)

Como os autores abordam, as Universidades perdem o seu papel de formação na construção do conhecimento e passam a operar sob a lógica do mercado nas esferas da produção e gestão. O próprio REUNI adota essa lógica, quando estabelece que os problemas das Universidades brasileiras não é a falta de recurso, mas o seu mal gerenciamento.

Em síntese, o REUNI ataca de todas as formas a autonomia universitária, logo: i) foi apresentado como decreto presidencial; ii) pôs em

operacionalidade a lógica do contrato de gestão entre as universidades federais e o MEC, fomentando a canalização de recursos públicos para investimento e custeio ao alcance das metas que foram preconizadas pelo decreto nº 6.096/07 e o documento intitulado Diretrizes Gerais do Reuni, publicado em 2007. (SLINDER, *et al*, 2016, p,78)

A grande falácia da sociedade do conhecimento é colocada como uma verdade universal e que a universidade deve preparar seus alunos para essa nova sociabilidade. Chauí (2003) aponta qual o objetivo por trás da chamada sociedade do conhecimento.

Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais, cuja existência se reduz à própria informação. Entre outros efeitos, essa situação produz um efeito bastante preciso: o poder econômico baseia-se na posse de informações e, portanto, essas tornam-se secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente (CHAUÍ, 2003, p. 08).

As universidades devem adaptar-se para que sua produção gire em torno dessa lógica, buscando uma maior competitividade no mercado global (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010).

[...] defendem-se cada vez mais projetos distintos e contraditórios de universidades, não evidenciando a sua natureza e caráter históricos, seus papéis acadêmicos e sociais, e nem a sua capacidade de crítica e de atuação política em cada tempo-espço. O discurso de reestruturação, preconizado nas reformas, indica o espaço do mercado e do pragmatismo como a única solução para a crise da universidade. A educação superior, nessa visão, centra-se na produtividade, na excelência, na competitividade e na utilização de indicadores quantitativos de performance, distanciando-se da formação omnilateral, crítica e cultural em sentido amplo. Nessa direção, a finalidade do ensino nas universidades vem sendo priorizada para atender, pelo menos em tese, a necessidade de qualificação de profissionais competentes e ajustados, acompanhada da estratificação funcional das IES, que deverão ser diversificadas, hierarquizadas e flexíveis para desempenharem papéis sociais diferenciados ao oferecer itinerários formativos e certificações a segmentos sociais distintos, mediante uma perspectiva que se orienta para a aquisição de competências e qualificações a serem adquiridas, segundo a capacidade e mérito de cada um. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 55)

Assim, o Ensino Superior público sofre dois golpes de uma só vez: o primeiro representado por sua expansão sem qualidade, aligeirada, sem o devido planejamento e de forma autoritária; o segundo expresso na quebra da lógica de uma educação baseada no tripé, ensino, pesquisa e extensão, representado não somente pelos bacharelados e

licenciaturas interdisciplinares, mas principalmente pela expansão e consolidação da EAD.

Com o lançamento do PDE, a constituição do Reuni, os projetos da Universidade Nova, da Universidade Aberta e, por conseguinte, a realização do Banco de Professores equivalente, consolidam um aglomerado de ações, às quais seus objetivos, se tratam de ampliar a oferta da educação pública – potencializando a infraestrutura existente – e ajustar o modelo das instituições públicas de ensino superior e de formação universitária às condições do mercado (otimização de recursos e eficiência) e um novo entendimento de acordo com o parâmetro de universidade, pois o modelo calcado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, seria caro, estaria na falência e necessitava ser diversificado. (DE PAULA, *et al*, 2016, p. 79)

O fortalecimento desse caráter universitário imprime uma lógica perversa e elitista no ensino superior público, afastando cada vez mais os setores populares da Universidade e do direito de ter um ensino de qualidade.

Esta contradição se reproduz cotidianamente, na medida em que estratos oriundos das classes trabalhadoras acessam a educação superior e se enredam com modalidades alienadoras dos processos de ensino-aprendizagem, estabelecidos historicamente como fator de dominação cultural das classes possuidoras. Mantêm-se hierarquias e disparidades sociais no plano da formação profissional e científica, com o claro privilégio de áreas do conhecimento, a condução formal-abstrata de processos e critérios avaliativos, dentre outras. Além da constituição de programas e ações de assistência estudantil, segundo um caráter assistencialista, com abordagens produtivistas e aspectos punitivos, e mediante intensificação das contrapartidas exigidas para os estudantes (SILVEIRA JÚNIOR; NASCIMENTO, 2016 p. 213).

Chauí (2003) define bem esse novo caráter universitário, como uma universidade operacional.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (CHAUÍ, 2003, p. 07).

A construção do texto da autora antecede a implantação do REUNI, porém, os aspectos levantados convergem com os objetivos do REUNI expressos em seu decreto. Além das questões levantadas pela autora, ela ainda enfatiza que há uma mudança do caráter da docência dentro desse novo modelo universitário, que é representado por uma transmissão rápida de conhecimentos sem uma relação com outras áreas do

conhecimento. Os estudantes são preparados rapidamente para a inserção no mercado de trabalho, sem ser preparada uma formação sólida, densa e crítica para a atuação do profissional.

A autora ainda levanta a problemática da pesquisa dentro do que ela denomina de universidade operacional, apontando que a pesquisa é abandonada em troca de uma fragmentação competitiva, que seria a formação dos estudantes para o mercado de trabalho. O pouco de pesquisa que se faz tem como objetivo atender as demandas do mercado, então, a universidade pública passa a produzir conhecimentos destinados aos setores privados.

Como visto anteriormente, a UFC expande em mais de 200% a oferta de vagas em cursos ofertados via EAD, o que evidencia que a proposta de ampliação e reforma do REUNI está em consonância com os objetivos do Banco Mundial para o ensino superior.

Cabe dizer também que as medidas implementadas pelo governo FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) tiveram por base muitas das diretrizes preconizadas pelo BM, como por exemplo, do documento *La enseñanza superior* (1995): incentivar a diversificação e diferenciação das IES e dos cursos; promover a expansão da educação superior por meio da oferta privada; adotar programas de educação à distância; diversificar as fontes de financiamento; implementar mecanismos de financiamento estatal em consonância com critérios e metas de desempenho das IES públicas; ampliar a relação professor/aluno; combater à evasão e à repetência; exigir maior transparência das IES nos gastos provenientes dos fundos públicos; incentivar programas de pesquisa que busquem a articulação entre indústrias e universidades; promover o acesso de grupos minoritários à educação superior; instituir e fortalecer programa de bolsas estudantis em IES privadas. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 61)

Conforme os autores, além da ampliação por meio da EAD, outras medidas como aumento do número de alunos por professor, o combate à evasão, o fortalecimento de bolsas estudantis e as outras medidas são colocadas em prática no REUNI e nos programas direcionados ao ensino superior.

A crise vivenciada pelas Universidades públicas no governo FHC pela falta de recursos deixou uma grande expectativa de ampliação e crescimento com a adesão do REUNI por parte das Universidades. Os governos petistas pareciam que não alterariam essa lógica de poucos investimentos.

Um primeiro ponto a se interpelar é sobre o financiamento disponibilizado pelo governo, para garantir todo o escopo do projeto. Muitas interrogações existem sobre esse assunto. Inicialmente, pela opção governamental em manter o veto presidencial às metas do Plano Nacional de Educação sobre os recursos orçamentários à educação. É bem verdade que o atual governo

ratificou a missão prescrita no PNE sobre a expansão de vagas na educação superior, contudo, o mesmo não ocorreu na questão do financiamento. O PNE almejava que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) fossem destinados à educação pública, mas essa meta foi suprimida pelo veto presidencial de Fernando Henrique. Não obstante, o veto foi mantido pelo governo Lula. E, hodiernamente, a educação pública brasileira conta com apenas 3,5% do PIB nacional, dos quais aproximadamente 3% são direcionados à educação básica, ficando o restante à educação superior. (SANTOS, 2009, p. 39)

Dessa forma, compreendemos que a política educacional do governo Lula não rompeu com as deliberações neoliberais impostas pelo Banco Mundial. Na verdade houve um maior alinhamento com a política defendida pelos organismos multilaterais.

A busca de um consenso para o campo das políticas da educação superior foi desenvolvida tanto pelo governo FHC quanto pelo governo Lula, em consonância com parte das diretrizes emanadas pelos organismos multilaterais, procurando-se naturalizar a inexistência da contraposição entre os planos públicos e privados; a defesa do papel do Estado como regulador e controlador da prestação de contas das IES; a ciência e o conhecimento a serviço da economia, dentre outros⁴. Portanto, a reforma da educação superior efetivada no governo Lula optou pela continuidade de várias diretrizes adotadas pelo governo FHC, ao priorizar como papel fundamental das universidades a perspectiva do seu retorno econômico para a sociedade brasileira; ao incentivar a diferenciação e a competição das universidades federais por recursos e na gestão estratégica; ao apoiar parcerias público-privadas, inovação tecnológica e venda de serviços; ao conferir centralidade aos sistemas de avaliação e regulação. Vale dizer que as proposições do Reuni em relação ao aumento de vagas no noturno, à redução da evasão, à ocupação de vagas ociosas, à reestruturação acadêmica foram medidas já preconizadas no governo de FHC (1995-2002) e recomendadas pelo Banco Mundial (1995) que passam pela ótica da racionalização da gestão e da otimização dos custos, que continuaram a ser mantidas no governo Lula. A perspectiva do enfoque na racionalização e na eficiência embasaram os indicadores de desempenho e de performance exigidos pelo Reuni para serem atingidos pelas universidades federais, apesar do significativo financiamento para a expansão da rede de educação superior federal do governo Lula em relação ao governo FHC. (FERREIRA, 2012, p. 465)

A adoção da linha econômica pregada pelo Banco Mundial representa uma forte interferência da política externa norte-americana, que tem interesse no financiamento desses projetos apresentados conforme suas determinações. As reformas neoliberais constituem uma importante linha de atuação do Banco Mundial, caso os países não implementem as reformas impostas sofrem um tipo de penalidade em relação aos empréstimos concedidos pelo organismo (MICHELOTTO, 2006).

A educação superior passa a ser constituída por um sistema estatal, um sistema privado e um híbrido. Isto proporciona que a expansão da oferta do ensino superior se dê com pouco ou nenhum financiamento público e que ocorra uma maior adequação deste nível de ensino ao mercado, pela diferenciação entre as instituições: i) horizontal (financiamento público e/ou privado) e ii) vertical (distintos tipos de instituições). (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006, p. 187)

O Banco Mundial compreende que a estratégia para a expansão do ensino superior e sua democratização está na diversificação de instituições, como estabelecido na LDB 1996 e seu financiamento deve ser buscado a partir de outras fontes de recursos com gastos racionalizados para uma maior eficiência.

De certo modo a reforma universitária consolidada no governo Lula representa a continuidade da reforma universitária de 1968.

Data deste momento a emergência de resoluções, no plano do ensino superior, que até os dias correntes balizam as posições concorrentes afetas às alternativas de reestruturação universitária. São as principais delas: 1) as propostas de unificação dos vestibulares, isto é, sua transformação em um conjunto homogêneo de testes, a ser aplicado anualmente a todos os candidatos (alcançado atualmente com o Exame Nacional de Ensino Médio – Enem, vinculado ao Sistema de Seleção Unificada – Sisu); 2) a instauração de um regime de créditos; 3) a introdução de critérios de mobilidade e flexibilidade dos cursos, abrindo a possibilidade de o estudante cursar disciplinas em outros departamentos; 4) as iniciativas de mudança dos regimes das universidades federais, de autarquias para fundações e, 5) o pagamento de mensalidades (JÚNIOR; DO NASCIMENTO, 2016 p. 208).

Assim, como a atual reforma, a de 1968 apresentava as mesmas prerrogativas atuais de uma melhor eficácia e eficiência das instituições com o objetivo de desenvolvimento econômico.

Apesar de não ocorrer grandes investimentos, as Universidades obtiveram uma expansão, mesmo com o risco de sofrerem uma precarização, já que, o orçamento das instituições que aderirem ao REUNI seria somente de 20% repassado gradativamente em cinco anos, além disso, esse repasse estaria condicionado à capacidade orçamentária do Ministério da Educação, não apresentando nenhuma garantia desses recursos.

O cenário do ensino superior brasileiro não é um dos melhores mesmo com todas as medidas tomadas pelos governos. Um estudo realizado por Macário; Vale; Alves (2013), demonstra que o Brasil possui um dos piores índices de pessoas diplomadas entre 25 a 64 anos. O fato de ocupar a sétima maior economia mundial parece afetar pouco esse indicador, já que países com economias menores possuem taxas melhores como, Turquia, Itália, México e até mesmo a países com um PIB muito inferior como o da Hungria, Chile e Argentina (MACÁRIO; VALE; ALVES, 2013). Os autores ainda ressaltam que

O hiato que separa o País de seus congêneres amplia quando se toma o índice de diplomados de nível superior no seio da população mais jovem, com idade entre 25 e 34 anos. Na Rússia, o número de pessoas diplomadas em nível

superior é cinco vezes o número do Brasil e, no México, é duas vezes – no que pese a renda per capita destes países serem inferior à brasileira. A mesma lógica acontece na comparação com a Turquia, cujo PIB per capita é similar ao do Brasil e, todavia, o número de pessoas com nível superior nessa faixa etária ultrapassa o do nosso País em cinco pontos percentuais. (MACÁRIO; VALE; ALVES, 2013, p.8)

Esse fato tem uma importante dimensão, pois a partir dele compreendemos que por mais que o modelo econômico capitalista obtenha seus avanços em escala mundial os aspectos sociais não representam uma função direta em relação à economia, apesar de compreender que um avanço na condição econômica propicia condições materiais para a evolução do plano social (MACÁRIO; VALE; ALVES, 2013). Os autores tentam representar a ideia de que para a realização de um avanço no plano social é necessária uma relação mútua, de melhoria na economia e o desenvolvimento de estruturas sociais e culturais, pois essas estruturas têm uma relação direta com o desenvolvimento da base econômica.

Por fim, compreendemos que a trajetória do REUNI como política para o ensino superior público ainda não chegou ao seu fim. Afirmamos isso com base no fato de que as principais metas do programa estão expressas claramente no novo PNE (2014-2024).

Entre as estratégias prioritárias estabelecidas no novo PNE para o cumprimento dessa meta, destacam-se: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação (Estratégia 12.1); ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil (Estratégia 12.2); fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas (Estratégia 12.4); ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil (Estratégia 12.5); consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional (Estratégia 12.12); ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), os benefícios destinados à concessão de financiamento (Estratégia 12.20); e ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, especialmente na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e Decreto nº 7.824/2012 (Estratégia 12.9). (BRASIL, 2014)

Como mencionado, as estratégias de expansão do REUNI como aumento de vagas por meio da EAD e a otimização das vagas nas universidades por meio da mobilidade e assistência estudantil continuam presente no PNE, além da ampliação de

programas como FIES e PROUNI que transferem recursos públicos para universidades e faculdades particulares. Porém, esse texto omite uma das estratégias mais polêmicas como na meta 12.3:

Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior. (BRASIL, 2014)

Essa estratégia expressa uma das principais metas do REUNI de expansão por meio da elevação do número de estudantes por professor e progressivamente o aumento do número de diplomados a 90%, número que nem mesmo países de economia mais avançada conseguem atingir em suas universidades.

Compreendemos que o REUNI continua bem presente na política educacional brasileira por meio do novo PNE, não somente o REUNI, mas outros programas de interesses privados e de sucateamento da Educação superior, como PROUNI, FIES e a expansão da EAD. Entendemos que além da discussão do financiamento de 10% do PIB para a Educação pública, é preciso discutir as metas e estratégias presentes nesse PNE e não limitarmos nossa crítica somente ao financiamento, mas, também, às suas metas e estratégias, para que o plano fortaleça a educação pública em todos os sentidos.

5 CONCLUSÃO

Para compreender a dimensão do REUNI buscamos realizar nossa análise partindo de uma estrutura maior até chegarmos em um problema específico, no caso foi a reestruturação universitária aplicada no Brasil e, mais especificamente, na Universidade Federal do Ceará. A escolha dessa perspectiva teve como objetivo central examinar os elementos constitutivos do REUNI e quais seus impactos sobre a Universidade Federal do Ceará, no contexto da contrarreforma do ensino superior, buscando verificar se que o que ocorreu nas universidades brasileiras tinha e tem uma ligação direta com as crises do sistema capitalista e se a busca pela saída dessa crise, afeta de modo direto as políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde e educação.

Assim, para investigar nosso objeto, elegemos como um de nossos objetivos analisar o capitalismo contemporâneo no que se refere às suas transformações socioprodutivas e como estas têm influenciado o atual modelo de ensino superior. Os achados da pesquisa nos revelaram que a problemática do modo de produção do sistema capitalista enfrenta maiores desafios principalmente a partir da década de 1970. Com o fim da chamada “era de ouro” obtida a partir do crescente lucro, o modo de produção fordista tem seu esgotamento e novos desafios aparecem nos países centrais para manter os lucros perante a crise do sistema.

A flexibilização do modo de produção trouxe novas perspectivas, não somente na produção, mas, também, na educação da classe trabalhadora que foi cada vez mais sendo treinada para o desenvolvimento das competências em detrimento dos conhecimentos científicos.

A economia passou a exigir um Estado cada vez menor, para atender seus interesses e aumentar seu lucro por meio de serviços, principalmente na saúde e educação. Assim, a educação deixou de ser um direito e passou a ser um serviço não exclusivo do Estado, abrindo espaço para a atuação de instituições privadas, com objetivo de lucrar e também formar mão de obra para atuar no mercado.

Toda essa mudança foi denominada de neoliberalismo, implantada mundialmente, também tem sua execução no Brasil. Vale destacar que aqui no Brasil esse processo neoliberal foi bem mais perverso do que nos países centrais, pois nesses

países os ganhos em saúde e educação estavam mais consolidados, diferente do Brasil que nunca apresentou grandes avanços nesses serviços para a população.

A perspectiva desse trabalho entende que o processo neoliberal nunca teve seu rompimento na política brasileira pós período da ditadura militar, entendemos que sua intensificação se deu no governo Collor e os presidentes seguintes como FHC, Lula e Dilma seguiram a agenda neoliberal. Como demonstrado no decorrer do trabalho compreendemos que diferentes estratégias foram implantadas pelos governos, mas nenhum chega a romper com os ideais neoliberais propostos pelos organismos multilaterais.

Ao buscarmos examinar a “reforma” do Estado brasileiro e suas consequências na forma como o governo passou a gerenciar as universidades verificamos que a implementação do que denominamos de contrarreforma do Estado ganhou força dentro do governo FHC com o Plano de Reforma do Estado encabeçado por Bresser Pereira à frente do Ministério de Administração e Reforma do Estado. Medidas foram tomadas para “enxugar” o Estado brasileiro abrindo um maior espaço de atuação do setor privado, junto com isso o processo de privatização de grandes estatais foi realizado.

A capilaridade do processo de um Estado neoliberal atinge principalmente o ensino superior, que já é um setor que conta com recursos insuficientes para uma educação de qualidade, além das recomendações dos organismos multilaterais de ampliar a participação do setor privado nessa área e iniciação do processo de empresariamento do ensino superior por meio da EAD.

No período que compreende todo o governo FHC e os governos do PT observa-se uma crescente participação do setor privado na oferta de vagas no ensino superior. Medidas como a diferenciação de instituições de ensino superior por meio da LDB de 1996, segmentando as instituições responsáveis pelo ensino e as universidades com o objetivo de realizar o ensino, pesquisa e extensão, abre uma grande demanda pela criação de faculdades com o intuito de realizar cursos de graduação rápidos como um grande atrativo para os alunos e a baixo custo. Para as universidades públicas, a década de 1990 foi de poucos recursos e nenhum crescimento significativo na oferta de vagas, o oposto do que ocorreu na iniciativa privada que concentra maior número de alunos.

A mudança de governo na esfera federal, não altera em parte essa lógica, a iniciativa privada continua seu crescimento e cada vez mais um maior número de investimento por parte do governo Lula, por meio de programas como o FIES e

PROUNI, que ainda podem crescer mais, como estabelecem as metas presentes no novo PNE. As universidades públicas, depois de um longo período, retornam a crescer, inicialmente por meio do programa de Expansão I, interiorizando algumas universidades com o objetivo de atender regiões mais periféricas, realizando uma articulação entre a economia local e a produção universitária. Apesar desse crescimento a demanda por vagas em instituições públicas era bastante significativa, com o objetivo de amenizar essa demanda foi pensado um programa de reestruturação e ampliação de vagas para as universidades públicas federais. Destarte, na busca de atingir nosso objetivo de situar a universidade pública no contexto da contrarreforma, analisamos a adoção do REUNI como estratégia de massificação do ensino superior.

A proposta do REUNI, elaborada inicialmente pela ANDIFES e, com algumas modificações realizadas no Congresso, originou o decreto que teve sua aprovação e implementação. Nas Universidades, a proposta foi empurrada a todo custo pelas reitorias, mesmo com a resistência de professores, técnicos e alunos.

O REUNI é uma expressão clara do modelo neoliberal dentro das Universidades, amparado na racionalização e aperfeiçoamento dos gastos públicos, além de, estabelecer os repasses de recursos de acordo com as metas cumpridas, aumento de alunos por professor e incentivo ao modelo universitário baseado somente no ensino por meio da expansão da EAD. O Programa modifica a dinâmica universitária ampliando o número de vagas, mas não oferecendo as condições necessárias para uma educação de qualidade baseada no ensino, pesquisa e extensão.

Como todo processo de mudança o REUNI também traz aspectos positivos, como a realização de concursos reduzindo o número de professores substitutos, a ampliação de vagas, mesmo que temporariamente para as universidades, além de aumentar os repasses de verbas para as universidades depois de um longo período em crise.

O Programa deixa como legado, um novo modelo universitário, com a proposta de flexibilização curricular, baseado em modelos universitários como o estadunidense e da Europa, modificado pelo processo de Bolonha. Na esteira dessas mudanças, muitas universidades flexibilizam seus cursos com os bacharelados interdisciplinares e até criam um novo modelo como o da licenciatura interdisciplinar presente hoje no Ceará na UFCA. Esse modelo estabelece uma relação mais próxima do mercado, além de ter

como objetivo, não uma melhoria do ensino, mas a racionalização de recursos e diminuição da evasão.

O REUNI na UFC, assim como em muitas outras universidades, foi aplicado de maneira desastrosa, com a interiorização da universidade, sem a devida estrutura necessária para o trabalho docente. Ainda hoje, há *campi* no interior com estruturas sediadas pelas prefeituras locais e sem previsão de um local próprio para os cursos. O Programa pecou claramente na falta de investimentos da assistência estudantil ao não ampliar para o número necessário as residências universitárias. Logo o discurso de mobilidade acadêmica ficou restrito aos estudantes com maior poder econômico.

O discurso de democratização das universidades mostra-se vazio e sem respaldo, no caso da UFC ocorre uma massificação com perda de qualidade, pois o número de alunos aumenta e em proporção desigual a taxa de diplomados permanece a mesma, demonstrando que a meta de elevação do número de diplomados para 90% é surreal dentro da dinâmica universitária, além da sobrecarga de trabalho para os professores universitários e técnicos-administrativos.

A implementação do REUNI na UFC é mais um processo de empresariamento da universidade pública, e suas diretrizes seguem a linha de ações do Banco Mundial, por meio da massificação do ensino superior, a racionalização e repasses de recursos por metas, ampliação do ensino a distância e a transição do modelo universitário com ênfase no ensino.

As críticas ao processo de implementação do REUNI devem ser contínuas, pois entendemos que seu fim ainda não foi decretado, algumas de suas metas continuam presentes no novo PNE ou mesmo no cotidiano das universidades federais, materializadas em rotinas já institucionalizadas, como a do SISU. O conhecimento e negação desse modelo universitário implica em estabelecer que universidade queremos, com base na ampliação com qualidade e que atenda às necessidades da classe trabalhadora. Precisamos de uma universidade que trabalhe junto com o povo e não sirva somente aos interesses do mercado. Tais exigências devem ser construídas e fortalecidas a partir dos profissionais universitários, alunos e sociedade. Como aborda Minto (2012), não cabe à Universidade o papel de realizar tarefas revolucionárias, mas de potencializar as contradições impostas pelas relações sociais. Portanto, seu dever é estar junto à classe trabalhadora para que seja elaborado um projeto político-educacional que contribua para a difícil tarefa da superação da sociedade de classes e

para a promoção da emancipação humana, tarefa urgente, necessária e desafiadora para o enfrentamento dos torpes movimentos políticos e econômicos que circundam atualmente o nosso país, em tempos de governo ilegítimo. Portanto, pedindo licença do rigor da escrita acadêmica, encerramos nossa pesquisa engrossando o coro dos movimentos sociais e de milhões de trabalhadores deste país: fora as malditas contrarreformas do capital que suplantam as mais caras conquistas dos trabalhadores. Por uma universidade que esteja lado a lado dessa luta!

REFERÊNCIAS

- Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **A Universidade Aberta do Brasil: faz-se necessário denunciar o engodo**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <www.andes.org.br/univ_nova_engodo.html>. Acesso em: 9 mar. 2017;
- ANDRÉ, Singer. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012. 276p
- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre. Tomo Editorial/CLACSO, 2007.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. 287p.
- ANTUNES, Ricardo L. C.. **Adeus ao trabalho ?**: ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho . 5. ed. Sao Paulo: Cortez; 1998. Campinas,SP: UNICAMP, 155p .
- ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula, em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: 2ª ed. Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2014. 180p.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Sao Paulo: Xama, 1999. 247p.
- BOITO JÚNIOR, A. **A burguesia no governo Lula**. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-77. 2005.
- BORGES, Altamiro. **As arapucas do toyotismo**. 2005. Disponível em: <<http://alainet.org/active/8041&lang=es>>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm>.

Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL. **Ensino superior registra mais 7,3 milhões de estudantes.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiO7-y-iqTRAhXGf5AKHRPEC4wQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fdocman%2Fjaneiro-2013-pdf%2F12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&usg=AFQjCNEiRd9_XmCy0argSnf3nyL2q_NaRA>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejando a próxima década.** 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Brasil. **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014.** 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949&Itemid=1064>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora.** Revista Aurora, ano IV, número 6, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições.** Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.09-23, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.academia.edu/5149574/Neoliberalismo>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CARINHATO, PEDRO HENRIQUE. **Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.** Revista Aurora, v. 2, n. 1, 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun.2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>. Acesso em: 02 fev. 2016.

Censo da educação superior 2012: resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

Censo da educação superior 2013: resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

Censo da educação superior 2014: resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

Censo da educação superior: 2007 – resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista brasileira de educação, v. 24, p. 5-15, 2003.

CHAVES, V.L.J; MENDES, O. da C. REUNI: **O contrato de gestão na reforma da educação superior pública.** IN CHAVES, CABRAL NETO, NASCIMENTO (orgs). Políticas da educação superior no Brasil: velhos temas, novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009;

COMO E POR QUÊ AS FUNDAÇÕES PRIVADAS “DE APOIO” ESTÃO DESTRUINDO O CARÁTER PÚBLICO E GRATUITO DA USP. São Paulo: Adusp, v. 1, maio 2004. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/cadernos>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.49-79, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11922>>. Acesso em: 25 set. 2015.

DE PAULA, A. S. D. N., LIMA, K. R. R., COSTA, F. J. F., & FERREIRA, E. L. A **Educação Superior no limiar do governo Lula da Silva (2003-2010): políticas públicas educacionais nos marcos da reforma universitária.** Em Debate, (15), 69-82, 2017.

DOS SANTOS, Bruno Lima Patrício. **A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito.** Educação em Revista, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2009.

FERREIRA, Suely. **Reforma da educação superior no Brasil e na Europa em**

debate novos papéis sociais para as Universidades. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT116003--Int.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

FERREIRA, Suely; DE OLIVEIRA, João Ferreira. **As reformas da educação superior no Brasil e na união europeia e os novos papéis das universidades públicas.** Nuances: estudos sobre Educação, v. 17, n. 18, 2010;

FREITAS, Helena Costa Lopes de et al. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 17-43, 1999.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**, São Paulo, Ed. Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

GONÇALVES, Margarida Maria Dias Monteiro; SOUSA, Fernando José Pires de. **A implementação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) na UFC (2007-2009): um estudo de caso sob a perspectiva da qualidade do ensino.** 2010. 152f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza-CE, 2010.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 2. ed. Sao Paulo: Loyola, c1992. 349p.

JÚNIOR, Adilson Aquino Silveira; DO NASCIMENTO, Clara Martins. **A crítica de Florestan Fernandes à reforma universitária e sua atualidade.** Revista Em Pauta, v. 14, n. 37, 2016.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 49-64, 2009.

LEHER, R. **Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu.** In: MAGALHÃES, P. de A. et. al (org.). Os anos Lula – contribuições para o debate crítico 2003-2010. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

LEHER, Roberto. **Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu.** In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEHER, Roberto; DA MOTTA, Vania Cardoso. Trabalho Docente crítico como dimensão do projeto de universidade. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 6, n. 1, p. 60-79, 2014.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. **Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação**. MANCEBO, DEISE; FERREIRA DE OLIVEIRA, JOÃO, Y SILVA JR, JOÃO DOS REIS, Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil, 2008;

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 14, n. 1, p. 86-94, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802011000100010>;

LIMA, Kátia Regina Rodrigues. **O REUNI na Universidade Federal do Ceará-UFC/Sobral: expansão, interiorização e mobilidade acadêmica**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 6., 2013, São Luís. **Anais...** . São Luís: Ufma, 2013. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasseosedesafiosdaspoliticadededucacao/pdf/oreuninauniversidadefederaldoceara-ufcsobral.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima. PROUNI, REUNI E ENEM: Peças do Mosaico da Contrarreforma da Educação Superior do Governo Lula da Silva. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de et al (Org.). **Trabalho, educação, estado a e a crítica marxista**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. P.351-377

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima. PROUNI, REUNI E ENEM: Peças do Mosaico da Contrarreforma da Educação Superior do Governo Lula da Silva. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de et al (Org.). **Trabalho, educação, estado a e a crítica marxista**. 3.

ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. P.351-377.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Universidade e Sociedade, Brasília, nº 44, p.147-157, jul. 2009.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. Universidade e Sociedade, Brasília, nº 44, p.147-157, jul. 2009.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de and CATANI, Afrânio Mendes. **O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova**. Avaliação (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.1. Acesso em: 2016-11-28, pp.7-36. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=en&nrm=iso>.ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>.

MACÁRIO, E.; VALE, E. S.; ALVES, D. C. **Modernização conservadora e ensino superior no Brasil: elementos para uma crítica engajada**. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 1, p. 6-19, 2013.

MACHADO e ROCHA, Antonia Rozimar. PROUNI e a Expansão do Ensino Superior Privado: a Política Pseudodemocratizante de Acesso ao Ensino Superior do Governo Lula. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; BEZERRA, José Eudes Baima; SOUSA JUNIOR, Justino de et al (Org.). **TRABALHO, EDUCAÇÃO, ESTADO E A CRÍTICA MARXISTA**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 379-397.

MANCEBO, Deise; VALE, ANDRÉA ARAUJO; MARTINS, TÂNIA BARBOSA. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. Revista brasileira de educação, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015;

MARTINS, Iara Saraiva. **Pronatec: a estratégia do Partido dos Trabalhadores para a inserção no trabalho precário e atendimento das demandas do capitalismo contemporâneo no Brasil**. 2015. 108f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

MESZAROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula** The higher education enlargement policy and the

proposal for higher education. *Educar* (Curitiba), v. 28, p. 179-98, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. A educação superior na particularidade do capitalismo brasileiro: sentido histórico e questões para os movimentos sociais. **SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL**, v. 9, 2012.

DE SOUSA JUNIOR, Justino. **A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DE 2003 A 2010 E A PROPOSTA DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO AO PROFISSIONAL**. 2012.

MINTO, Lalo Watanabe. **Educação superior, trabalho docente e capitalismo no Brasil: problematizando o ensino à distância (EàD)**. 2009.

MIRANDA, Flávio. **As Interpretações Marxistas da Crise Econômica Atual: uma análise com base na teoria das crises de Marx**. Dissertação de Mestrado, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Fred. **Problemas extrapolam a infraestrutura e avançam sobre os direitos trabalhistas**. Dossiê Nacional: Precarização das condições de trabalho I, Brasília, v. 1, n. 1, p.09-20, 01 abr. 2013. Semestral.

PALÁCIO, Paula da Paz. **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8026>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

PANIAGO, Cristina. **Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do estado**. Comunicação científica apresentada no XI ENPESS, em São Luis, 2008.

PINTO J. M. R. **Financiamento da educação no governo Lula**. RBPAE, v.25, n.2, p. 323-340, mai./ago. 2009.

PRIETO, José Ricardo. **Derrota da gerência FMI-PT: REUNI é reprovado pelos estudantes**. A Nova Democracia. Rio de Janeiro, p. 1-1. 01 dez. 2007. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-38/80-derrota-da-gerencia-fmi-pt-reuni-e-reprovado-pelos-estudantes>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

REIS, Thiago; RAMALHO, Renan. **Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018**. 2015. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

ROCHA, Antônia Rozimar Machado e; MENEZES, Ana Maria Dorta de (Org.). REUNI: A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA IMPOSTA PELO GOVERNO LULA. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de et al (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Edições Ufc, 2009. p. 13-312.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. **A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito**. Educação em Revista, Marília, v. 10, n. 1, p.29-44, jan. 2009. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/642/525>>. Acesso em: 11 out. 2015.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. **A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito**. Educação em Revista, Marília, v. 10, n. 1, p.29-44, jan. 2009. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/642/525>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. **Fundações Privadas na Universidade Pública - a quem interessam?**. Avaliação, Campinas, v. 7, n. 4, p.43-72, dez. 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. Educação & Sociedade, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008;

SISTEMA E-MEC. **Site Oficial**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/ies/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SOARES, T.C.; SERRA, F.A.R.; PEREIRA, M.F.; MAZON, G. **REUNI e as fontes de financiamento das Universidades Federais Brasileiras**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

SOUSA, Ana Paula Ribeiro de Coimbra; PINHO, Leonardo José; SOUSA, Miriam Santos de. **Reforma universitária e as consequências para a qualidade da Educação superior pública: o caso da Universidade Federal do Maranhão**. V Jornada Internacional de Políticas. São Luís. Acesso em 1 mar. 2017.

SUELY, Ferreira. **Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)**. Linhas Críticas, v. 18, n. 36, p. 455-472, 2012.

TONEGUTTI, Claudio Antônio; MARTINEZ, Milena. **A universidade nova, o REUNI e a queda da universidade pública.** Universidade Federal do Paraná– Departamento de Química, 2007.

TONEGUTTI, Claudio Antônio; MARTINEZ, Milena. **A universidade nova, o REUNI e a queda da universidade pública.** Universidade Federal do Paraná– Departamento de Química, 2007.

TUMOLO, Paulo Sergio. **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO INTRODUTÓRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.** Educ. Soc. [online]. 2001, vol.22, n.77, pp.71-99. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000400005>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC. **Revista universidade pública.** Ano VI n°34 v. p. nov/dez – 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC. **Revista universidade pública.** Ano VII n° 36 v. p. mar/abr – 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC. **Revista universidade pública.** Ano XI n° 63 v. p. set/out – 2011.

VALENTE, Ivan. **Pacto social e governabilidade conservadora.** 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1422>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

VIANA, Mônica Josiane Coelho. **A política de assistência estudantil e a contrarreforma universitária: estudo sobre o programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará - UFC.** 2012. 221f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

ANEXO A

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - 2013.

Inclusão Social

Tabela 2.3 - AÇÕES DE INCLUSÃO - 2006 A 2012

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Curso Intercultural dos Povos Indígenas							
Nº de Matriculados	-	-	-	-	116	116	36
Programas de Bolsas							
Apoio Administrativo	-	-	-	-	100	100	200
Aprendizagem Cooperativa	-	-	-	98	226	250	250
Informática	-	-	-	95	95	100	100
Iniciação Acadêmica	-	-	-	500	580	826	756
Iniciação Científica - PIBIC	-	-	-	782	769	942	925
Iniciação à Docência - PIBID	-	-	-	442	605	700	788
Cultura e Arte	-	-	-	64	64	64	80
Desporto	-	-	-	-	30	50	827
Extensão	-	-	-	274	378	618	670
Monitoria de Projetos (Graduação)	-	-	-	137	256	300	299
Programa de Educação Tutorial - PET - UFC-SESu	-	-	-	280	352	532	540
Graduação							
Nº Alunos Residentes	221	250	284	288	308	458	535
Nº Auxílio Residentes (Alunos)	-	-	-	-	414	458	535
Nº Ajuda de Custo (Alunos) - Participação de Eventos	-	-	-	2.552	3.648	3.782	3.695
Nº Bolsas de Iniciação Acadêmica	-	-	-	500	580	826	756
Programa de Assistência à Saúde							
Consultas Médicas	-	-	-	2.782	2.330	1.879	1.988
Consultas Odontológicas	-	-	-	2.987	2.986	2.993	2.036
Nº Tratamentos Odontológicos - Concluídos	-	-	-	392	393	472	342
Nº Acompanhamento Psicológico (Alunos)	-	-	-	259	179	120	190
Programa de Assistência Alimentar							
Estudante Residente (Café da Manhã, Almoço e Jantar)	-	-	-	-	122.443	123.985	141.955
Estudante (Almoço)	-	-	-	-	460.759	537.224	738.926
Programa de Desporto Universitário							
Nº de Estudantes Envolvidos	-	-	-	1.379	3.424	3.117	1.868
Nº Bolsas de Incentivo ao Desporto	-	-	-	-	30	50	827
Assistência Estudantil							

Fonte: Unidades Acadêmicas, 2012.
 (*) Valor estimado.

CAPÍTULO
ANTERIORSUMÁRIO
GERALÍNDICE DE
GRÁFICOS
E TABELAS

54

INCLUSÃO
SOCIALPRÓXIMO
CAPÍTULO

Tabela 2.1 - VESTIBULAR - 2005 A 2010

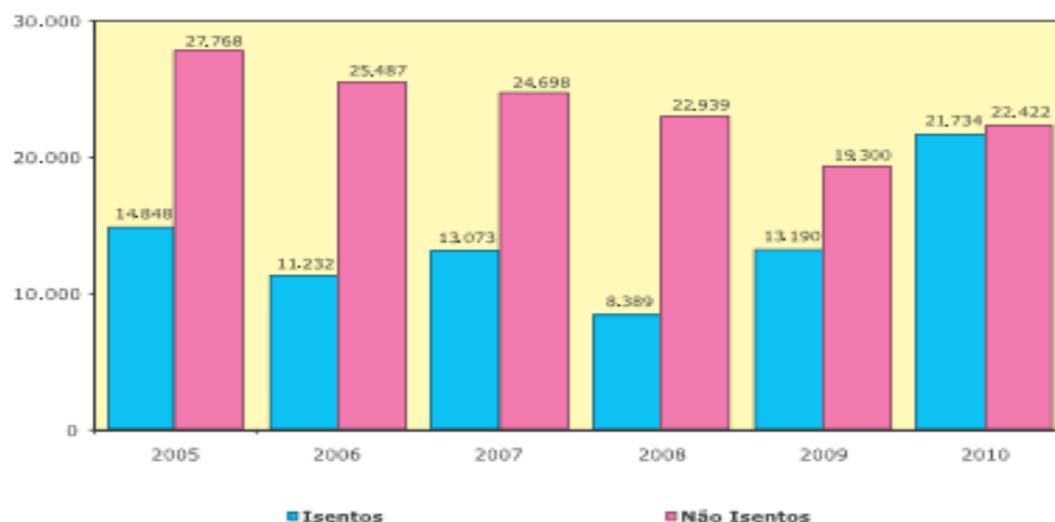
INFORMAÇÕES GERAIS	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Candidatos Insritos	42.616	36.719	37.771	31.328	32.490	44.156
Candidatos isentos de pagar a taxa de inscrição	14.848	11.232	13.073	8.389	13.190	21.734
Candidatos não isentos de pagar a taxa de inscrição	27.768	25.487	24.698	22.939	19.300	22.422
Vagas Ofertadas	3.625	3.605	4.045	4.085	4.484	5.524
Relação Candidato/Vaga	11,76	10,19	9,34	7,67	7,25	7,99
Candidatos Aprovados no Vestibular	3.625	3.594	4.045	4.037	4.352	5.430

Fonte: Comissão Coordenadora do Vestibular/CCV, 2010.
Relatório de Atividades, 2006.

Notas:

1. O número de vagas ofertadas de 2005 está incluído 400 vagas do vestibular dos campi - Cariri e Sobral.
2. O número de vagas ofertadas de 2007 está incluído 40 vagas do vestibular do campus de Quixadá, curso sistema de Informação.
3. O Concurso Vestibular UFC, edital 02/2009 foi realizado em 2006, sendo o ingresso dos alunos no ano de 2010.

Gráfico 2.1 - ALUNOS INSCRITOS - 2005 A 2010



Fonte: Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estatístico-CPE, 2009.

PROCESSO SELETIVO

A Universidade Federal do Ceará ganhou evidência nacional ao ser a primeira grande instituição Federal de Ensino Superior a adotar o Exame Nacional do Ensino Médio como único critério de seleção, no lugar de seu vestibular. A UFC em 2013 teve 208.723 Inscrições (entre primeira opção e segunda opção), a maior quantidade de inscrições do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

TABELA 4.1 - INFORMAÇÕES GERAIS DO SISU - 2011 A 2013

INFORMAÇÕES GERAIS	VESTIBULAR	SISU			VARIÇÃO 2013/2012 (%)
	2010	2011	2012	2013	
Candidatos Insritos	44.156	78.415	110.914*	133.923	20,74%
Vagas Ofertadas	5.524	5.724	5.834	6.308	8,12%
Candidato/Vaga	7,99	13,70	19,01	21,23	11,68%
Candidatos Ingressos	5.449	5.643	5.718	6.166	7,83%
Cotas - SISU - Vagas Ofertadas				2013	
L1- renda menor ou igual a 1,5 SM				90	
L2 - preto, pardo ou indígenas, com renda menor ou igual a 1,5 SM				361	
L3 - independente da renda, cursou ensino médio na escola pública				49	
L4- independente da renda, preto, pardo ou indígenas, cursou ensino médio na escola pública				334	
TOTAL				834	

Fonte: PROGRAD, 2013.

(*) Candidatos inscritos no 1º semestre de 2012.1.

L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimo que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

L2 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimo que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

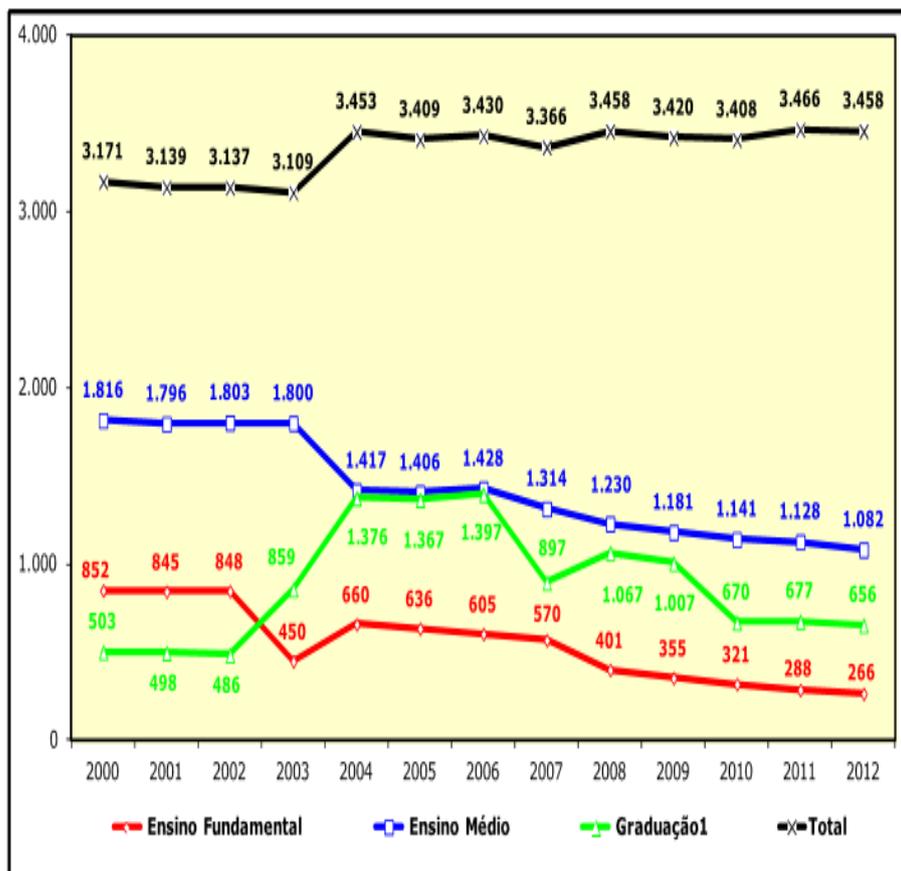
L3 - Candidatos que, independentemente da renda (art. 14 II, Portaria Normativa no 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

L4 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que, independentemente da renda (art. 14 II, Portaria Normativa no 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

Nota: O número de candidatos inscritos de 2011 e 2012 foi corrigido, pelo documento acessado em 15.Jan. 2014. www.ufc.br/images/_files/noticias/2013/analise_enem_sisu_2011_2013.pdf.



Gráfico 13.23 - EVOLUÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS ATIVOS - 2000 A 2012



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.
Observação: Ensino superior inclui especialização, mestrado e doutorado.

CAPÍTULO
ANTERIORSUMÁRIO
GERALÍNDICE
GRÁFICOS
E TABELAS

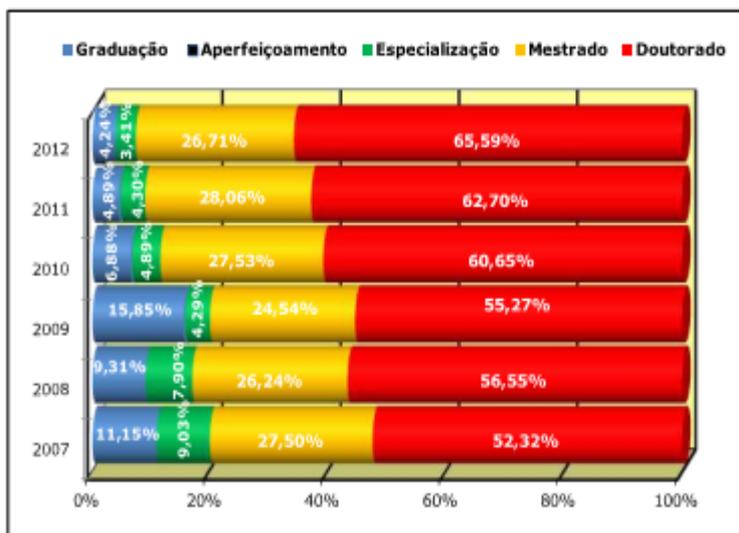
UFRJ

330

RECURSOS
HUMANOSPRÓXIMO
CAPÍTULO

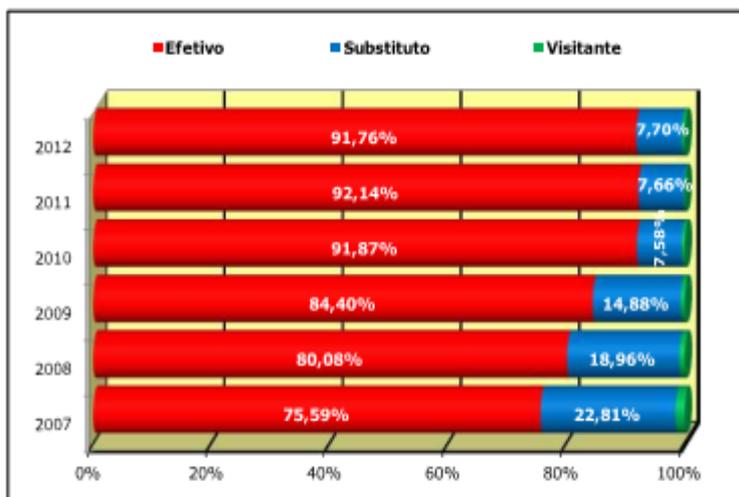
Distribuição Percentual dos Docentes Ativos - 2007 A 2012

Gráfico 13.7 - TITULAÇÃO



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.
Observação: Aperfeiçoamento representa 0,05% de 2009 a 2012.

Gráfico 13.8 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.
Nota: Docentes: Foi considerada somente professores da carreira do magistério superior.
Observação: Visitante representa menos de 2% de 2007 a 2012.

CAPÍTULO
ANTERIOR

SUMÁRIO
GERAL

INÍCIO DE
CÁLCULO
EVALUADO



310

RECURSOS
HUMANOS

PRÓXIMO
CAPÍTULO

Gráfico 13.4 - EVOLUÇÃO DOS DOCENTES ATIVOS POR TITULAÇÃO - 2007 A 2012

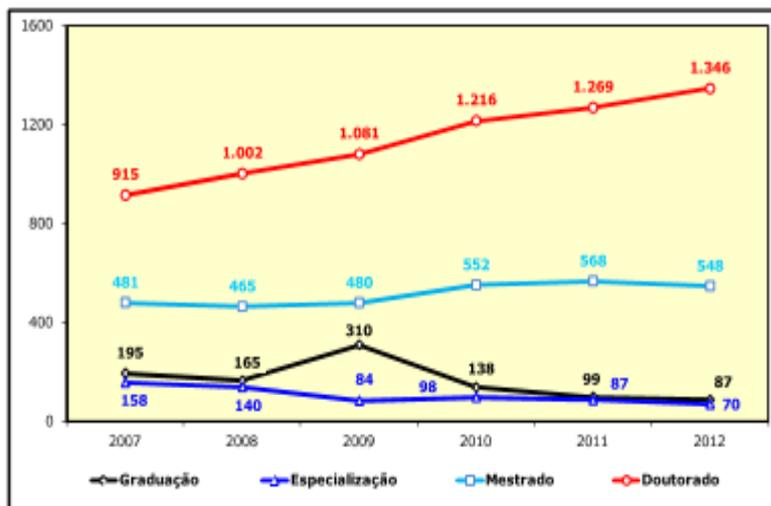
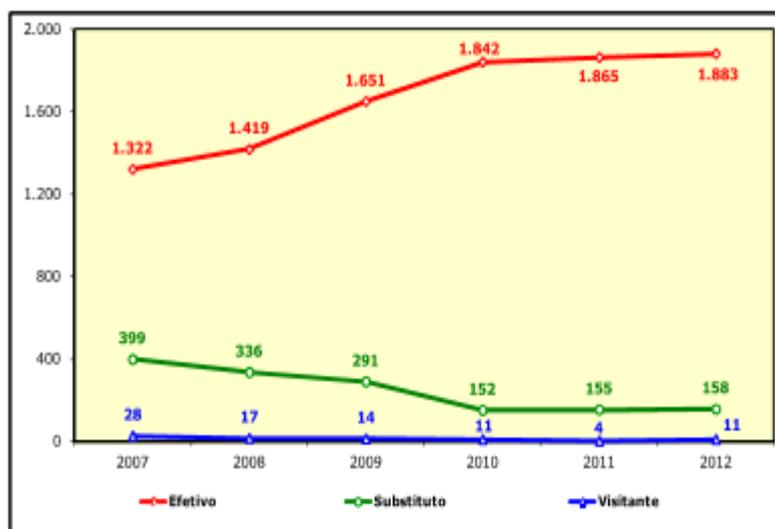


Gráfico 13.5 - EVOLUÇÃO DOS DOCENTES ATIVOS POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO - 2007 A 2012



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estatística, 2012.
 Nota: Docentes: foi contabilizado somente professores da carreira do magistério superior.

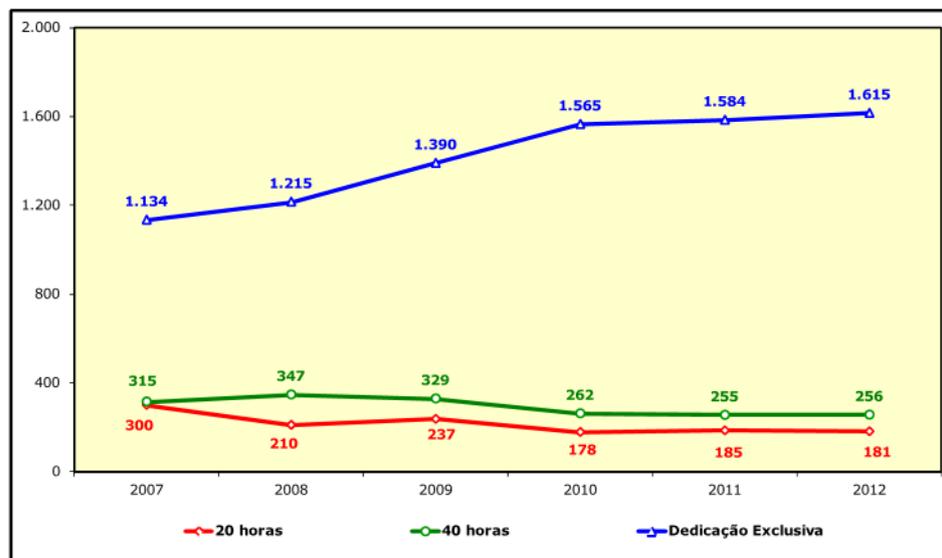
CAPÍTULO
ANTERIORSUMÁRIO
GERALUNIVERSIDADE
CATARINENSE
FURG


UFSC

308

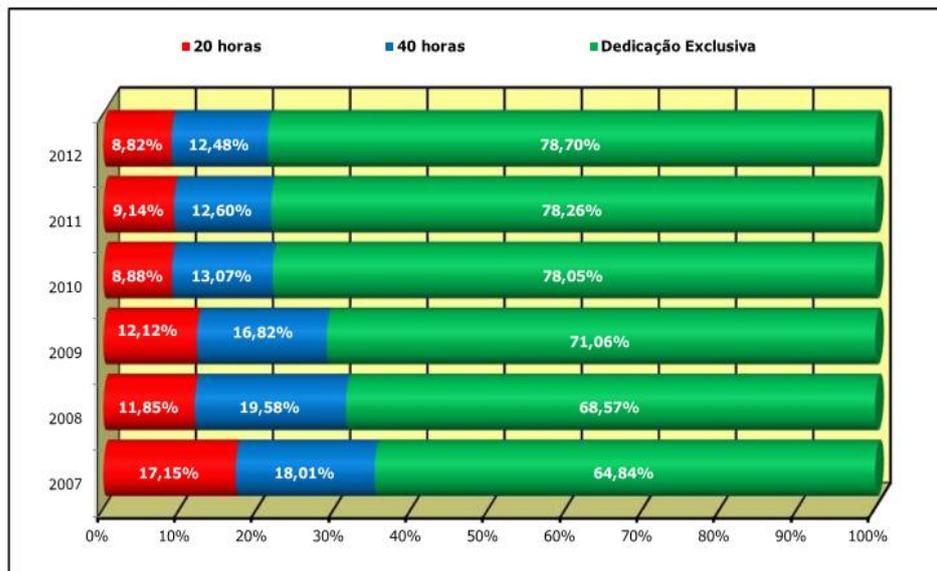
RECURSOS
HUMANOS

Gráfico 13.6 - EVOLUÇÃO DOS DOCENTES ATIVOS POR REGIME DE TRABALHO - 2007 A 2012



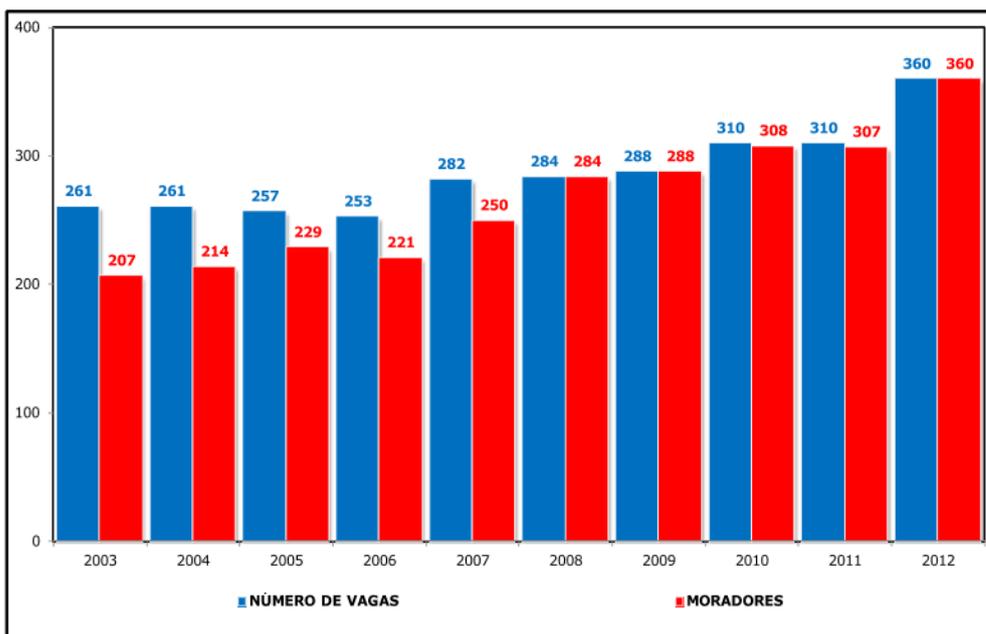
Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.
 Nota: Docentes: Foi considerado somente professores da carreira do magistério superior. 2. Professor temporário não foi contabilizado no total de docentes em 2011 e 2012.

Gráfico 13.9 - REGIME DE TRABALHO



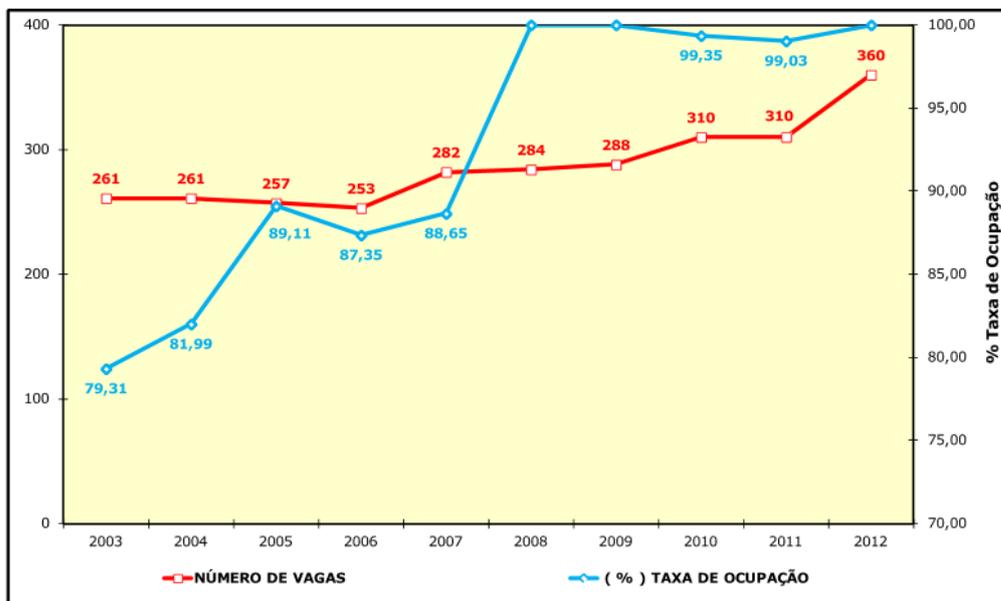
Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.
 Nota: Docentes: Foi considerado somente professores da carreira do magistério superior.

Gráfico 6.3 - NÚMERO DE VAGAS E MORADORES NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS - 2003 A 2012



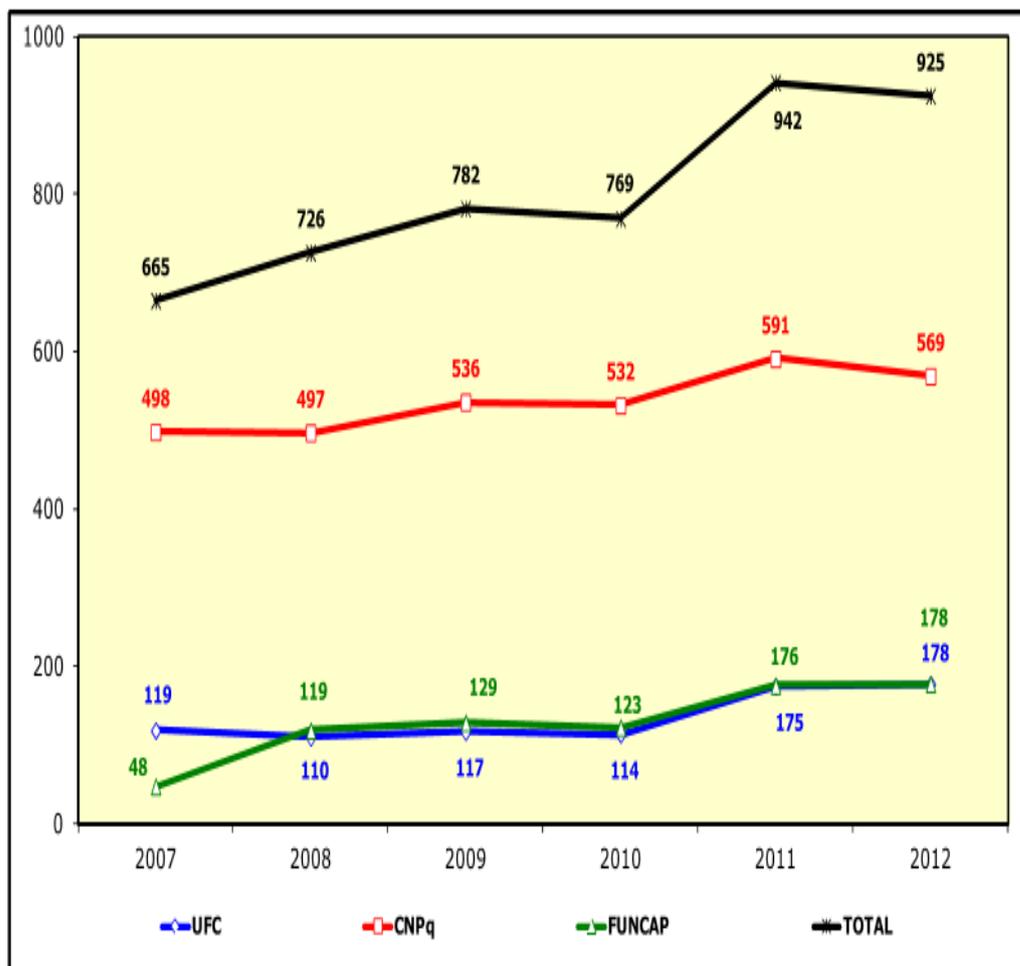
Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Gráfico 6.4 - NÚMERO DE VAGAS E TAXA DE OCUPAÇÃO - 2003 A 2012



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Gráfico 12.1 - BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR AGÊNCIAS DE FOMENTO - 2007 A 2012



Fonte: Elaborado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.

Gráfico 3.3 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE/PROFESSOR EQUIVALENTE - 2007 A 2012

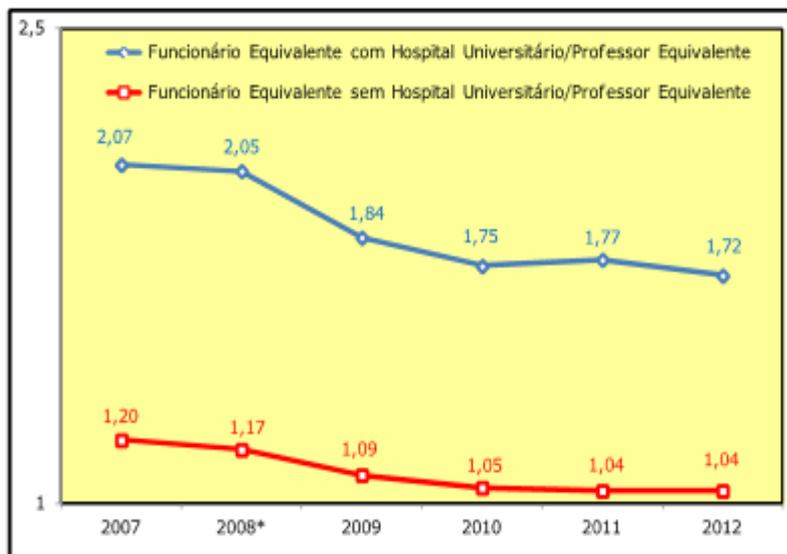
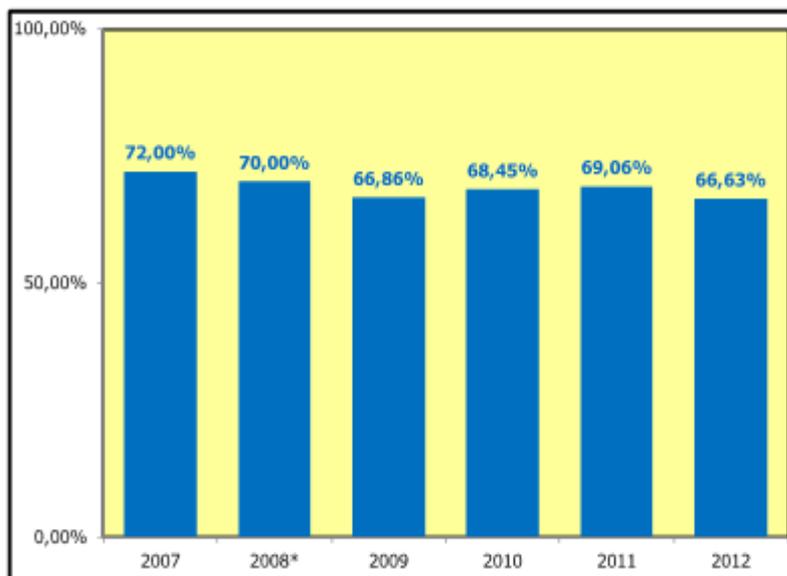


Gráfico 3.4 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO - 2007 A 2012



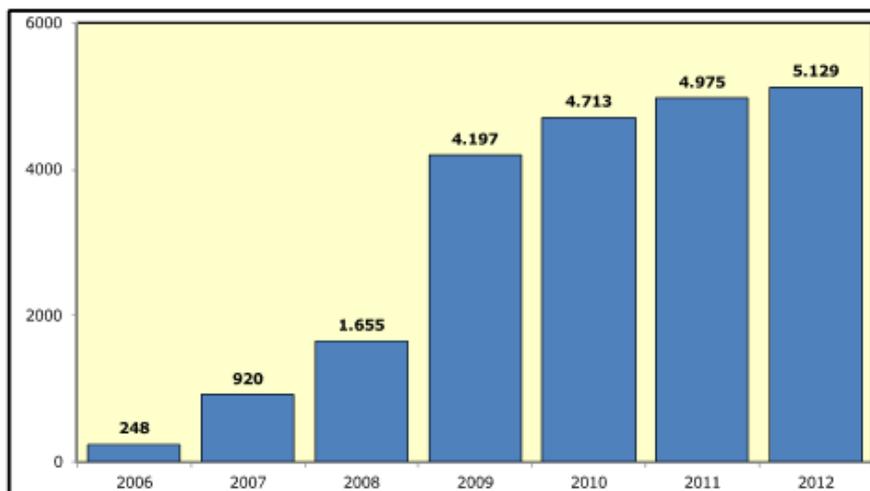
Fonte: Elaborado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica - OPE, 2012.

CAPÍTULO
ANTERIORSUMÁRIO
GERALÍNDICE
Gerais
Especiais

72

INDICADORES

Gráfico 7.1 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS 2006 A 2012

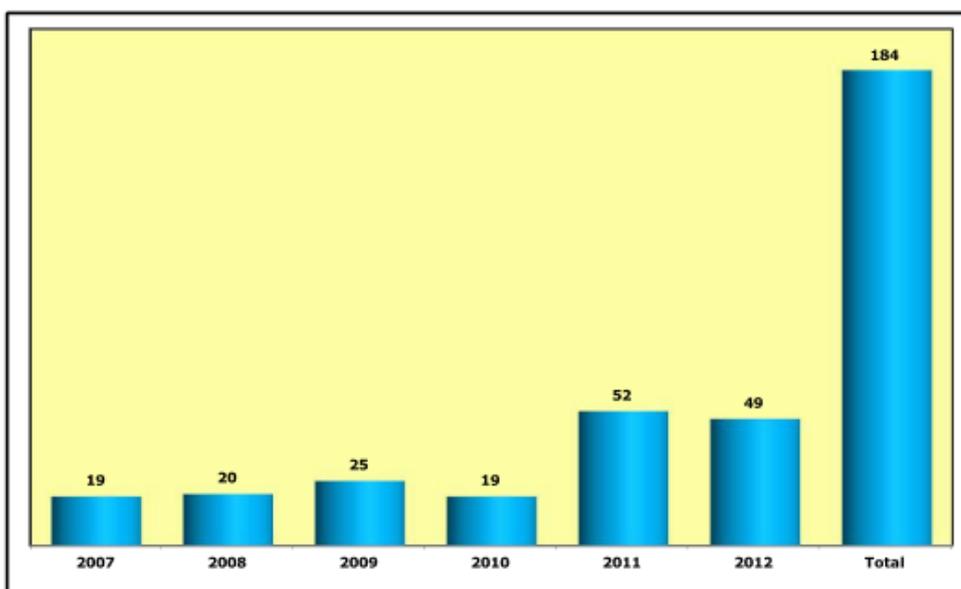


Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica-CPE, 2012.



Coordenadoria de Obras e Projetos - COP

Gráfico 23.1 - EVOLUÇÃO DAS OBRAS E REFORMAS EXECUTADAS - 2007 A 2012



Fonte: Elaborado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.



Gráfico 3.1 - CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE - 2007 A 2012

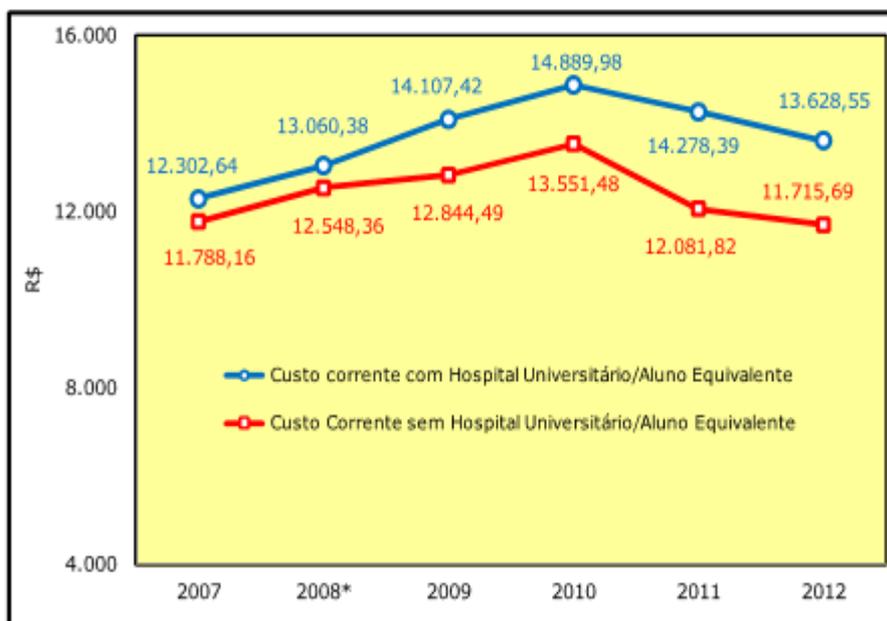
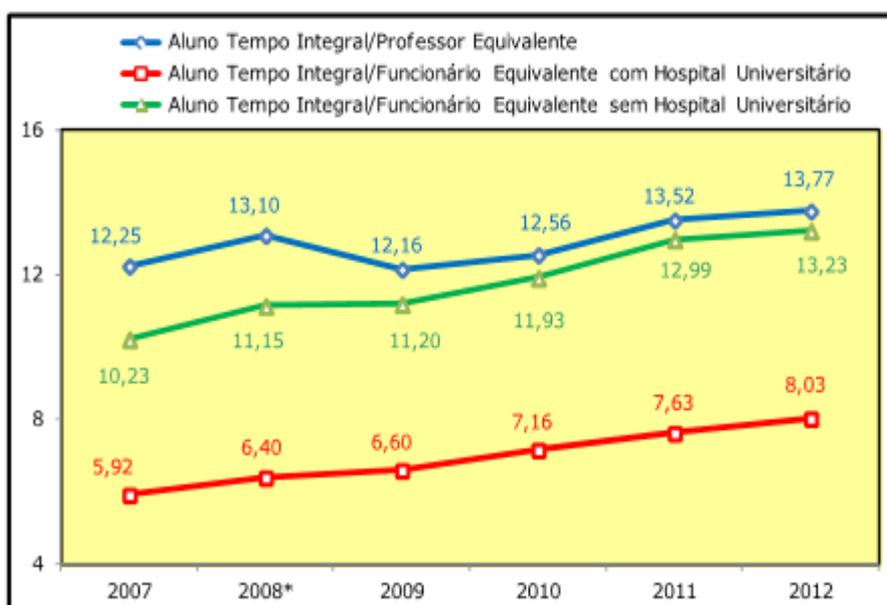


Gráfico 3.2 - ALUNO TEMPO INTEGRAL/PROFESSOR/FUNCIÓNÁRIO - 2007 A 2012



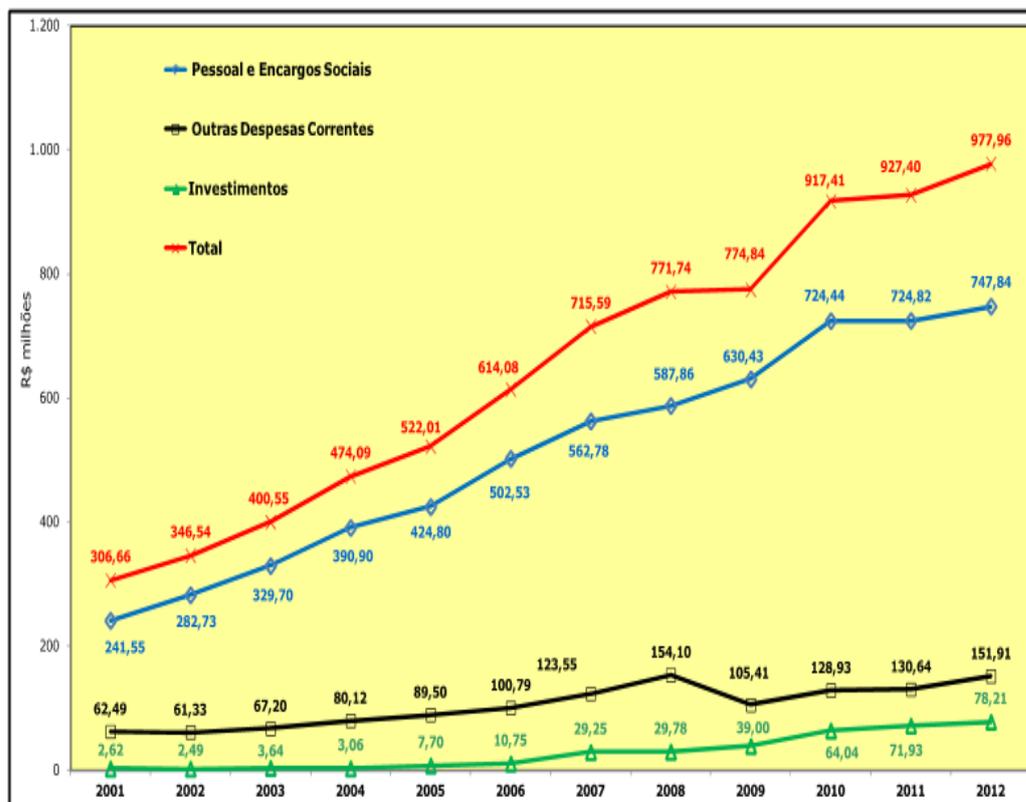
Fonte: Elaborado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica - CPE, 2012.

CAPÍTULO
ANTERIORSUMÁRIO
GENÉRALÍNDICE DE
CLÁSSICOS
ESTABELEDOS

71

INDICADORES

Gráfico 22.1 - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPOS DE DESPESA - 2001 A 2012



Fonte: Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, 2012.
 Nota: Valores nominais em R\$ 1,00.

CAPÍTULO
ANTERIORSUMÁRIO
GERALÍNDICE DE
GRÁFICOS
E TABELAS

436

ORÇAMENTO

PRÓXIMO
CAPÍTULO